UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Juliana Couto Santos

OS "POLÍTICOS DE CRISTO": UMA ANÁLISE RETÓRICA DO *ETHOS* FUNDADOR DA **FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA**

Mariana
2015

Juliana Couto Santos

OS "POLÍTICOS DE CRISTO": UMA ANÁLISE RETÓRICA DO *ETHOS* FUNDADOR DA **FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Tradução e práticas discursivas

Orientador: Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari

Mariana

2015

S237p Santos, Juliana.
Os políticos de Cristo [manuscrito]: uma análise retórica do Ethos fundador da Frente Parlamentar Evangélica / Juliana Santos. - 2015.
117f.:

Orientador: Prof. Dr. Melliandro Galinari.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.
Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Retórica. 2. Ethos. 3. Religião e politica. I. Galinari, Melliandro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Titulo.

CDU: 272:32

Catalogação: www.sisbin.ufop.br

UFOP
Universidade Federal de Ouro Preto

Juliana Couto Santos

OS "POLÍTICOS DE CRISTO": UMA ANÁLISE RETÓRICA DO ETHOS FUNDADOR DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras. Aprovada em 11 de junho de 2015 pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa
CEFET-MG

Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz
UFOP

Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari
Orientador - UFRGS

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao querido Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari que me orientou nessa jornada com paciência e dedicação, compreendendo todos os meus limites e as minhas inúmeras falhas.

À querida Profª. Drª. Kassandra da Silva Muniz que, como poucos, soube despertar, em mim, admiração.

Quando os justos florescem, o povo se alegra; quando os ímpios governam, o povo geme.

Provérbios 29:2

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o funcionamento do *ethos* da **Frente Parlamentar Evangélica** (FPE) no momento de sua fundação (2003), por meio do número 1 da sua revista, que foi lançada em 2004, averiguando **como** ele, o *ethos*, apresentou-se discursivamente à sociedade brasileira como um todo. Para tanto, este trabalho irá estabelecer uma interface entre a Análise do Discurso, a Retórica e as Ciências da Religião. Neste trabalho, a perspectiva de discurso utilizada por nós baseia-se na retórica sofística de Protágoras e Górgias, assim como os estudos retóricos de Aristóteles, que se constituem como importantes referenciais. Os estudos desses antigos filósofos da linguagem nos ajudarão a apreender uma das três provas retóricas mais estudadas no campo da persuasão: o *ethos*. Os estudos retóricos contribuem eficazmente tanto para o estudo da imagem construída pela FPE, ou seja, do seu caráter moral construído discursivamente (ou das formas pelas quais ela se mostraria "digna de fé"), quanto das teses e visões de mundo erigidas pelo *logos* (suas visões políticas da realidade). Para a apreensão do *ethos*, utilizaremos alguns mecanismos de linguagem, como os dêiticos, os modalizadores e a polifonia, ou seja, elementos que funcionarão como ponto de partida para a apreensão linguístico-discursiva da imagem criada pela FPE. Também nos reportamos e embasamos nossa dissertação nos trabalhos realizados pelos estudiosos das ciências da religião, os quais nos ajudaram a compreender as condições de produção do nosso objeto. Como conclusão, acredito que a imagem encontrada por nós na **Revista da Frente** foi a de um *ethos* que se estilhaça em inúmeros pedaços, mas que, no entanto, são fragmentos de uma mesma imagem. Além disso, há uma relativização desses *ethos*, pois como vimos no referencial teórico, a verdade seria relativa, dependendo de fatores como auditório, valores compartilhados (*doxa*), momento oportuno (*kairós*) e o contexto social (*nomos*) em que o discurso é proferido.

Palavras-chave: Retórica. Discurso. *Ethos*. Política. Frente Parlamentar Evangélica.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the functioning of the *ethos* of the **Evangelical Parliamentary Front** (EPF) at the time of its foundation (2003), using the number 1 of its magazine, which was launched in 2004, checking **how** it, the *ethos*, was introduced discursively to Brazilian society as a whole. Therefore, this work will establish an interface between Discourse Analysis, Rhetoric and Religion Sciences. In this work, the discourse perspective used by us is based on the sophistic rhetoric of Protagoras and Gorgias, as well as the rhetorical studies of Aristotle, that act as important references. Studies of these ancient philosophers of language will help us to apprehend one of the three rhetorical evidences most studied in the field of persuasion: the *ethos*. The rhetorical studies effectively contribute both to the image study built by EPF, that is, its moral character discursively constructed (or the ways in which it would prove "worthy of faith"), and to the theses and worldviews erected by *logos* (its political views of reality). For the apprehension of *ethos*, we will use some language mechanisms such as deictics, the modalizers and the polyphony, i.e., elements that work as a starting point for the linguistic-discursive apprehension of the image created by the EPF. We also reported to and based our thesis upon the work done by scholars of religion studies, which helped us understand the production conditions of our object. In conclusion, I believe the image found by us in front of the magazine has an Ethos that shatters into many pieces, but which, however, are fragments of the same image. In addition, there is a relativity of these *ethos*, because as we have seen in the theoretical framework, the truth was relative, depending on factors such as auditorium, shared values (*doxa*), the appropriate time (*kairós*) and the social context (*nomos*) in which the speech is delivered.

Keywords: Rhetoric. Discourse. *Ethos*. Politics. Evangelical Parliamentary Front.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

FPEEs – Frentes Parlamentares Evangélicas Estaduais

GAPE – Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	**11**
1	**RETÓRICA, DISCURSO E IMAGENS DE SI**	**17**
1.1	**Das retóricas Sofística e Aristotélica:** uma subvenção aos estudos da linguagem	**17**
1.1.2	**Protágoras e Górgias**	**24**
1.1.3	**A Retórica de Aristóteles**	**31**
1.2	**Retóricas antigas:** uma relação de contato com a contemporaneidade e os estudos da linguagem	**36**
1.3	***Ethos* discursivo e *ethos* institucional:** uma relação necessária	**41**
1.3. 1	**O *ethos* e a sua materialização linguística**	**43**
2	**RELIGIÃO E SOCIEDADE:** A PLURICONFESSIONALIDADE DO ESTADO BRASILEIRO	**53**
2.1	**Um breve histórico da trajetória política das religiões de matriz protestante no Brasil**	**54**
2.2	**De "políticos evangélicos" a "políticos de Cristo":** o nascimento de um novo modelo de fazer política pelos cristãos	**59**
2.3	**Laicidade e secularização:** o pluralismo religioso no Brasil	**64**
3	**ANÁLISE DO *CORPUS***	**71**
3.1	**Dêixis e modalização**	**73**
3.1.1	**Análise de dados do Bloco I**	**75**
3.1.2	**Análise de dados do Bloco II**	**85**
3.1.3	**Análise de dados do Bloco III**	**90**
3.1.4	**Análise de dados do Bloco IV**	**99**
3.2	**Polifonia**	**104**
3.3	**Discurso direto**	**105**
3.4	**Discurso indireto**	**107**
3.4.1	**Discurso indireto livre**	**109**

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

REFERÊNCIAS 113

ANEXOS 117

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2003, no Congresso Nacional, um grupo de políticos evangélicos instituiu, oficialmente, a chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A cerimônia de fundação aconteceu no Plenário Ulysses Guimarães, na câmara dos deputados, com um auditório de aproximadamente 300 pessoas pertencentes a diversas agremiações religiosas. Esse evento inaugural ocorreu em um dia simbólico, uma vez que era comemorado o Dia Nacional de Missões Transculturais, o que é representativo do espírito evangelizador da Frente. Naquele momento, a FPE contava com 58 deputados federais filiados e 3 senadores, totalizando 61 parlamentares – número insuficiente para legalizar, de fato, uma Frente Parlamentar. Para uma legalização desse porte, são exigidos, no mínimo, 100[1] parlamentares. Uma das primeiras medidas da FPE foi criar o Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (GAPE) que tem por objetivo auxiliar o trabalho da Frente, sendo composto pelos assessores dos parlamentares filiados. Para uma melhor organização, o grupo foi dividido em quatro comitês: comunicação, jurídico, assuntos políticos e eventos. Logo depois, surgiram as Comissões Especiais compostas pelos próprios parlamentares, com a finalidade de votar a favor ou, mesmo, vetar projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Atualmente, a FPE possui um *site*[2], uma Revista e um Jornal, ou seja, mecanismos de comunicação que ultrapassam o funcionamento interno do Congresso Nacional e o âmbito estrito das igrejas representadas por esses políticos, servindo, também, para difundir ideias junto à sociedade civil e justificar, publicamente, o seu posicionamento em diversas situações políticas. O *site*, no início da pesquisa, possuía vários *links* em construção, mas contava com inúmeras informações relevantes sobre a FPE, além de disponibilizar o n°1 da **Revista da Frente** e um de seus jornais. Hoje, ao navegar pelo *site* FPE, nós encontramos uma reformulação no *design*, além de muitos *links* ainda em construção, porém não se encontra mais as informações que antes eram disponibilizadas, inclusive a revista e o jornal foram retirados. A revista é ampla e diversificada: nela encontramos desde informações sobre a

[1] Segundo Trevisan (2013, p. 34), "O Ato da Mesa n° 69, de 10/11/2005, da Câmara dos Deputados, caracteriza a Frente Parlamentar como uma 'associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade'."

[2] http://www.fpebrasil.com.br

instalação da Frente até a divulgação de seus membros, além de notícias sobre os Estados brasileiros que já aderiram às **Frentes Parlamentares Evangélicas Estaduais** (FPEEs). A Revista[3], assim como o *site*, é constituída também pelas falas de parlamentares filiados ou não, ressaltando e legitimando, com suas lideranças religiosas e relações políticas estabelecidas, a importância da criação da Frente, assim como lista seus principais objetivos e propostas. De acordo com a Revista da FPE – Ano 1, n. 1 –, podem-se ressaltar algumas de suas finalidades:

> I) Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução; II) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influindo no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra e III) Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e de atuação. (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 27)

A Revista também deixa claro algumas de suas propostas:

> Elaborar projetos de Lei salvaguardando a moral e os bons costumes; Priorizar ações na área social; Incentivar o seguimento religioso a colocar-se à disposição dos governos municipal, estadual e federal quanto a projetos sociais e educacionais; Discutir assuntos de interesse nacional; Priorizar ações na área social; Trabalhar pela erradicação do analfabetismo; Discutir assuntos de interesse dos municípios; Patrocinar a realização anual da Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos; Estender a criação de Frentes Parlamentares Evangélicas nos Estados, no Distrito Federal e Municípios Brasileiros. (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 27)

Pode-se dizer que, com a instauração da FPE, os evangélicos passam, independentemente do partido ao qual são filiados (PMDB, PL, PTB, PSDB, PT etc.), a promover uma mobilização organizada dentro de um "mundo" que nunca os pertenceu. Ressaltam-se as características pluripartidárias dessa nova instituição e o seu espírito claramente evangelizador/intervencionista. Para a concretização dos seus objetivos e para a sua afirmação concreta na casa legislativa, houve a designação de um culto semanal aberto ao público, realizado todas as quartas-feiras das 8h30 às 9h45 da manhã. A cerimônia ocorre em um dos Plenários da Casa legislativa e é organizada pelos deputados da Frente. Os objetivos desses cultos são: promover um momento de integração/interação entre os diversos políticos

[3] Veremos de modo mais específico a caracterização da Revista, assim como seu conteúdo, na análise de dados.

evangélicos, funcionar como um espaço de evangelização e, posteriormente, de forma mais incisiva, ser utilizado como espaço estratégico para trazer à tona a bandeira da FPE, como nos diz Duarte (2012),

> [...] a promoção de tais cultos, como apontei, foi uma 'estratégia' adotada pelos fundadores da FPE a fim de criar um tempo e espaço ritual nos quais os deputados evangélicos 'unidos' pudessem tornar as demandas religiosas, realizações concretas no Parlamento. (DUARTE, 2012, p. 56-57)

Em seguida, a autora nos mostra como os cultos são mecanismos utilizados pelos políticos, não somente para evocar o religioso, mas também para vislumbrar e ratificar alianças:

> [...] é neste sentido que estes rituais de 'louvor' permitem que a FPE exerça a fusão [união entre os irmãos e filiações e adesões políticas], a repetição [do discurso da missão política dos evangélicos de prover 'boas safras' para a Nação] e a rigidez [da crença e do posicionamento a favor da moral e dos bons costumes]. Por isso mesmo, o culto evangélico, enquanto ritual antropológico, diz e faz por que transmite valores e conhecimentos, consolida laços, resolve conflitos e reproduz relações sociais (PEIRANO, 2003, p. 47 *apud* DUARTE, 2012, p. 63)

A mesma autora irá nos dizer que "[...] a invocação do religioso no espaço da política sacraliza discursos e posicionamentos, provoca efeitos no plano da política e legitima a obra dos 'missionários na *Casa*'" (DUARTE, 2012, p. 58, grifo do autor). Sendo assim, o religioso e o político se alternam, pois ora um, ora outro, encontram-se dentro do espaço público.

Portanto, de acordo com o que foi apontado, a FPE é uma realidade atuante no cenário político brasileiro, sendo representada por parlamentares de partidos variados e denominações diversas que sustentam, em comum, um projeto de sociedade para o país, ao discutir temas polêmicos como projetos de lei, aborto, sexualidade, família, casamento etc. Além disso, conta com canais de comunicação (Site, Revista e Jornal) que justificam e dão conta de sua atuação no congresso, instaurando um canal direto com a população e, ao mesmo tempo, construindo a sua imagem discursiva, o seu caráter, a sua missão, o seu *ethos*.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é construir uma análise discursiva dos conteúdos (reportagens, informes, notas etc.) presentes no primeiro número da **Revista da FPE** (em anexo), com o intuito de apreender o projeto retórico-político dessa instituição no momento de sua fundação, ou seja, as visões de mundo difundidas e os comportamentos postulados para a esfera cidadã e política. Em particular, buscaremos apreender como as

"imagens de si", decorrentes do momento de sua criação, ou seja, do seu *ethos* fundador, buscam validar as suas ideias e defender, propor ou refutar projetos de lei. Nesse sentido, a nossa hipótese de partida é que o número 1 da **Revista da FPE**, por apresentar a instituição e as suas reflexões, funcionaria como uma amostragem significativa do funcionamento dessa instituição no cenário político brasileiro. Como se verá a seguir, este trabalho situa-se no campo da Análise do Discurso (AD) em diálogo com as teorias da argumentação (ARISTÓTELES (1998), AMOSSY (2011), entre outros), além de contar com teóricos de outras áreas, como os cientistas da religião, na medida em que buscam tecer reflexões sobre a relação Política/Religião/Sociedade (DUARTE (2012), ORO (2010), GIUMBELLI (2004, 2008), entre outros). Passemos, agora, às principais justificativas para esta pesquisa.

Embora na literatura em AD existam muitos trabalhos que atrelem discurso, retórica e religião, não encontramos pesquisas que trabalhem todos esses elementos no caso específico da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na política brasileira. Esta tem sido explorada – e ainda assim em pequena quantidade –, por pesquisadores de áreas como a sociologia, a antropologia e as ciências da religião. Nesse sentido, a linguística discursiva ainda possui algo a contribuir no caso do fenômeno religioso, mais precisamente ao tratar, simbolicamente, da relação entre religião, Estado, sociedade e política.

Sendo assim, a FPE e seus discursos (como aqueles presentes na **Revista**) ainda se mostram como um objeto inexplorado pelo campo da AD. A importância desse problema, ou seja, da presença da religião no Estado e, consequentemente, de seu posicionamento discursivo diante da sociedade, tem sido ressaltado por diversos trabalhos no campo das humanidades. É sabido que a América Latina produziu uma noção de laicidade diferenciada, por exemplo, da Europa. Mais especificamente no Brasil, as religiões ao longo das décadas vêm convivendo de maneira imbricada com a sociedade civil e, com isso, valores de cidadania misturam-se com a moral religiosa. É exatamente por isso, assim como por outros motivos, que a religião no Brasil atua na esfera política.

Nesse sentido, várias interrogações presentes em trabalhos da área dos estudos religiosos e políticos se fazem ecoar neste estudo: como um espaço que *a priori* seria laico, torna-se, através do poder (retórico) da palavra, um espaço de invocação do religioso e de sacralização da política? Como intervenções políticas são formuladas, discursivamente, ou mesmo defendidas, pelos parlamentares da FPE? Com base em que valores ou representações de mundo se dão esses posicionamentos? Como os projetos políticos da FPE, seus dogmas e/ou suas teses são legitimados argumentativamente? Como um mesmo dispositivo, a laicidade, consegue ser relativizado e por isso legitimado por dois campos políticos

antagônicos (religioso e não religioso)? Qual é o papel do *ethos* nesse processo, como ele é construído? Em outros termos, que "imagem de si" é essa (ou que poder é esse), que se faz tão presente e que tanto repercute na sociedade brasileira?

No intuito de refletir sobre essas questões, esta dissertação está organizada da seguinte forma: nos Capítulos 1 e 2, encontram-se os Aportes Teóricos do presente trabalho, sendo que o **Capítulo 1 – Retórica, Discurso e Imagens de Si** refere-se às teorias do Discurso mobilizadas por nós, enquanto no **Capítulo 2 – Religião e Sociedade:** a pluriconfessionalidade do Estado brasileiro encontram-se apontamentos teóricos oriundos das Ciências da Religião. No **Capítulo 3**, encontramos a análise do *corpus* a partir dos referenciais teóricos apresentados, ou seja, a análise da primeira edição da **Revista da Frente Parlamentar Evangélica**.[4]

[4] A **Revista da Frente Parlamentar Evangélica** encontra-se nos **Anexos**.

Capítulo 1

Retórica, Discurso e Imagens de si

1 RETÓRICA, DISCURSO E IMAGENS DE SI

Neste primeiro capítulo, apresentaremos o referencial teórico escolhido por nós para a análise do *corpus* selecionado, que se constitui do primeiro exemplar da **Revista da Frente Parlamentar Evangélica**. Num primeiro momento, abordaremos a retórica sofística e aristotélica. Logo depois, os pontos de contato entre as retóricas antigas e os estudos da linguagem, por fim, a concepção de *ethos* e os seus desdobramentos a partir das doutrinas de Górgias e Protágoras.

1.1 Das retóricas Sofística e Aristotélica: uma subvenção aos estudos da linguagem

A Retórica, enquanto disciplina que pretendeu apreender o discurso persuasivo em sua totalidade, sempre teve, ontem e hoje, diversas correntes, doutrinas, pensadores e tendências. As mais importantes tendências do mundo antigo, grego e romano, seriam cinco, se incluímos também a perspectiva platônica. São elas: a **Retórica Siciliana**, fundamentada nas atuações de Córax e Tísias no contexto judiciário; a **Retórica Sofística** que tem seu surgimento em meados do século V a.C., em Atenas, com a atividade de pensadores como Protágoras e Górgias; a **Retórica Aristotélica**, assentada no pensamento de Aristóteles; e, por fim, a **Retórica Latina** que tem suas reflexões em pensadores como Cícero e Quintiliano. Porém, como esta dissertação não possui o intuito e nem o tempo de esmiuçar todas essas concepções, faremos um recorte sobre o tema. Em particular, concentraremos nossa pesquisa em alguns conceitos sofísticos ligados à natureza da linguagem e à sua não transparência e, consequentemente, de algumas reflexões de Górgias, para quem as palavras não refletiam as coisas; e de Protágoras, o qual acreditava existir dois argumentos antitéticos sobre todas as questões. Deter-nos-emos, enfim, nas retóricas sofística e aristotélica, que, apesar de serem contrastantes em muitos pontos, mostram-se úteis para a análise discursiva proposta nesta dissertação.

No contexto do século V a.C., em Atenas, mais especificamente com o regime de Péricles, a principal *polis* grega passava por uma profunda transição, em que mudanças ocorridas no âmbito político consolidaram a democracia ateniense, transformando, assim, diversos aspectos daquela sociedade. Nesse mesmo período, deu-se a atividade dos sofistas –

Górgias, Protágoras, Hípias etc. –, estrangeiros que viajavam pelas cidades como sábios itinerantes, exercendo, também, a função de mestres (professores) de oratória. Naquele momento, a cidade de Atenas não era somente o centro da cultura helenística, mas também o núcleo de uma ordem política extremamente significativa para o exercício do discurso persuasivo: a democracia. As mudanças ocorridas por causa de uma nova ordem política trouxeram transformações em todos os setores da Grécia antiga, interferindo, assim, tanto no funcionamento da vida pública, como também da vida privada. Desse modo, Sousa e Pinto (2005) nos dizem que essas alterações ocorridas na *polis* grega refletiram significativamente nas concepções e usos da linguagem. A palavra passa a possuir, então, um estatuto inédito na vida social, pois, a partir daquele momento, no habitual lugar de se usar a força física ou o peso das tradições, é o embate de argumentos que começa a resolver os conflitos e as decisões públicas.

Ao se falar nos sofistas, ou mesmo no "movimento sofístico", há de se ressaltar que existem diferenças, mas também aproximações entre eles. Apesar das divergências, havia similitudes com relação às posições teóricas e as teses que cada um assumia, como o fato de se preocuparem com as questões concernentes à linguagem e a sua impossibilidade de atingir a verdade. Todos eram professores na arte da argumentação, mas não se restringiam em apenas ensiná-la, pois também acreditavam em um conjunto de ideias que continham em seu cerne o **empirismo**, o **fenomenalismo**, o **individualismo**, o **relativismo** e o **humanismo**. Segundo Guthrie (1995),

> [...] partilhavam da perspectiva filosófica geral descrita [...] sob o nome de empirismo, e com este ia ceticismo comum sobre a possibilidade de conhecimento certo, em razão tanto da inadequação e falibilidade de nossas faculdades como da ausência de uma realidade estável para ser conhecida. Todos igualmente acreditavam na antítese entre natureza [*physis*] e convenção [*nomos*]. (GUTHRIE, 1995, p. 49).

Diante disso, pode-se cogitar que os sofistas buscavam, antes de tudo, instaurar no aprendiz um espírito cético, pois só dessa maneira ele passaria a ter um olhar crítico e poderia, assim, refutar as ideias tradicionais já arraigadas na sociedade grega da época. Uma visão crítica e relativista levaria o aluno a uma postura que pudesse duvidar, questionar e ver as coisas sobre diversos ângulos e perspectivas, o que se mostrava perfeitamente compatível com as discussões/deliberações públicas da nova era democrática promovida por Péricles. Prova disso é que parte do ensinamento de Protágoras consistia em fazer com que o aluno argumentasse não somente em prol de um lado da questão, mas, sim, que ele conseguisse

argumentar igualmente por mais de um viés, raciocínio muito pertinente ao embate de perspectivas e interesses da assembleia democrática, em que se devia tomar um partido.

Conforme mencionado nessa citação, os sofistas também especulavam, assim como outros filósofos da época, a partir do importante binômio *nomos* (convenção) x *physis* (natureza), termos que serão melhor elucidados no decorrer das páginas seguintes. Tomavam, é claro, assim como muitos, partido de um desses polos de pensamento predominantes na época. Para os sofistas, os costumes, as leis e determinadas crenças não eram fruto da vontade dos deuses – como rezava a tradição grega anterior a Péricles –, e nem mesmo uma dádiva da **natureza** *(physis)*, mas, sim, resultado de **convenções** iniciadas a partir da necessidade de organização em sociedade (*nomos*). Levam, por tais vias, o relativismo ao conceito de verdade, "[...] fixando-se na *doxa* em detrimento da *episteme*" (SOUSA; PINTO, 2005, p. 16). Em outras palavras, o que queremos dizer é que a sofística derruba a questão da verdade e o primado da transparência da linguagem, tão apregoada posteriormente por Platão, uma vez que igualavam o conhecimento científico aos saberes do senso comum.

> A verdade era individual e temporária, e não universal e permanente, pois a verdade para o homem era simplesmente aquela de que podia ser persuadido, e era possível persuadir qualquer um de que preto era branco. Pode haver crença, mas nunca conhecimento. (GUTHRIE, 1995, p. 52).

O estudo e o ensino da retórica tiveram um papel preponderante nas atividades políticas e na formação de um cidadão crítico, uma vez que as questões da *polis* passam a ser resolvidas por uma cultura do debate, e não mais por uma imposição tirânica, característica da oligarquia precedente. Segundo Fidalgo (2001, p. 14-15), "[...] a retórica era um poderoso instrumento de acção pública, aplicável nas mais diversas circunstâncias, e eram justamente essas suas qualidades de poder e de versatilidade que a tornavam tão apetecida." Nesse sentido, foram os sofistas, sábios itinerantes, que trouxeram para Atenas o estudo e o ensino do discurso persuasivo, da linguagem em ação, como forma de resolver os problemas da *polis*. Além disso, por serem oriundos de outros lugares, trouxeram consigo experiências de outras culturas que provavelmente também influenciaram, mesmo que de forma indireta, a política de Atenas e a capacidade de ver as mesmas coisas de ângulos diversos.

Os sofistas, centrados no polo do *nomos*, trouxeram consigo, dessa forma, a vontade de ensinar a arte de argumentar em prol daquilo que se desejava e, também, instruções práticas e conselhos morais. "Assim, eles eram, numa linha positiva, os transmissores de competências valorizadas no seu tempo como instrumentos decisivos do

sucesso na carreira política e, de um modo geral, nos êxitos mundanos." (SOUSA; PINTO, 2005, p. 13-14). Foram os primeiros mestres, ou melhor, professores, no sentido mais análogo ao que conhecemos nos dias de hoje. Com isso, ao transformarem o ensino em uma "profissão", suscitaram divergências no povo ateniense: "[...] os sofistas foram objecto de críticas negativas e simultaneamente admirados." (SOUSA; PINTO, 2005, p. 12).

Mas o fator decisivo para o descontentamento de parte dos atenienses, com relação aos sofistas, não residia somente no fato de estes cobrarem pelos seus serviços, mas também por eles assegurarem uma educação formal e ampla não somente para os filhos abastados da cidade grega, mas a todos que estivessem dispostos a pagar pelos seus serviços, independente da hereditariedade nobre dos seus discípulos. Como é sabido, até então a educação também era privilégio somente dos nobres, pois estava vinculada diretamente à hereditariedade e à aristocracia, ou seja, a uma pretensa pré-disposição natural para o saber ligada à nobreza de sangue.

> Assim se compreende que a má vontade contra os sofistas tenha vindo sobretudo de dois campos extremos: dos meios ricos e conservadores, que não viam com bons olhos os sinais de mudança; da parte dos mais pobres, impossibilitados, por razões econômicas, de recorrer aos serviços daqueles. A acção educativa dos sofistas teve como destinatários as elites e não as massas, o que não obsta a que, para lá das classes médias abastadas, das quais provinha a maioria dos alunos, muitos destes discípulos pertencem a famílias aristocráticas, que pretendiam que os seus filhos se adaptassem aos novos tempos e obtivessem, por mérito próprio, as posições de destaque que apenas o direito de nascimento garantia até essa altura. (SOUSA; PINTO, 2005, p. 15).

Sabe-se que é difícil uma caracterização única em relação aos sofistas, pois, entre eles, existiam posicionamentos distintos, mas não antagônicos necessariamente. No entanto, iremos voltar a esse assunto mais adiante, com as posições teóricas de Protágoras e Górgias, dois pensadores representativos daquele conjunto de ideias e atividades. Por enquanto, no que se refere à educação, podemos dizer que esses dois sofistas escolhidos para ilustrar o movimento sofístico nesta dissertação, possuíam, segundo Sousa e Pinto (2005), similaridades com relação ao ensino:

> [...] em ambos os casos, o conteúdo mais importante do magistério exercido é o uso adequado da palavra, o domínio da argumentação e da eloquência persuasiva, mobilizando para esse efeito elementos de tipo demonstrativo e de tipo emotivo, complementares entre si. (SOUSA; PINTO, 2005, p. 26).

Fora essa característica acima, a qual seria um ponto de convergência entre Górgias e Protágoras, é de se pensar que os sofistas, em geral, não se preocupavam somente

com uma educação formal, mas também com o ensino da cultura geral e com ensinamentos mais práticos, tanto no que diz respeito ao conteúdo ensinado, como pela forma como era ensinada. Apesar da importância da questão educativa na sofística, o que nos interessa mais especificamente, nesta dissertação, são alguns de seus conceitos importantes e úteis para uma análise retórica do discurso, a saber, as reflexões acerca da natureza da linguagem, a força da persuasão, os desdobramentos da antítese *nomos/physis* e a noção de *kairós*.

Como já mencionado, é difícil uma caracterização genérica em relação aos sofistas quanto às doutrinas seguidas por eles, visto os inúmeros pontos de vista. No entanto, segundo Sousa e Pinto (2005), a dialética entre o estudo da sofística e o estudo dos sofistas individualmente será o caminho para entendermos o movimento intelectual revolucionário que ocorreu na metade do século V a.C., em Atenas. Segundo as autoras,

> [...] a novidade representada pela sua actividade reflexiva advém, em grande medida, da atenção pioneira dada às temáticas centradas no homem e na vida do homem em sociedade. Os sofistas fixaram-se sobretudo nas questões relativas à *práxis* política [o *nomos*] e não nos problemas respeitantes à *physis*, dominantes na especulação dos filósofos seus predecessores ou coetâneos. (SOUSA; PINTO, 2005, p. 34).

A tradição filosófica ocidental, mais especificamente a tradição clássica platônico-aristotélica, foi em grande parte responsável por instaurar o germe das noções negativas que se direcionaram contra os sofistas. Isso se deu em parte por suas reflexões estarem ligadas à *práxis* política, e também se basearem nas discussões acerca do homem e da sociedade, associando-se às questões morais e ao cotidiano do cidadão grego. Em função do contexto histórico-cultural da época e do modelo platônico-aristotélico de conhecimento, vigente algum tempo depois dos tempos sofísticos,

> [...] o sofista surgirá, então, como o 'filósofo imperfeito' [...], como aquele que se limitou a um nível inferior de conhecimento (*doxa*) e não ascendeu à apreensão da realidade em si mesma, atendo às realidades apenas tal como nos aparecem (*phainomena*)." (SOUSA; PINTO, 2005, p. 35).

Essa visão negativa corresponde à perspectiva platônica, para a qual "[...] as coisas invisíveis para os olhos corpóreos só se tornam acessíveis enquanto objecto da visão da alma, amante da sabedoria" (SOUSA; PINTO, 2005, p. 35), o que se configura idealmente na busca pelo "verdadeiro" conhecimento, que seria transcendental e precisaria, necessariamente, de um tempo hábil para maturação. Já na perspectiva sofística, o conhecimento não seria fruto de uma verdade ontológica, mas, sim, das experiências do mundo que nos circundam,

movidas por uma memória e por vivências culturais, o que torna a verdade variável de contexto para contexto, e não algo absoluto a ser captado pelo espelho da alma.

As questões concernentes à moral e à política, inevitáveis quando o assunto é o pensamento do século V e a formação das novas diretrizes do Estado grego, estão necessariamente ligadas à já mencionada antítese: *nomos* x *physis*. É somente nessa tensão que se pode compreender o pensamento sofístico e o seu modo particular de lidar com o conhecimento. As especulações filosóficas centradas na *physis* teriam sua raiz nos pensadores pré-socráticos, os quais, "[...] pode-se perfeitamente dizer, estiveram preocupados com a natureza da realidade e sua relação com fenômenos sensíveis" (GUTHRIE, 1995, p. 10). A *physis* estaria intrinsecamente ligada à ordem da natureza e da transcendência divina, desde a concepção dos seres vivos até o modo de congregar os indivíduos, formando uma sociedade com as suas leis e as noções do que seria certo e errado. As reflexões e os conhecimentos no polo da *physis* ocupavam-se predominantemente do estudo do cosmos, da medicina, da fisiologia, o que corresponderia, aproximadamente, ao escopo das ciências exatas e biológicas na atualidade. Dentre os filósofos pré-socráticos representantes desse pensamento, podemos citar, como exemplo, Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Pitágoras, Parmênides, dentre outros.

Indo um pouco mais além, há dois pontos de vista referentes à *physis* (natureza). O primeiro, denominado "egoísta", estaria ligado à força como forma de justiça e, portanto, como "justificativa" para o mais forte governar (ou dominar) o mais fraco. Entende-se força aqui de duas formas: (i) como o indivíduo melhor, ou seja, o "naturalmente" mais bem preparado, no que se refere a atributos como coragem e bom senso para a condução do Estado; e (ii) como a força física propriamente dita. Para esse indivíduo, tudo seria permitido (libertinagem, intemperança etc.), pois a natureza assim o permitia, visto que a força, nessa concepção, é um instrumento de direito que permite aos que a possuem inúmeros privilégios. Na realidade, tudo isso não passaria da vontade da natureza, um curso "natural" das coisas, principalmente na apropriação desses princípios pela visão aristocrática dos poderosos. Nesse sentido,

> [...] os *nomoi* humanos existentes *[convenções/leis]* são totalmente não-naturais, porque representam a tentativa da multidão de fracos e sem valor de impedir a meta da natureza, segundo a qual o forte deve prevalecer. O homem verdadeiramente justo não é o democrata, nem o monarca constitucional, mas o tirano insensível. (GUTHRIE, 1995, p. 101, grifo do autor).

Portanto, o plano da *physis* funcionaria como incremento simbólico (leis da natureza) para justificar, por exemplo, a escravidão e a tirania. Assim, o plano social viabilizado pela força é tratado como natural, pois seria justificado pelos pressupostos de uma suposta realidade natural. Não há distinção, pelo menos aparente, entre sociedade e natureza, império do acaso e da selvageria. O segundo ponto de vista daqueles que defendem a *physis*, denominado "humanitário", estaria ligado a questão das leis não-escritas:

> [...] o termo 'leis não-escritas' aplicava-se em primeiro lugar a certos princípios morais que se acreditavam universalmente válidos, ou alternativamente válidos em todo o mundo grego. Seus autores eram os deuses, e nenhuma transgressão deles podia ficar sem punição. Já estavam intimamente conexos com o mundo natural, pois contrapor o homem à natureza ao invés de vê-lo como parte dela é idéia moderna antes que hábito grego. (GUTHRIE, 1995, p. 121-122).

As leis não-escritas seriam aqueles conceitos morais universais e eternos, ultrapassando, assim, os limites da cidade de Atenas e abrangendo todo o mundo grego. Acreditava-se que esses conceitos tinham sido criados pelos deuses e que a violação dos mesmos traria consequências graves para quem o fizesse.

As especulações em torno do *nomos*, por sua vez, polo de reflexão dos sofistas, estariam ligadas aos acontecimentos da vida humana, encarados como produção do próprio homem. Isso desde o seu progresso e adaptação durante os séculos, até chegar ao convívio em sociedade, passando pela criação de um Estado, no qual os próprios indivíduos, culturalmente situados, seriam os responsáveis pelas leis, em função do preferível, do crível e do desejável. No campo das ideias ligadas ao *nomos*, o conhecimento e a apreensão da realidade se dão não pela captação de uma suposta verdade inerente às coisas, uma "natureza" essencialmente universal, mas sim por convenções socioculturais acompanhadas pelo uso da linguagem. A criação das leis, ou melhor, o novo pacto social que passou a existir entre os cidadãos gregos e as suas instituições é, para os que acreditavam nas ideias pertencentes ao campo do *nomos*, uma evolução substancial da humanidade, impedindo-a de retornar à barbárie existente no início das civilizações. "A obediência à lei gera concórdia, sem a qual uma cidade não pode prosperar, enquanto o homem obediente à lei é o mais confiável, respeitado e buscado como amigo." (GUTHRIE, 1995, p. 71).

De qualquer maneira, ao contrário dos filósofos que debatiam ou sobre o viés do *nomos*, ou sobre o viés da *physis*, para o cidadão comum de Atenas não havia sacrilégio em juntar essas duas formas de pensamento. Não existia, para esse cidadão, a necessidade de se questionar entre esses dois campos do conhecimento, pois, para eles, não existia problema

algum em dividir o progresso da humanidade entre deuses e humanos. Segundo Guthrie (1995, p. 78), "[...] para um ateniense do séc. V que ainda respeitava a tradição de sua raça, boa lei era dom da providência, comunicada pelas decisões de sábios estadistas, e ratificada pelo consentimento de toda a cidade".

Vale dizer, enfim, que as duas formas de se pensar a sociedade – polo do *nomos* x polo da *physis* – impactam substancialmente na definição da linguagem e de seus efeitos, o que interessa diretamente a este trabalho. No plano da natureza, a linguagem era idealizada como transparente, isto é, como uma estrutura que, salvo engano, seria capaz de reproduzir a realidade – o cosmos – tal e qual ela é. Em outros termos, podia-se dizer, encontrar e sustentar a verdade. No plano do *nomos*, a verdade dava-se como algo de relativo, visto que a linguagem seria atravessada pela não-transparência, ou melhor, como uma estrutura que atingiria as coisas do mundo em diversas perspectivas possíveis. Dito de outra forma, a linguagem, já convertida em discurso, "reflete" as coisas de modo relativo, isto é, somente em função da cultura e dos filtros sociais/convencionais de seus usuários, variáveis de comunidade para comunidade. Tais questões poderão ser melhor vistas abaixo, ao tratarmos do pensamento de dois dos mais conhecidos sofistas.

1.1.2 Protágoras e Górgias

Iniciemos com Protágoras, designado por muitos estudiosos como sendo o maior de todos os sofistas. Para abordar seus conceitos, analisaremos as mais importantes e discutidas teses de sua doutrina, não deixando, é claro, de tentar fazer uma ligação entre elas. Podemos, inicialmente, trazer a questão dos discursos antitéticos, uma prática atribuída a Protágoras como sendo o seu precursor. Tal questão inaugura um certo perspectivismo, significando que a verdade sobre um fato não poderia se dar de modo natural, ou essencialmente, pela razão de tudo estar à mercê do ponto de vista, ou seja, da perspectiva em que as coisas são encaradas. À medida que tudo teria dois lados e os dois seriam verdadeiros, a depender das perspectivas possíveis e dos pontos de vista em conflito, cabia ao orador/cidadão adentrar pelo caminho sinuoso da retórica. Em função de um *kairós* ("circunstância oportuna") e da *doxa* ("saberes partilhados") buscava-se não definir qual dos argumentos era "verdadeiro" e/ou "falso" (em essência), mas, sim, articulá-los, especulando sobre qual deles seria o mais forte ou o mais fraco, em função do preferível e do desejável

democraticamente. Essa prática foi erroneamente interpretada pela tradição platônico-aristotélica, que taxava tal perspectivismo como um relativismo cínico, pelo qual a verdade absoluta se via desviada constantemente por meros exercícios oratórios. Segundo Sousa e Pinto (2005, p. 57), isso se dava porque, naquela época, até então, "[...] as coisas perspectivavam-se no âmbito da problemática epistemológica do conhecimento verdadeiro [...]" e também "[...] à luz da preocupação de salvaguardar o princípio da não contradição, condição *sine qua non* da ontologia e da ciência."

Para ilustramos essa prática de argumentar, e que ilustra bem uma das ideias de Protágoras, iremos utilizar passagens de uma obra denominada **Duplos Discursos** (*Dissoi Logoi*), texto sofístico que foi encontrado entre os manuscritos de **Sexto Empírico**, mas de autoria ainda desconhecida. Supõe-se, consensualmente, que pertença originalmente a algum sofista e que pode representar/ilustrar, de alguma forma, o pensamento de Protágoras. Vejamos um pequeno trecho, somente para cunho de exemplificação (SOUSA e PINTO, 2005, p. 293), em que se têm reflexões sobre o que seria justo na *polis*, chegando à conclusão de que uma verdade absoluta seria inviável diante dos possíveis pontos de vista:

[*Dissoi Logoi* – **Duplos Discursos** ou **Discursos Contraditórios**]

> "4. Do justo e do injusto
> (1) Também se proferem duplos discursos sobre o justo e o injusto. Uns defendem que uma coisa é o justo e a outra coisa o injusto; outros dizem que justo e injusto são o mesmo. Quanto a mim, tentarei defender este último argumento. (2) E, em primeiro lugar, direi que é justo dizer mentiras e enganar. Dir-se-ia que fazer isto aos inimigos é [decente e justo] e é vergonhoso e perverso fazê-lo [aos amigos]. [Mas como é que é justo fazê-lo aos inimigos] e não aos mais amados? Por exemplo, aos pais: se o pai ou a mãe precisarem beber ou ingerir um medicamento e não quiserem, não é justo dar-lho na comida ou na bebida e não dizermos que se encontra aí? (3) Por conseguinte [é justo] mentir e enganar os pais. E é justo roubar o que pertence aos amigos e exercer a violência sobre os mais amados. (4) Por exemplo, se um dos familiares, abatido e transtornado por qualquer motivo, estiver prestes a matar-se com um punhal ou com uma corda ou com qualquer outro instrumento, é justo roubar-lhe esses utensílios, se possível, ou se se chegar demasiado tarde e já tiver o instrumento na mão, não é justo arrancar-lho à força?[...]" (DISSOI LOGOI *apud* SOUSA; PINTO, 2005, p. 291-292).

O que esse texto nos mostra é que, de certa forma, as coisas só **são** (ou **não são**), ou seja, produzem o seu sentido de uma forma ou de outra, em função das "circunstâncias oportunas" (*Kairós*), somando-se a isso as variáveis culturais provenientes do *nomos* e da *doxa* de um povo. Em outras palavras, o autor desconhecido deixa claro que a verdade, assim como o sentido, se produz apenas em função dos elementos contextuais citados acima, do nível mais imediato ao mais amplo. Exemplifica bem essa perspectiva teórica um pequeno

poema que se encontra no mesmo texto, transposto abaixo para fim de demonstração das ideias contidas nos discursos duplos, também representativas do pensamento protagórico:

> (19) [...] E, ao fazeres esta distinção, verás a outra lei
> para os mortais: nada é em todas as circunstâncias nem decente
> nem vergonhoso, mas o momento oportuno [kairós] toma as coisas
> e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes.
> (DISSOI LOGOI *apud* SOUSA; PINTO, 2005, p. 290).

Com a revisitação do pensamento de Protágoras, percebeu-se que a prática de argumentar por lados antagônicos sobre um mesmo assunto poderia ser encarada de modo mais amplo, sendo eles não mais vistos como contraditórios do ponto de vista estritamente lógico, e, sim, como contrários, ligados a perspectivas diversas. Isso seria também reflexo de uma mudança significativa da ordem política que passava o mundo grego, pois com a efetivação da democracia houve uma maior oportunidade de manifestação das opiniões e, desse modo, não se veria as coisas mais pelo viés do verdadeiro ou do falso, mais, sim, pelo viés do "melhor" e do "pior", operando-se uma hierarquização de valores. Sendo assim,

> [...] não se pode falar das respectivas experiências dizendo que um é ignorante em relação àquilo em que o outro detém a ciência, nem invocar para as qualificar os conceitos de verdadeiro e de falso, uma vez que os saberes de ambos são verdadeiros. (PINTO, 2000, p. 214).

Como podemos perceber, quando se aboliu a antítese verdadeiro x falso todos os *logoi*[5] passaram a ser "verdadeiros" e, dessa forma, entramos em outra tese de Protágoras: "tornar mais forte o argumento mais fraco". Todas as teses de Protágoras teriam total coerência e estariam interligadas entre si se colocarmos dois elementos fundamentais já mencionados: o *kairós* e a *doxa*. O primeiro estaria ligado "ao momento oportuno", ou seja, a uma situação específica. Segundo Pinto (2000, p. 220), "[...] a atenção às particularidades de uma situação concreta, marcada pelas contingências do 'aqui' e do 'agora', adquirem a maior importância não só para Protágoras, como para todos os que se ocupam da arte do *logos*." A *doxa*, por sua vez, diz respeito a todo o conhecimento popular acumulado, o senso comum, de acordo com a cultura humana ou *nomos*: "[...] assim, o que se avalia como 'melhor' resultaria da invocação pragmática de um padrão, à partida destituído de qualquer fundamentação teorética no plano estritamente cognitivo." (PINTO, 2000, p. 214).

[5] *Logoi* significa tanto os argumentos com a sua dimensão lógico/afetiva, como também o discurso em si.

Para Romeyer-Dherbey (1986), o discurso forte, ao qual se refere à reflexão protagórica, está intrinsecamente ligado à noção de democracia. É somente o discurso partilhado por todos, não unicamente por um único cidadão, mas por vários, que torna esse argumento mais forte. Nesse sentido,

> [...] cada indivíduo é, certamente, a medida de todas as coisas, mas é uma medida muito fraca se permanece só com a sua opinião. O discurso não partilhado constitui o discurso fraco (*bettón logos*); aliás, mal chega a ser um discurso porque dizer é comunicar, e toda a comunicação supõe algo de comum. Quando um discurso pessoal, pelo contrário, encontra a adesão de outros discursos pessoais, este discurso, reforçando-se com todos os outros, torna-se discurso forte (*kreitón logos*) e constitui a verdade. (ROMEYER-DHERBEY, (1986) , p. 26).

Podemos dizer que o *kairós* e a *doxa* seriam elementos significativos que os filósofos preocupados com a linguagem já haviam percebido, exercendo uma força imensa no sentido efetivo/pragmático dos discursos. No mundo moderno, com o surgimento das diversas disciplinas das Ciências da Linguagem, notamos a presença dessas noções – ainda que não nominadas – em algumas terminologias, tais como "condições de produção", "contexto", "interdiscurso" etc., que apareceram para designar o quadro teórico necessário para que todo e qualquer estudioso desse grande "bloco" entenda melhor o seu *corpus*. É sabido, então, que para entender um discurso, precisamos dar conta do contexto no qual ele está inserido, atentando-nos para as circunstâncias sócio-histórico-culturais mais amplas (*nomos)*, e para a situação imediata da enunciação (*kairós*), que inclui os interlocutores e, mais especificamente, o auditório para o qual se destina aquele discurso. Protágoras já havia percebido que a força persuasiva dos discursos estava no momento específico no qual era proferido e, também, no conhecimento aglutinado ao *logos* de cada interlocutor, pois, como todos os argumentos seriam verdadeiros, tudo dependeria das "condições de produção" ali envolvidas e das subjetividades dos interactantes, incluindo fatores da ordem do preferível e do desejável num dado contexto cultural (*nomos*).

Desse modo, o *logos* estaria diretamente conjugado ao *kairós* à medida que os argumentos são expostos em um determinado momento oportuno, decorrendo daí que todos os argumentos são verdadeiros, a depender dos pontos de vista em choque sobre os mesmos fatos, balizados por convenções, crenças e parâmetros socioculturais. Em uma de suas obras perdidas, denominada **Verdade ou Discursos Demolidores**, podemos também notar a densidade do pensamento de Protágoras, como nos mostra, por exemplo, o testemunho de **Sexto Empírico**:

> [...] alguns incluíram também Protágoras de Abdera no grupo dos filósofos que aboliram o critério, porque afirma que todas as aparências e todas as opiniões são verdadeiras e que a verdade é algo de relativo, pois que tudo o que é aparência ou opinião para um indivíduo existe desde logo para ele. Assim, ao começar os **Discursos Demolidores**, declarou: "O homem é a medida de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são." (SEXTO EMPÍRICO *apud* SOUSA; PINTO, 2005, p. 78-79).

Dito de outra forma, o *logos* encontraria sua força persuasiva nos seus elementos "exteriores", tanto oriundos da *doxa* quanto do *kairós*, que se aglutinariam nos argumentos. Segundo Capizzi (*apud* PINTO, 2000),

> [...] a comunicação da opinião do mais sábio, coadjuvada com a captação do *kairós* contingente e variável segundo as circunstâncias, permite tornar um argumento mais eficaz do que outro, substituindo na alma do destinatário uma *doxa* mais pobre e incompleta por outra mais rica e completa. (CAPIZZI *apud* PINTO, 2000, p. 216).

Nesse momento, reforçamos, mais uma vez, o perspectivismo relativista de Protágoras, pontuado na citação abaixo de Souza e Pinto (2005), citando **Esboços Pirrónicos** para **Sexto Empírico**:

> [...] também Protágoras pretende que o homem seja a medida de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são. Com 'medida' quer dizer 'critério' e com 'coisas' quer dizer 'objetos'. Assim, ele pode afirmar que o homem é o critério de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são. Também por causa disto estabelece apenas o que aparece a cada um e assim introduz o princípio da relatividade. (SOUSA; PINTO, 2005, p. 70).

Podemos perceber que, novamente, a doutrina do filósofo traz um relativismo quanto ao que se refere aos costumes, normas, leis etc. "Todas as fontes diretas estão de acordo com o sentido geral do dito de Protágoras, ou seja, que o que parece a cada um é a única realidade e que, por isso, o mundo real difere para cada um." (GUTHRIE, 1995, p. 161-162). Dessa forma, podemos resumir o pensamento de Protágoras da seguinte maneira: o sentido do *logos* se dá sempre em função do *kairós*, afetado por ele em consonância com a *doxa* e com o *nomos*, a cultura, o que relativiza o conceito de verdade.

Passemos, agora, a outro sofista, Górgias, que também nos ajudará em nosso embasamento teórico com a sua doutrina e os seus pontos de vista sobre a linguagem. Górgias fora o primeiro, segundo muitos testemunhos, a refletir sobre a estrutura "opaca" e "não transparente" da linguagem, posta como incapaz de espelhar as coisas tais e quais elas seriam no mundo fenomênico. Pode-se dizer que, enquanto Protágoras procura demolir a verdade inflando esse conceito ao infinito – "tudo é verdadeiro" –, Górgias o faz por um viés a

princípio negativo: nada existe, ou pode ser capturado de forma absoluta. No seu **Tratado do não ente**, isso fica claro no seguinte trecho:

> [...] se, com efeito, as coisas existentes são visíveis, audíveis e, em geral, perceptíveis (o que significa que são substâncias exteriores), e destas as visíveis são apreendidas com a vista e as audíveis com o ouvido e não inversamente, como poderiam estas coisas ser reveladas a outrem? O meio por que as exprimimos é a palavra, e a palavra não é nem os fundamentos das coisas nem as coisas existentes. Em suma, não revelamos aos que nos rodeiam as coisas existentes, mas a palavra, que é outra relativamente aos fundamentos das coisas. Do mesmo modo que o visível não se pode tornar audível e vice-versa, assim o existente, porque tem um fundamento exterior, não se pode tornar a nossa palavra. (GÓRGIAS *apud* PINTO e SOUZA, 2005, p. 117).

Nesse Tratado, o sofista faz referência de forma clara, porém conflituosa, às teses de seu predecessor, Parmênides, que foi um representante da chamada **Escola Eleata**[6]. Para este, "o Ser" é sempre uno e homogêneo, sendo a linguagem a representação dessa consciência perfeita e concisa. Sendo assim, para Parmênides, só é possível pensar e dizer aquilo que realmente existe, ou seja, seria aquilo que está presente em nosso mundo "real" e nos é palpável objetivamente. Já o "não-ser", para ele, seria algo inapreensível, pois não se poderia pensar e, consequentemente, dizer o que não é, o que não existe, salvo se adentramos no terreno do engano e das aparências.

No momento em que Parmênides utiliza suas teses para atrelar "o Ser" às questões de existência da verdade, Górgias irá, a partir da formulação de três teses, demolir a crença de que a linguagem seria capaz de refletir a verdade ou as coisas em sua essência. As teses, presentes no **Tratado da natureza** ou do **não ente**, seriam as seguintes: (i) nada existe; (ii) se existisse, não seria apreensível ao homem; (iii) se fosse apreensível ao homem, seria intransmissível e inexplicável a outrem. Na primeira tese, Górgias busca mostrar que, nas doutrinas da natureza das coisas, seja qual for a posição assumida, ocorrerão contradições ao longo da exposição que anulará a tese inicial. Já na segunda tese, ele refuta o critério parmenidiano, que só se pode dizer e falar o que existe. Por último, ele nos diz que, mesmo que algo existisse e fosse cognoscível, não poderia ser transmitido a outrem, pois as palavras não são as coisas, o que fica claro na citação anterior. Segundo Sousa e Pinto (2005, p. 98), "[...] pela linguagem, apenas se transmitem imagens sonoras, inaptas a veicular realidades que lhe são estranhas e relevam de outros campos sensoriais heterogêneos."

[6] Escola filosófica que acreditava na homogeneidade e unicidade do ser, assim como numa verdade ontológica.

Sendo assim, como a questão da verdade cai por terra, há, assim como já foi dito em Protágoras, uma relativização da verdade, dependendo, mais uma vez, do *kairós*, ou seja, do momento específico que aquele discurso será proferido. "É preciso uma sabedoria autêntica para escolher no momento exacto o aspecto que a situação requer, e ocultar o outro; assim o *kairós* implica, além da sabedoria, a justiça: é justo como o que vem no momento exacto" (ROMEYER-DHERBEY, 1986, p. 49).

Em outro texto, no **Elogio de Helena**, Górgias irá tratar da natureza do *logos* e da força persuasiva do discurso, o qual é capaz de operar transformações incríveis, mudando até sentimentos e realizando, portanto, mudanças no estado de espírito das pessoas. Sendo assim, para o autor, embora as palavras não sejam as coisas, elas transmitem emoção, e a comunicação seria uma "troca de emoções" que se daria através do discurso. Segundo Romeyer-Dherbey (1986, p. 45), "[...] a linguagem não tem que designar o real apagando-se perante ele, mas tocar a alma; é por isso que Górgias prefere chamar aos abutres 'túmulos vivos'." Nesse sentido,

> [...] o discurso é um tirano poderoso que, com um corpo microscópio e invisível, executa ações divinas. Consegue suprimir o medo e pôr termo à dor e despertar a alegria e intensificar a paixão. (GÓRGIAS *apud* PINTO e SOUZA, 2005, p. 129).

Em a **Defesa de Palamedes**, ao contrário, tenta-se mostrar as falhas do discurso num caso específico de tribunal, pois, como as palavras não refletem as coisas (apenas se transmitem imagens sonoras), emerge daí a dificuldade de se julgar um homem em que os algozes não presenciaram os fatos de que o acusam, mas apenas ouviram testemunhos indiretos de que o réu havia traído a Grécia. Em suma, o discurso é aquele elemento que constrói a realidade, ao invés de refleti-la, ressaltando-se a tese, aparentemente negativa, de que nada existe em sentido absoluto em função da não-transparência da linguagem.

Enfim, eis os fundamentos primários da retórica na perspectiva sofística (Górgias, Protágoras etc.), ofuscados pela hegemônica herança platônico-aristotélica: antes de qualquer coisa, a persuasão se prende ao fato de a linguagem (o *logos*) não coincidir, em sua estrutura material, com as "coisas", ou melhor, ao fato de ela não refletir "seres", "eventos", o "eu" e o "outro", exatamente como eles **são** (ou **não são**) no mundo fenomênico. A retórica, nesse sentido, antes mesmo de ser uma arte ou uma técnica, ou seja, uma "ciência" da descoberta de provas ou argumentos, como nos diz Aristóteles, torna-se por excelência, e primordialmente, a não transparência inerente à linguagem, balizada pelo *nomos*, pelo *kairós* e pela *doxa*.

A partir daí, podemos ver, nesse momento, algumas noções da retórica aristotélica que consideramos, também, de suma importância para este trabalho. Acreditamos que, mesmo tendo Aristóteles criticado veementemente os sofistas em alguns trechos da sua **Retórica**, as reflexões de ambas as partes se complementam na construção do conhecimento sobre o assunto.

1.1.3 A Retórica de Aristóteles

Na perspectiva de Aristóteles, a retórica é definida com um foco um pouco diferente, mas complementar ao que vínhamos estudando até agora com a retórica sofística. É com Aristóteles que a retórica passa a ter um tratamento mais teórico e sistematizado, assim como também mais estrutural[7]. Inicialmente podemos mencionar que, para Aristóteles, há uma relação intrínseca entre a Retórica e a Dialética. Esta, sendo um jogo intelectual dialógico entre duas pessoas, pressupõe um papel ativo e responsivo de ambas as partes, pois, diferentemente da retórica, atribuída à esfera pública, geralmente acontece entre especialistas e em âmbito privado (entre filósofo e seus pares ou discípulos, por exemplo, como nos diálogos de Platão). A dialética trata-se de uma disciplina que possui um fim em si mesma, pois argumenta-se com o simples propósito de "jogar", tendo-se como única ressalva não trapacear, o que implica em respeitar algumas regras. Já a retórica não possui um fim em si mesma, pois busca o verossímil, procurando em cada caso a sua especificidade. Ela, assim, liga-se ao âmbito da vida pública e não da privada, ou seja, aos espaços deliberativo, judiciário e epidídico da esfera social. Para Aristóteles (1998),

> [...] é, pois, evidente que a retórica não pertence a nenhum gênero particular e definitivo, antes se assemelha à dialéctica. É também evidente que ela é útil e que a sua função não é persuadir, mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso, tal como acontece em todas as outras artes. (ARISTÓTELES, 1998, p. 47).

Nessa perspectiva, tanto a retórica quanto a dialética são disciplinas imbricadas de tal maneira que, quase sempre, torna-se impossível descobrir onde começa uma e termina a

[7] Embora não saibamos até que ponto os sofistas também sistematizaram a arte retórica, pois seus escritos não foram encontrados na íntegra.

outra, mas o certo é que ambas ajudam-se mutuamente, ou mesmo são partes constituintes entre si. Reboul (2004) irá nos dizer que

> [...] retórica e dialética são, pois, duas disciplinas diferentes, mas que se cruzam como dois círculos em intersecção. A dialética é um jogo intelectual que, entre suas possíveis aplicações, comporta a retórica. Esta é a técnica do discurso persuasivo que, entre outros meios de convencer, utiliza a dialética como instrumento intelectual. Pois bem, se os dois círculos podem cruzar-se, é porque se situam no mesmo plano, e – indo mais longe – porque pertencem em sentido estrito ao mesmo mundo. (REBOUL, 2004, p. 39).

Ao longo do primeiro livro da obra de Aristóteles, ele irá narrar algumas semelhanças entre as duas artes. Para o filósofo,

> [...] a retórica é a outra face da dialéctica; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. [...] É, pois, evidente que a retórica não pertence a nenhum gênero particular e definido, antes se assemelha à dialéctica. [...] A retórica é, de facto, uma parte da dialéctica e a ela se assemelha, como dissemos no princípio; pois nenhuma das duas é ciência de definição de um assunto específico, mas mera faculdade de proporcionar razões para os argumentos. (ARISTÓTELES, 1998, p. 43-51).

Trazendo para o campo aristotélico as reflexões sofísticas, podemos dizer que a retórica está em toda a parte e não se deixa aprisionar, portanto, em nenhum campo específico. Ela reside onde está a linguagem com a sua propriedade (retórica) de não retratar as coisas como elas **são** (ou **não são**), mas de construí-las mediante fatores situacionais, culturais e emotivos.

Embora as reflexões do filósofo não passem tanto por uma reflexão acerca da natureza da linguagem, como na sofística, acreditamos que o seu estudo acrescenta informações importantes sobre as imagens de si ou *ethos*, foco deste trabalho. Isso porque, para Aristóteles, o discurso é persuasivo devido a três dimensões ou provas retóricas: o *ethos*, o *pathos* e o *logos.* Vejamos:

> [...] as provas de persuasão [ou argumentos] fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador [*ethos*]; outras, no modo como se dispõe o ouvinte [*pathos*]; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar [*logos*]. Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. [...] Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. [...] Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular. (ARISTÓTELES, 1998, p. 49-50).

A primeira prova retórica que iremos abordar é o *ethos*, isto é, a imagem que o orador cria de si no momento da sua enunciação. Trazendo para este campo as reflexões sofísticas, acreditamos que essa imagem pode corresponder ou não com a "realidade" do eu, ou seja, com aquilo que o orador seria em essência, porém, uma coisa é certa: ela irá variar e se moldar conforme o auditório ao qual se destina o discurso. Para Aristóteles, nesse caso, não se deve considerar formulações anteriores, ou seja, as informações prévias sobre o orador, mas unicamente o que será proferido diante do auditório, a imagem que se constrói naquele momento:

> [...] persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...] É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão. (ARISTÓTELES, 1998, p. 49).

Segundo a citação acima, a imagem criada pelo orador no momento da sua enunciação, excetuando qualquer imagem criada anteriormente, seria o "principal" meio de persuasão, pois legitimaria o orador, dando a ele credibilidade para poder discursar diante do seu auditório.

Outra prova retórica é o *pathos*: as emoções que podem ser despertadas no auditório através do discurso. Trata-se, portanto, de algum elemento presente no discurso que pode vir a deflagrar alguma emoção. Essa emoção do sujeito acaba surgindo na fusão entre o objeto do discurso (o seu conteúdo) e a *doxa* de determinado auditório. Por isso, para mostrar o funcionamento patêmico do discurso, precisamos conhecer o interlocutor, seus valores e perfis afetivos (GALINARI, 2006). Vejamos:

> [...] persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova e só desta que, dizíamos, se tentam ocupar os autores actuais de artes retóricas. (ARISTÓTELES, 1998, p. 49).

Para o orador, é de suma importância conhecer o auditório ao qual se pretende persuadir. Somente conhecendo as características específicas do auditório, juntamente com a *doxa* compartilhada pelos seus componentes, é que o orador poderá dosar tanto as suas palavras, como também direcionar a construção da sua imagem.

Por último, temos o *logos*, que não é mais que o próprio discurso. "Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é

persuasivo em cada caso particular." (ARISTÓTELES, 1998, p. 50). Temos, então, dois lados do *logos*: um que é a sua dimensão linguística, e outro que é a sua dimensão demonstrativa, com duas categorias argumentativas básicas: o **entimema** e o **exemplo**. Duas estruturas argumentativas, sendo a primeira uma dedução, indo do geral ao particular; e a segunda, o exemplo, uma indução, que vai do particular ao geral.

Segundo Aristóteles, o discurso envolveria três elementos indissociáveis: (i) o orador, (ii) aquilo de que se fala (o próprio discurso) e (iii) o auditório. No entanto, a finalidade do discurso seria voltada especificamente a este último, por isso também existirem três gêneros de discurso, pois, dessa maneira, todas as atividades da *polis*, ou melhor, tudo que se refere à ordem do público estaria sendo abarcada através dos três tipos de auditórios existentes. Eles são ligados a três fatores, a saber, o **gênero epidídico**, constituído por discursos proferidos em celebrações públicas, como em alguma abertura ou encerramento de algum evento da cidade, com o objetivo de elogiar ou censurar; o **gênero deliberativo**, discursos proferidos em uma assembleia, com o objetivo de aconselhar ou dissuadir sobre o futuro da *polis*; e, por fim, o **gênero judiciário**, que comporta discursos que tem por objetivo acusar ou defender determinada causa de quem pleiteou aquele júri, ou mesmo o réu, aquele que está sendo acusado de cometer determinado crime. Há de se pensar que o critério para a existência desses três gêneros visa atender um parâmetro situacional e conjuntural específico pelo qual passava o funcionamento da vida pública na *polis* grega. Um critério que visa atender às circunstâncias específicas da *polis*, ou seja, o *kairós*.

Outro critério usado pelo filósofo, que também veio ajudar nessa busca pela sistematização da retórica, foi a nomeação e especificação das partes do sistema retórico, o qual foi dividido em: **invenção**, **disposição** (desdobrando-se em exórdio, narração, confirmação e peroração), **elocução** e **ação**. Quintiliano adicionou mais um elemento, a **memória**.

Como se vê, os estudos retóricos contribuiriam eficazmente para o estudo tanto do *ethos* institucional da **Frente Parlamentar Evangélica**, ou seja, do seu caráter moral construído discursivamente (ou das formas pelas quais ela se mostraria "digna de fé"), quanto das teses e visões de mundo erigidas pelo *logos* (suas visões políticas da realidade). Na seção seguinte, abordaremos algumas ligações da retórica antiga com as teorias recentes acerca do discurso. Antes, um rápido parêntese.

Diante do visto até aqui, em relação às retóricas sofística e aristotélica, e já pensando em nosso objeto de estudo, como não nos remetermos à questão dos duplos discursos de Protágoras ao percebermos que, mesmo em um Estado que se autodenomina

laico, há, a cada eleição, um número cada vez mais crescente de candidatos religiosos nas eleições em todas as esferas da política nacional? Além disso, como não se indagar ao ver que um mesmo candidato, declaradamente evangélico (ou não), consegue, ao mesmo tempo, ratificar a laicidade brasileira e, paradoxalmente, aliar-se aos líderes religiosos representantes de igrejas evangélicas, comungando de suas ideias moralizantes com relação às políticas públicas do país (como a legalização do aborto, a criminalização da homofobia etc.)? É fato que a ideia de laicidade tornou-se, ao invés de uma barreira natural, no nosso momento atual, mais especificamente nas últimas duas décadas, o argumento mais forte, pois é justamente a ideia de laicidade que faz com que a política torne-se moralizante, com entrada cada vez mais expressiva de políticos religiosos. Isso porque, apesar de termos um Estado laico, temos uma sociedade civil religiosa, e é justamente esse um dos principais argumentos utilizados por esses políticos. Há uma parcela significativa da sociedade brasileira que precisa ser representada e reconhecida, e eles estão prontos para isso. Para elucidar o que dissemos, não mais do ponto de vista da retórica, mas agora da sociologia da religião, vejamos a seguinte citação:

> [...] mas a secularização crescente da sociedade também deve considerar a persistência das concepções religiosas e as comunidades religiosas que as expressam [Habermas, 2002ª, p.99-112]. As sociedades pós-seculares estão chamadas a questionar a racionalidade laica numa perspectiva de maior abertura em termos de expansão do conhecimento [e também da aprendizagem do pensamento religioso]. Em outros termos, o princípio de separação entre religião e política se fundaria sobre a base de uma fase "pós-secular" de respeito mútuo entre a religião e a razão [Habermas, 2006b, p.19-50]. (CIPRIANI, 2012, p. 18).

Habermas (2002) cunha o termo "pós-secular", no qual consiste em "aceitar" que a presença do religioso não mais é uma contraposição à presença da racionalidade na sociedade. Ou seja, a modernidade não mais pressuporia a laicidade do Estado e a exclusão do religioso, mas sim uma compreensão, entendimento e acomodação da religiosidade dentro das esferas do Estado.

Outra tese de Protágoras, que já podemos mobilizar em direção ao nosso objeto, diz respeito à tese que diz: "tornar o discurso mais fraco o mais forte". Quando pensamos nessa tese e no que nos disse Romeyer-Dherbey (1986) sobre o discurso forte, necessariamente nos remetemos ao discurso da FPE. Esta se empenha em levar o movimento "político-cristão" para além do Congresso Nacional, recrutando Assembleias Legislativas e câmaras municipais de todo o país para discutirem projetos de leis que são votados em instâncias locais e que, posteriormente, ajudarão a fortalecer as mesmas ideias em instâncias superiores. Esses projetos de lei no âmbito local irão disseminar valores cristãos por meio de

políticas públicas localizadas e, posteriormente, também irão ajudar, em eleições futuras, a eleger, com o apoio dos deputados estaduais e vereadores, os futuros deputados federais e senadores. Vejamos as palavras dos próprios políticos:

> [Pastor Wilton Acosta- Presidente do fórum evangélico nacional de ação social e política (Fenasp)]
> O objetivo é verticalizar a pauta parlamentar nacional, aprovando leis em todas as assembleias e câmaras. Todas. [...] Já temos 15 coordenações estaduais. Logo serão 28. Cada coordenador tem a missão de instalar uma unidade em toda a cidade de seu estado. Hoje, quando detectamos um projeto contra nossos valores, constatamos o parlamentar para agir. Mas leva tempo. No futuro será automático. (REVISTA CARTA CAPITAL, 2013, p. 21).
>
> [Vereador Herculano Borges (PSC), primeiro-secretário da Aped]
> A ideia é subsidiar os vereadores com fundamentos legais, para que ajam de forma local. (CARTA CAPITAL, 2013, p. 21).

Pensando na construção do *ethos*, mais precisamente na imagem criada pela FPE no momento da sua fundação, e já utilizando os teóricos que se seguem na próxima seção com Aristóteles (1998) e Amossy (2011), podemos pensar na imagem criada até o início dos anos 80 por esses políticos, que seriam os denominados "políticos evangélicos", mas que depois, com a redemocratização do país e com a entrada avassaladora da **Igreja Universal** no jogo político, essa imagem é necessariamente reconstruída, passando, segundo Leonildo Silveira Campos (2006), aos denominados "políticos de Cristo". Feito esse pequeno parêntese, adiantando já algumas reflexões que as retóricas sofística e aristotélica poderiam suscitar sobre a FPE, passemos à seção seguinte.

1.2 Retóricas antigas: uma relação de contato com a contemporaneidade e os estudos da linguagem

Pode-se dizer que a retórica antiga foi exclusivamente a primeira disciplina que se preocupou para além de uma reflexão filosófica e estritamente linguística de abordagem da linguagem. O que queremos dizer é que essa disciplina preocupou-se não somente com a sistematização e as reflexões acerca da natureza da linguagem, mas também com a linguagem em uso e, para tanto, fora primordial e essencialmente considerada toda uma conjuntura sócio-político-cultural em que se inseria o mundo grego da época. Não só houve um conjunto de pensadores diversos, mas também inúmeras linhas de pensamento que não somente se

contentaram em refletir sobre o discurso persuasivo, mas também pensar sobre os seus diversos mecanismos (como o ritmo para Górgias, ou os elementos da dimensão emotiva e racional para Aristóteles) e, assim, sistematizá-los a partir dos seus tratados de retórica.

Com o passar do tempo, sabe-se que a retórica nunca se extinguiu completamente, mas passou por inúmeros momentos nos quais foi deixado de lado o seu conjunto de dispositivos integrados. Isso significa que as suas 5 partes (**invenção**, **disposição**, **elocução**, **ação** e **memória**) foram delimitadas e reduzidas, muitas vezes, a um único elemento do sistema (a elocução e os estudo das figuras de linguagem), o que excluiu o fator persuasivo propriamente dito de sua competência, transformando-se numa ciência do ornamento. Isso irá ocorrer até o século XIX, quando ela realmente quase desaparece em decorrência do surgimento de duas correntes de pensamento: o **positivismo** e o **romantismo**. No entanto, é a partir da década de 50, com a retomada dos estudos da argumentação, que há um retorno da retórica clássica, com foco na perspectiva aristotélica. Existem diversas disciplinas no campo dos Estudos da Linguagem que ressuscitaram problemas que dizem respeito à retórica clássica: Linguística da Enunciação, Pragmática, Linguística Textual, Análise do Discurso etc. Se, como foi dito acima, a retórica é um estudo dos mecanismos persuasivos de um discurso e, como sabemos, isso se deu levando em consideração todo o contexto histórico-social daquela época, pode-se, e por que não, dizer que algumas disciplinas dos estudos da linguagem continuam perpetuando inúmeros conceitos que nasceram na retórica antiga. Há a reintegração, principalmente pela Análise do Discurso, das chamadas provas retóricas aristotélicas: *ethos*, *pathos* e *logos*. Segundo Galinari (2009),

> [...] é difícil afirmar se o que está ocorrendo hoje é realmente uma 'apropriação' por parte de um campo disciplinar (os estudos linguístico-discursivos) de conceitos de outro campo mais antigo, o da Retórica, ou se, na verdade, aquilo a que estamos assistindo é uma recomposição ou reunificação de uma Arte Geral da Influência no espaço interdisciplinar e contemporâneo da AD. (GALINARI, 2009, p. 164).

Para corroborar também o que vem sendo dito e justificar a posição aqui tomada, a saber, a consideração da AD como uma neorretórica, dentre outras disciplinas dos Estudos da Linguagem, obviamente cada qual com as suas especificidades, faz-se necessária a seguinte citação de Amossy (2011):

> [...] em todos os casos, a argumentação é inseparável do funcionamento global do discurso, e deve ser estudada no quadro da Análise do Discurso. Isso permite, com efeito, examinar a inscrição da argumentação na materialidade linguageira e em uma situação de comunicação concreta. (AMOSSY, 2011, p. 132).

Se, como foi dito acima, a argumentação e o estudo dos mecanismos que regem um discurso são inseparáveis e, justamente por esse motivo, devem ser estudados pela AD e outras[8] disciplinas dos Estudos da Linguagem, por que então não assumir a Análise do Discurso como uma neorretórica? Ao contrário do que muitos autores preferem não fazer, deixando o legado da retórica somente para as teorias da argumentação de Perelman (2002) e de outros estudiosos. A noção de dimensão argumentativa cunhada por Amossy (2011), em que ela afirma existir uma "dimensão argumentativa", mesmo nos gêneros que aparentemente não têm o objetivo claro de persuadir, significa, para nós, um dos elos (perdidos) entre a AD e os estudos retóricos antigos. Isso porque, para a autora, toda palavra é necessariamente argumentativa, o que se encaixa perfeitamente no postulado sofístico de que a persuasão é inerente a todo discurso, justamente pelo fato de que todo discurso – e aqui está a retórica – não coincide plenamente com as coisas, visto que está sob o filtro constante da cultura, do homem-medida e de sua história. Sem mais indagações, vejamos o seguinte comentário de Klinkenberg, no prefácio do livro **Retóricas de Ontem e de Hoje** (MOSCA, 2004, p. 13): "[...] evidentemente, essa retórica moderna em devir não poderia consistir numa recuperação integral da retórica clássica. A história, de fato, remodelou constantemente as fronteiras do império retórico, nele desenhando novos reinos e novas repúblicas."

Para Mosca (2004), as novas teorias da argumentação (Perelman e seus posteriores e a Retórica Geral do grupo μ) seriam um eixo importantíssimo da retomada da retórica antiga, que, juntamente com os estudos de disciplinas como a Pragmática, a Semiótica e a Linguística iriam se sobrepor e contribuir para uma nova retórica que comportaria as inúmeras necessidades dos nossos dias. Segundo a autora,

> [...] conforme se pode perceber, a Retórica – enquanto teoria do discurso persuasivo – confina com várias disciplinas, delas recebendo subsídios, ao mesmo tempo em que fornece seu arsenal já milenar, a partir das experiências que o homem tem feito desde que percebeu a força de seu discurso sobre o outro. (MOSCA, 2004, p. 26).

O simples fato de se abordar constantemente, hoje, um discurso (*logos*) sendo proferido por um orador (*ethos*), e que irá despertar diversas emoções em um determinado

[8] Se, como dissemos, a AD seria uma neorretórica, podemos dizer também que a pragmática (obviamente com as suas origens históricas diversas e suas diferenças) teria uma proximidade muito clara com o que acreditavam os sofistas. O artigo **Desfazendo mitos sobre a pragmática**, de Danilo Marcondes (2000), aborda os cinco mitos que rondam os estudiosos que criticam essa área do estudo da linguagem, como o mito que a pragmática reduz o conceito de verdade, ou mesmo que ela relativizaria tudo, tanto do ponto de vista ético, quanto do conhecimento. Trata-se de indagações pertinentes ao estudo da linguagem que nos propomos aqui.

auditório (*pathos*), corrobora o ponto de encontro entre as teorias que surgiram recentemente e a Retórica clássica, caracterizando a AD como uma neorretórica a seu modo. As provas retóricas definidas na obra de Aristóteles continuam presentes também em algumas das teorias argumentativas surgidas a partir da década de 50. Segundo Mosca (2004, p. 22), "[...] estes são os três elementos que irão figurar em todas as definições posteriores e que compreendem o instruir (*docere*), comover (*movere*) e o agradar (*delectare*)." Já em outro trecho, a mesma autora (MOSCA, 2004) irá nos dizer que a retórica nos permite conciliar diversas emoções e desejos juntamente com o conhecimento, ou seja, permite-nos considerar o *ethos* e o *pathos* como elementos indissociáveis, sendo logicamente intermediados pelo *logos.*

Sabemos também que todo discurso possui um certo grau de persuasão, mobilizando assim diversos recursos para que a linguagem exerça uma ação sobre o sujeito. Segundo Mosca (2004),

> [...] nesse sentido, todo discurso é uma **construção retórica**, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão. (MOSCA, 2004, p. 23, grifo do autor).

Na Grécia antiga, os três gêneros de discurso descritos por Aristóteles em seu manual de retórica davam conta perfeitamente das necessidades político-sociais da época. No entanto, dando um salto no tempo, com a retomada da retórica por Perelman (2002), a arte de persuadir passa a abarcar novos gêneros, porém com outras limitações para a teoria da argumentação. Perelman irá reabilitar a retórica em sua totalidade, mostrando que a argumentação funciona por uma lógica dos valores (*Doxa*) em detrimento a uma lógica formal (Demonstração), por isso mesmo ele rompe com a última.

Segundo Amossy (2011), Perelman (2002) irá limitar intrinsecamente a argumentação à mobilização dos recursos da linguagem para a adesão de teses pelo auditório. A autora acredita que a argumentação vai além de um assentimento de uma tese, pois acredita que a argumentação possa até modificar a visão de mundo do alocutário. É com Amossy (2011) que a reflexão sobre argumentação torna-se ampla, em consonância com os estudos da retórica sofística e aristotélica, e por isso mesmo é utilizada por nós neste trabalho. Segundo Amossy (2011),

> [...] passa-se, então, a uma concepção mais larga de argumentação, entendida como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos

> recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário [...] ampliando a da nova retórica de Perelman, pela tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir. (AMOSSY, 2011, p. 130).

Mesmo nos textos em que não vemos de forma tão clara os elementos que foram mobilizados para gerar determinados efeitos de sentido, como em um texto exclusivamente informativo, o grau de persuasão não é zero, pois há sempre uma **dimensão argumentativa** atuando. A argumentação em Amossy (2011) é tratada como uma propriedade da linguagem em funcionamento e que, portanto, não é necessariamente consciente. Está na força da linguagem em uso, mesmo à revelia das intenções do orador e de qualquer programação, por isso o interesse no conceito de "dimensão" e "intenção" argumentativa:

> [...] é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiros(s). No primeiro caso, o discurso manifesta uma intenção argumentativa: o discurso eleitoral ou o anúncio publicitário constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, o discurso comporta, simplesmente, uma dimensão argumentativa. (AMOSSY, 2011, p. 131).

Já sabemos que, a partir da década de 1950, houve uma retomada mais vigorosa dos estudos sobre a argumentação, a partir das obras de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) e de Toulmin (2001). No quadro da Análise do Discurso (AD), é Amossy quem retoma as concepções retóricas (antigas e contemporâneas) e as incorpora nos procedimentos de investigação de *corpus*. Nesse sentido, a autora alça a argumentação a todo e qualquer meio verbal capaz de influenciar (conscientemente ou não), no interior de uma situação específica e de um contexto cultural mais amplo, superando a redução da argumentação (ou da retórica) a técnicas repertoriáveis e/ou esquemas abstratos de raciocínios (como o **entimema** e o **exemplo**).

Para a autora, o discurso não deve se reduzir ao estudo do raciocínio lógico, pois isso limitaria a análise ao estudo da estrutura. O interessante seria conciliar tanto o *logos* discursivo, com a sua dimensão linguística e todos os mecanismos da linguagem, com o *logos* enquanto raciocínio, que seria a dimensão racional do discurso, como o **entinema**, o **exemplo** e, também, as **falácias**. Segundo Amossy (2011),

> [...] o discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. (AMOSSY, 2011, p. 132-133).

Para a autora, e ao que interessa a presente dissertação, a argumentação não se resume às provas *ethos*, *pathos* e *logos* na sua dimensão de raciocínio, mas também a todos os recursos de linguagem, como: os pronomes pessoais, a polifonia, os índices de modalização, os implícitos, a prosódia etc. Desse modo, é oportuno dizer que um dos objetivos desta pesquisa é justamente mostrar como o *ethos* se constrói linguisticamente e, para tanto, continuaremos, a partir de agora, a conceituar o *ethos* e algumas ferramentas para a sua apreensão no *corpus* eleito para esta pesquisa.

1. 3 *Ethos* discursivo e *ethos* institucional: uma relação necessária

Mesmo sabendo que as três provas retóricas – *ethos*, *pathos* e *logos* – são totalmente imbricadas, cabe, neste momento, não excluindo as outras duas provas, nos dedicarmos exclusivamente a uma delas, conforme o recorte estabelecido para esta pesquisa. A natureza do *ethos* é totalmente discursiva e linguística em Aristóteles e, em algumas teorias dos dias de hoje, esse elemento refere-se impreterivelmente à imagem do orador construída no momento da enunciação. Para Aristóteles (1998), o *ethos* é uma imagem formada no momento único da enunciação. Porém, para Amossy (2008), não somente o momento da enunciação irá "desenhar" essa imagem para o auditório, mas também o que a autora denomina de "*ethos* prévio": as informações anteriores, conhecidas ou inferidas pelo auditório, ou melhor, as imagens pré-concebidas do orador e que o significam no momento do seu discurso. Essa imagem passaria por um processo de estereotipagem, que determinada comunidade discursiva passa a construir antes mesmo do momento da enunciação. Segundo Amossy (2008),

> [...] a estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. (AMOSSY, 2008, p. 125).

Além disso, há uma reciprocidade entre os interactantes, pois não é somente o auditório que concebe uma imagem do seu orador. Este também, no momento da sua enunciação, projeta seu discurso para uma plateia da qual ele prevê os valores que ali estão em voga. Salvo por intencionalidade, caso o orador queira gerar algum tipo de polêmica, ele

irá, obviamente, utilizar as informações que cercam aquela comunidade para assim se beneficiar no momento do seu discurso. Valores mais específicos e também os mais abrangentes que permeiam aquela plateia serão usados para criar a imagem desejada pelo orador.

Segundo Amossy (2008), na sua formulação sobre o *ethos*, a partir de conceitos de outras disciplinas como a pragmática e a sociologia dos campos, seria necessário integrar a imagem discursiva ao *status* social. Não somente o *ethos* discursivo, ou seja, o retórico, que é a base para essa reformulação, mas a noção de imagem de si abordadas em outras disciplinas, como a pragmática, que corresponde aproximadamente ao *ethos* dos retóricos e, também, a da sociologia dos campos, que vê nas posições sociais e nas trocas simbólicas a força da persuasão. Nesse sentido, não só o intradiscursivo seria valorizado, mas também a posição institucional do locutor.

Sendo o *ethos* uma imagem (de si) oriunda da palavra em ação, acreditamos que os subsídios sofísticos nos ajudariam a entendê-lo mais profundamente, não como uma verdade sobre o "eu" (tal e qual ele é), mas como uma construção social e discursiva num dado contexto (ou *kairós*), com fins determinados.

Pensando na presente pesquisa, podemos dizer que as doutrinas de Protágoras e de Górgias são de grande valia para analisarmos o *ethos* institucional da **Frente Parlamentar Evangélica**. Como já dissemos, o *ethos* é a imagem criada pelo orador no momento da sua enunciação, sem nenhuma garantia de correspondência em relação ao que ele "realmente" seria na realidade fenomênica. Sendo assim, nos baseando nas teses de Protágoras, essa imagem não corresponde a uma "verdade" absoluta sobre o "eu", pois todos os "eus" seriam, dessa forma, "verdadeiros", ou seja, construídos em perspectiva de acordo com o *kairós*, a *doxa*, as condições de produção e os valores atuantes nas subjetividades dos falantes. Vendo a questão a partir de Górgias, pode-se cogitar ainda que, se as palavras não correspondem às coisas, se a linguagem transmite somente imagens sonoras que não podem recuperar plenamente a realidade (do "eu"), então a construção do *ethos* seria algo efêmero que só se efetiva no momento único (*kairós*) das enunciações, sendo o auditório ali presente passível de co-construir essa imagem segundo seus julgamentos de valor e sua bagagem sociocultural. Tendo, portanto, Górgias como parâmetro, os "eus" seriam todos "falsos", pois, como já dito anteriormente, tal sofista procura demolir a verdade por um viés contrário ao de Protágoras, acreditando que "nada existe" enquanto realidade efetiva. Em suma, não se pode estabelecer uma verdade sobre o "eu", o que se consubstancia na contribuição da sofística se a trazemos para o campo do *ethos* aristotélico.

Diante do que vimos, um problema que se apresenta a essa pesquisa é: como apreender o *ethos* no discurso, no caso o discurso da FPE? Como essas imagens poderiam ser avaliadas em perspectivas de acordo com as crenças de cada auditório? Através de quais mecanismos linguístico-discursivos? Para tanto, partimos da hipótese de que alguns elementos tratados pela linguística da enunciação são de grande valia para a análise, uma vez que permitem apreender o homem que fala no interior da própria fala, como nos diz Benveniste (1995). Tais mecanismos, os quais foram escolhidos por nós para a análise do *corpus*, são os termos dêiticos, os índices de modalização e os marcadores de polifonia.

Acreditamos que essa imagem do homem ou da instituição que fala, no interior da própria fala, nada mais é do que um efeito de *ethos* do discurso e, para tanto, apresentaremos esses recursos brevemente abaixo, uma vez que, posteriormente, eles nos ajudarão a organizar a análise do *corpus*. Ressalte-se que todo e qualquer elemento da língua pode atuar na construção do *ethos*, mas, como não temos aqui condições de estudar muitos elementos, efetuamos esse recorte.

1.3.1 O *ethos* e a sua materialização linguística

Para compreender como o *ethos* se configura no texto, concentrar-nos-emos em fenômenos linguístico-discursivos que são passíveis de revelar uma "imagem" da instância produtora no discurso. Desse modo, reconhecer valores, desejos, vontades, posicionamentos morais etc. são formas de se construir e de se interpretar as várias facetas possíveis do *ethos*. Nesse sentido, a linguística da enunciação, com os seus diversos dispositivos de linguagem já estudados, pode ser de grande valia para o analista.

Para Fuchs (1985), a enunciação seria herdeira da Retórica, da Gramática e, em menor escala, da Lógica. Porém, o campo da enunciação não se assenta apenas em uma teoria, mas em diversas perspectivas complementares. Segundo Flores e Teixeira (2010, p. 101), "[...] supor a existência de um campo – a linguística da enunciação – não significa propor a hierarquização de teorias, mas instituir um ponto de vista segundo o qual, respeitadas as diferenças, é possível vislumbrar unidade na diversidade." Os mesmos autores irão nos esclarecer que "[...] no entanto, apesar dessa aparente dispersão, há algo de unificador: a crença na língua como ordem própria que precisa ser atualizada pelo sujeito a cada instância de uso". (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 106)

Segundo a concepção de enunciação aqui reportada, que tem Benveniste (1995) como seu expoente, o estudo da linguagem contemplaria o emprego da língua (o seu **uso**), e não o emprego das formas da língua. Para o autor, é justamente o estudo do momento único em que o sujeito apropria-se da língua que se engendra o ponto-chave de sua teoria. Estamos referindo-nos ao momento em que o ato individual do locutor, que se apropria da língua, transforma-a em discurso. Aqui, parte-se do pressuposto de que enunciar é um ato singular de utilização da língua instaurado na dinâmica de um "eu-tu-aqui-agora", pois todo discurso está localizado em coordenadas pessoais-temporais-espaciais.

Nesse processo comunicativo, erige-se uma imagem enunciante (aquele que diz – "eu"), em uma relação com o outro ("tu") e, ao mesmo tempo, numa relação com o mundo ("ele"). Isso se dá numa relação comparativa com o outro, pois, segundo Benveniste (1995, p. 286, grifo do autor), "[...] a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*." Essa apropriação da língua constrói uma imagem de si de modo particular, revelando a subjetividade no discurso, que pode ser assim descrita: "[...] a 'subjetividade' de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'." (BENVENISTE, 1995, p. 286). Além disso, é primeiramente através da instauração da pessoa na materialidade linguística que é instalada a referência ao tempo e ao espaço. Sendo assim, ganham importância nos estudos enunciativos os chamados dêiticos, isto é, uma gama de elementos linguísticos que fazem menção à pessoa, ao tempo e ao espaço da enunciação.

Os dêiticos se caracterizam por serem fenômenos compreensíveis apenas com o conhecimento da situação de produção de um discurso, e também seriam importantes na apreensão do *ethos*. Por exemplo, em uma enunciação em primeira pessoa, o "eu" mostraria mais explicitamente a sua presença, engajamento ou envolvimento com o conteúdo do enunciado, deixando entrever uma imagem mais emotiva ou comprometida ideologicamente. Valendo-se do "tu" ou "você", o locutor mostraria uma relação mais próxima ou mais comprometida com o seu interlocutor, erigindo-se como alguém acima ou abaixo hierarquicamente. O apagamento do "eu" ou do "tu" (o uso da terceira pessoa ou de fórmulas impessoais), ainda poderia construir um *ethos* de distanciamento, frieza ou neutralidade/imparcialidade, a depender do contexto. Os dêiticos podem abarcar: os pronomes pessoais que indicam os participantes (eu/tu); os advérbios de lugar, que são marcadores de tempo (agora, hoje, amanhã, etc.); e os demonstrativos (aqui, lá, este, esse, aquele, etc,), os quais materializam linguisticamente o espaço da cena enunciativa.

Os mecanismos de temporalização e espacialização já eram conhecidos e utilizados pelos gregos antigos de forma consciente, ou seja, para a obtenção de efeitos específicos na construção dos discursos. Obviamente não com a noção que temos hoje, depois das teorias da linguística da enunciação, porém já se podia ver ali uma preocupação em entender e colher os "benefícios" do momento específico da enunciação. Para ilustrar esse elo entre os tempos antigos e modernos, ou seja, a compatibilidade das teorias retóricas presentes acima com as teorias enunciativas, vejamos a seguinte citação:

> [...] quanto à maneira como se equacionam *kairós* e *apatê* na reflexão de Protágoras sobre o *logos* retórico, do que foi dito sobrelevam-se uns breves apontamentos. No que diz respeito ao primeiro, a mobilização do oportuno, a atenção às particularidades de uma situação concreta, marcada pelas contingências do "aqui" e do "agora", adquirem a maior importância não só para Protágoras, como para todos os que se ocupam das artes do *logos*, pelo que não podemos assinalar nesta matéria nenhuma inovação específica em relação às práticas correntes. (PINTO, 2000, p. 220).

Dessa forma, a dêixis espacial funcionaria como pistas dos elementos situacionais e culturais que prefiguram o *ethos*. Indo mais além, acreditamos que os elementos linguísticos que dão substância à subjetividade (ou *ethos*) são diversos: os índices de modalização, as formas de citação polifônicas etc., e seria no manejo de tais recursos que os locutores poderiam construir um tipo de *ethos* (e não outro), ou melhor, uma imagem de si atuante, retoricamente, numa conjuntura dada. Segundo Flores *et. al.* (2008, p. 27), um pressuposto comum às perspectivas enunciativas é que estas não comportariam "[...] o estudo do sujeito tomado como uma entidade, eis que transcende seu quadro teórico, todavia a tarefa de estudar as marcas da enunciação do sujeito no enunciado é da Linguística da Enunciação." Podemos, ainda que inusitadamente, vislumbrar uma compatibilidade da Linguística da Enunciação com a sofística, pois, em se tratando de subjetividade ou de *ethos*, não se trata de apreender uma verdade essencial ou uma ontologia sobre o "eu", mas apreendê-lo como uma construção do *logos* com todos os seus fatores linguístico-enunciativos. Segundo Flores e Teixeira (2010),

> [...] com isso queremos dizer que, se por um lado é absolutamente legítima a teoria enunciativa que busca dizer algo sobre aquele que enuncia, por outro, não se pode dizer que seja inerente ao estudo enunciativo a abordagem do sujeito. Apesar da redundância, vale insistir: a linguística da enunciação estuda a enunciação do sujeito e não o sujeito em si. (FLORES; TEIXEIRA, 2010, p. 108).

Sendo assim, para os autores, trata-se da apreensão das representações do sujeito no enunciado, e não do indivíduo enquanto essência ou verdade absoluta. Dito isso, falemos rapidamente sobre mais alguns mecanismos linguísticos estudados pelo campo da enunciação,

que funcionarão, nesta pesquisa, como ferramentas para captar as imagens daquele que enuncia (ou *ethos*).

Há também marcas de enunciação que não são dêiticas e, nesse momento, referimo-nos aos modalizadores que variam tanto de campos de estudos (sendo estudados em diversas áreas), como das inúmeras conceituações dessa categoria e das várias orientações teóricas. Entretanto, não iremos fazer um levantamento exaustivo sobre essas definições, assim como de seus autores e áreas afins. Por isso, iniciaremos com a definição de modalização escolhida por nós: os índices de modalização são partículas que nos permitem realizar o caminho que vai do enunciado à enunciação, ou seja, são **maneiras de dizer** um dado conteúdo proposicional. Segundo Bally (1965, p. 38 *apud* MACHADO, 2001, p. 65), a modalização é a "[...] forma linguística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito falante enuncia sobre uma percepção ou sobre uma representação do seu espírito." Uma dúvida que persiste é se todos os enunciados seriam modalizados (ou não). Diante dessa questão, tendemos a pensar segundo os dizeres de Moura Neves (2011):

> [...] de um lado, pode-se dizer que, se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca. (MOURA NEVES, 2011, p. 152).

Nessa perspectiva, todos os enunciados se encaixariam dentro da noção de modalização, pois um de seus tipos/classes mais fundamentais é a modalidade frástica, a qual se refere aos tipos frasais tradicionalmente conhecidos, como a frase assertiva, interrogativa, exclamativa e imperativa. Desse modo, já cairia por terra a tese de alguns estudiosos, como, por exemplo, aquela reportada por Ducrot. Na visão de Moura Neves (2011),

> [...] o aspecto não-modal dos enunciados viria da descrição das coisas, das informações a propósito delas, da informação objetiva, e os aspectos modais seriam os relativos às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas ao longo do discurso. (MOURA NEVES, 2011, p. 153).

Na sua visão, enunciados do tipo "constativo", para falar em termos pragmáticos, como a descrição ou a asserção impessoalizada, estariam fora do campo das modalizações ou do âmbito da subjetividade. No entanto, no momento em que o enunciado é proferido, ele se

encaixaria, automaticamente, num desses tipos de frases, o que já mostraria, por parte do locutor, um posicionamento com relação ao alocutário e ao mundo que o cerca.

O interesse por essa "marca" que o locutor dá ao conteúdo proposicional é, mais uma vez, antigo, pois desde a época clássica já se fazia a divisão entre conteúdo e forma. Porém, foi na Idade Média que essa noção se aprimorou. O conceito de modalização foi cunhado a partir da distinção entre os termos latinos *modus* (maneira de dizer) e *dictum* (o que é dito). O último termo liga-se ao conteúdo proposicional dos enunciados e o primeiro ao posicionamento/engajamento do falante em relação ao seu conteúdo. Cada tipo de modalidade, a saber, a **frástica**, que mostra o tipo frasal tradicionalmente reconhecido em que se encaixaria o enunciado; a **lógica**, com axiomas rígidos das ciências formais, referindo-se à verdade ontológica; a **epistêmica**, inerente ao conhecimento e a crença de quem enuncia com relação ao enunciado; a **deôntica**, inerente às obrigações ou permissões; e a **apreciativa**, que qualifica os seres e objetos, demonstraria as opiniões, vontades, desejos ou condições psicológicas do locutor. Os modalizadores, assim, seriam pistas da subjetividade apresentada no discurso e, por que não, do *ethos*. Por exemplo, em um enunciado deôntico como "você **tem que** me ajudar", a partícula modalizadora em negrito poderia denunciar um *ethos* de locutor autoritário/impositivo ou mesmo de alguém desesperado, a depender do contexto. O mesmo vale para a expressão epistêmica "**é possível que** a retórica seja uma boa referência", em que a expressão destacada indicaria um *ethos* de sujeito maleável, em estado psicológico de provável incerteza, indicando uma subjetividade flexível, ao contrário da partícula "**é certo que**", capaz de denunciar uma imagem contrária, assertiva ou dogmática, se posta no mesmo enunciado.

Os índices linguísticos de modalização são os modos e tempos verbais; advérbios (talvez, felizmente, lamentavelmente); predicados cristalizados como adjetivos ('é certo', 'é preciso', 'é necessário'); performativos ('eu ordeno', 'eu prometo', 'eu te proíbo'); verbos auxiliares (poder, dever, ter/que, haver de, precisar de); verbos de atitude proposicional ('eu creio', 'eu sei', 'eu duvido', 'eu acho'); a entonação e demais marcadores prosódicos etc.

Finalmente, podemos acrescentar em nossa lista o fenômeno da **polifonia**[9] ou das formas de citação, estudado por Bakhtin (1995) em sua obra **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, e que, posteriormente, foi absorvida pelos estudos enunciativos de Authier-

[9] Polifonia é um conceito que se refere às diversas vozes que compõem um discurso. Verificar mais sobre o conceito de polifonia em Problemas da Poética de Dostoiévski, BAKHTIN (2010).

Revuz (1990) e da Análise do Discurso Francesa. Segundo Grigoletto (2005, p. 118), "[...] ao propor tais concepções de língua e discurso, Bakhtin contempla a inscrição, a presença do discurso outro em toda e qualquer prática discursiva. Ou seja, contempla a heterogeneidade como elemento constitutivo do discurso." No campo da enunciação e do discurso, podem-se mencionar as teorizações de Authier-Revuz (1990), que, a partir de Bakhtin e de sua formulação teórica sobre o **dialogismo**[10], cunhou o conceito de heterogeneidade discursiva. Entretanto, ao transpor a noção de polifonia de Bakhtin para a Análise do Discurso francesa, Authier-Revuz (1990) irá realizar alguns deslocamentos, os quais ficam visíveis principalmente na questão do sujeito. Para a autora, ao contrário de Bakhtin, o sujeito não seria totalmente consciente das vozes que carrega em seu discurso, pois ela acreditava, em sintonia com as ideias do precursor da AD, Michel Pêcheux, que o sujeito é interpelado ideologicamente e atravessado por um já-dito, pelo viés do inconsciente. Segundo Grigoletto (2005),

> [...] trata-se de um outro que intervém nas diferentes práticas discursivas, via memória histórica, via interdiscurso, apontando para os diferentes efeitos de sentido. Eis o que marca a especificidade da presença desse discurso-outro na AD, diferentemente de Bakhtin. (GRIGOLETTO, 2005, p. 125).

Para a autora, existiriam dois tipos de heterogeneidade, a "mostrada" e a "constitutiva". Para ela,

> [...] é ao corpo do discurso e à identidade do sujeito que remetem as diversas formas da heterogeneidade mostrada em sua relação com a heterogeneidade constitutiva: proibidos, protegidos na denegação, por formas marcadas, discurso e sujeito são, ao contrário, expostos ao risco de um jogo incerto pelas formas não marcadas e devotadas à perda, face à ausência de toda heterogeneidade mostrada, no emaranhado da heterogeneidade constitutiva. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34)

A **heterogeneidade marcada** se definiria por uma inscrição explícita da voz do outro no discurso, o que se daria por duas vias, uma "marcada" e outra "não-marcada". A **marcada** corresponderia a uma citação textual de maneira direta ou indireta, usando recursos para se explicitar a voz do outro, como as aspas, o recuo, o itálico, verbos *dicendi* etc. Através da forma marcada, utilizando o discurso direto, o discurso do outro aparece na sua integralidade, existindo uma dificuldade maior para uma distorção da fala do outro. No

[10] O Dialogismo diz respeito às relações estabelecidas entre locutor e interlocutor nos processos discursivos, sendo o princípio dialógico constitutivo da linguagem. Verificar mais sobre esse conceito nas obras de Mikhail Bakhtin.

entanto, na forma **marcada** com o uso do discurso indireto, há uma parafrasagem que mesmo existindo marcas explicitas do outro no discurso, uma ancoragem, é possível, de forma fácil, fazer uma omissão de determinadas partes ou uma nova versão ao discurso mencionado. Já no segundo tipo, na **heterogeneidade mostrada não-marcada**, haveria uma paráfrase no enunciado, existindo assim uma incorporação do discurso do outro sem sinais linguísticos específicos, que corresponderia ao discurso indireto-livre.

Para a autora,

> Efetivamente, as formas não marcadas da heterogeneidade mostrada – discurso indireto livre, ironia... de um lado, metáforas, jogos de palavras... de outro lado – representam, pelo continuum, a incerteza que caracteriza a referência ao outro, **uma outra forma de negociação** com a heterogeneidade constitutiva; uma forma mais **arriscada**, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34, grifo do autor).

Já a **heterogeneidade constitutiva** apoia-se claramente no dialogismo bakhtiniano, pressupondo que todo discurso estaria, necessariamente, abastecido por outros discursos que constituem a sua estrutura, mesmo que inconscientemente. O importante de considerações como essas seria que o manejo das vozes no discurso, das formas de citação, funcionaria como pistas da constituição do *ethos*, uma vez que é na relação polifônica de um discurso com outros discursos que o "eu" constrói a sua imagem em termos de posicionamento. Dito de outra forma, é em relação às vozes que o sujeito toma para si (ou que cita para se demarcar) que ele constrói a sua identidade política, social, afetiva e religiosa. Segundo Grigoletto (2005, p. 124), "[...] a partir dessas reflexões da autora (Authier-Revuz), podemos constatar que a **heterogeneidade constitutiva** é da ordem do interdiscurso, do Outro, enquanto a **heterogeneidade mostrada** é da ordem do intradiscurso, do outro, já que se lineariza no fio do discurso." Apesar disso, um discurso não é predominantemente uma ordem, ou outra. Pelo contrário, é um emaranhado das duas coisas, pois é justamente esse entrelaçamento que dará sentido ao discurso.

No entanto, Bakhtin possui um outro conceito complementar ao de polifonia que talvez seja de grande valia para esta dissertação, principalmente no terceiro capítulo, nas análises. Esse conceito seria o de monofonia, que consistiria em uma voz predominante no texto, a qual "ocultaria" as demais. Segundo (MELO, 2003)

> [...] monofonia e polifonia são tomadas como efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se manifestam no texto. Assim, mesmo sendo o dialogismo a condição fundamental da linguagem e do discurso, há textos predominantemente polifônicos ou monofônicos, dependendo das estratégias discursivas acionadas. Nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever; nos textos monofônicos eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz. (MELO, 2003, p. 907).

Para ilustrar parcialmente o que fora dito acima, podemos dizer que no discurso religioso há uma tentativa, muitas vezes consciente, de utilização desses mecanismos linguísticos para a inserção explícita do outro, ou mesmo na tentativa de apagá-lo. Isso ocorre como uma forma de "manusear" o texto bíblico e, para tal, o líder religioso utiliza a forma do discurso indireto. Para ele, utilizar essa forma é uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que "remete" a palavra a Deus, ou aos personagens bíblicos, ele encontra um modo de obter credibilidade e aceitação por parte dos fiéis, pois quem escrevera aquelas palavras fora o próprio Deus, ou pelo menos alguém inspirado por ele. Em contrapartida, ele (o pastor) poderá omitir alguns, ou vários trechos da citação utilizada, manipulando, a seu favor, e conforme o sentido que queira empregar, o texto bíblico.

Esse recurso é um processo de parafrasagem, em que, apesar de fazer referência clara ao autor, não possui compromisso de que o texto será transmitido na sua integralidade, o que favorece a omissão ou mesmo a distorção de parte do texto, dando ao pastor-enunciador a possibilidade de uma versão diferente. Ao mesmo tempo, há uma tentativa de determinação no nível do intradiscurso, pois se utiliza de uma ancoragem para inscrever o outro (Deus) no discurso, havendo uma tentativa de homogeneização também no nível do interdiscurso, quando o mesmo pastor-enunciador usa um pronome na primeira pessoa do plural para se incluir no "rebanho", aparentando estar no mesmo nível dos fiéis ali presentes. Em contrapartida, em alguns momentos, há claramente a tentativa de uma homogeneização no nível do interdiscurso. Tenta-se um apagamento total de marcas que possam remeter às vozes que ali pairam, como tentativa de parecer aos fiéis ali presentes que o pastor-enunciador fala como porta-voz do próprio Deus, como se o próprio espírito do mesmo esteve ali presente falando por meio de um humano. Dito isso, pode-se afirmar, neste final de seção, que, para a apreensão do *ethos* no discurso, são de grande valia os mecanismos de polifonia, os índices de modalização e as marcas dêiticas.

Enfim, apresentamos aqui o primeiro capítulo do referencial teórico, que funcionará como base para a análise retórico-discursiva da **Frente Parlamentar Evangélica**, elegendo-se como *corpus* a Revista número 1 da referida instituição. A partir de referenciais

das retóricas Sofística e Aristotélica e da perspectiva argumentativa de Amossy, buscaremos analisar o *ethos* da FPE com base nos recursos linguístico-enunciativos estudados pela linguística da enunciação, que são: os dêiticos, os índices de modalização e as formas de citação polifônica. Passemos agora ao segundo capítulo.

Capítulo 2

Religião e sociedade: a pluriconfessionalidade do estado brasileiro

2 RELIGIÃO E SOCIEDADE: A PLURICONFESSIONALIDADE DO ESTADO BRASILEIRO

É de notório conhecimento, mesmo para os não especialistas no assunto, que a política brasileira, no cenário que vem se desenhando desde o início do século XX, vem passando por um fenômeno nunca antes visto de maneira tão contundente e explícita aos olhos de todos. Recebe-se um contingente de sujeitos com uma determinada identidade, a religiosa, que até não se via de maneira tão declarada e que, muitas vezes, choca-se com o imaginário daquilo que acreditamos ser o "fazer político". Não somente os evangélicos[11], ou melhor, seus líderes, acordaram para o real poder que eles possuem, mas também partidos políticos e candidatos que não comungam dessa identidade. Basta ver, nas últimas eleições (2002, 2010 e 2014), por exemplo, candidatos se aproximarem eleitoralmente dos evangélicos. Um exemplo disso seria a aproximação visível do **Partido dos Trabalhadores** junto à comunidade evangélica. Isso ocorreu de forma morosa, pois, inicialmente, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando candidato às eleições (1989, 1994 e 1998), era rechaçado pelos pentecostais e neopentecostais, sendo os principais motivos para justificar essa antipatia as seguintes questões: "Lula era comunista", por isso, se eleito, iria fechar as igrejas evangélicas; teria o apoio da igreja Católica; frequentava os terreiros de Candomblé e da Umbanda pedindo votos e a proteção dos demônios (CAMPOS, 2006). Já nas eleições de 2002, houve uma aproximação gigantesca entre o PT e os evangélicos, assim como com o PL (partido "controlado pela Universal"). Não é por acaso que o vice de Lula, José Alencar, saíra justamente daquele partido. Desde então, essas relações, assim como a de outros partidos com os evangélicos, só tem aumentado, tornando-se uma realidade para qualquer candidato construir estratégias de coexistência com tais forças sociais.

Em função disso, pode-se cogitar que esse nicho de igrejas e fiéis não têm sido mais visto como um grupo de indivíduos apáticos ao mundo que os circundam, mas como indivíduos capazes, orientados ou não pelos seus líderes, de até definir uma eleição. Ao longo deste capítulo, tentaremos compreender, portanto, as "condições de produção" que circundam

[11] Segundo Mariano (2005, p. 10), o termo "evangélico" tem o seguinte significado: "[...] o termo evangélico, na América Latina, recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Benção, Universal do Reino de Deus etc.)."

o discurso da FPE, objeto de nossa análise que emerge em meio a esse caldo de questões político-culturais inerente às relações entre o Estado e a religião. Isso se dará de maneira sucinta, embora com base em alguns cientistas da religião. Dividiremos este capítulo nas seguintes partes: I) situaremos, em uma breve passagem histórica, a trajetória dos primeiros políticos evangélicos no cenário da política brasileira; II) trataremos da noção cunhada por Campos (2006) de "políticos evangélicos" e "políticos de Cristo", para podermos melhor compreender o processo do fazer político-religioso criado por essas igrejas; III) faremos um recorte sobre o pluralismo religioso no Brasil e a noção de Laicidade.

Para iniciarmos o que se propõe aqui, gostaríamos de ressaltar que essa relação político-religiosa não é o *boom* do momento, mas um "reflexo às avessas" do que sempre aconteceu no Brasil. Segundo Miranda (2006, p. 152), "[...] historicamente no Brasil os católicos sempre ocuparam espaço de destaque como interlocutores do governo e como implementadores de projetos de sua iniciativa. Mas o pluralismo confere outro rosto a essa mediação." Pode-se dizer que esse outro "rosto" mencionado pelo autor converge plenamente com a questão do *ethos* evidenciada no primeiro capítulo, ou seja, uma "nova" imagem de si é criada no cenário político atual por meio da linguagem, em função de situações específicas e de contextos culturais mais amplos, os quais tentamos compreender a partir do conteúdo desenvolvido abaixo e de suas marcas no número 1 da **Revista da Frente Parlamentar Evangélica**.

2.1 Um breve histórico da trajetória política das religiões de matriz protestante no Brasil

A história do protestantismo no Brasil se inicia de forma efetiva em meados do século XIX, quando missionários norte-americanos começam um processo de implantação de suas doutrinas e dogmas em nosso país. Segundo Campos (2006), esse grupo de missionários

> [...] adotou no início de sua implantação uma atitude ambígua em relação ao mundo da política e da cultura. Isso porque a pregação da nova mensagem se fez à custa de se criar um comportamento ascético orientado para um misticismo diferenciado do que até então existia em função da hegemonia cultural do catolicismo, que imperava desde o século XVI, quando do início das colonização portuguesa e espanhola no Novo Mundo. (CAMPOS, 2006, p. 29).

O que o autor nos diz nessa citação é que a postura dos missionários, de afastamento total da sociedade da época, refere-se a todos os mecanismos sociais que fazem com que os sujeitos compartilhem de uma mesma cultura. No caso do protestantismo brasileiro, além da dificuldade de implantar suas doutrinas e dogmas trazidos da América do Norte, os missionários tiveram um grande problema com o que eles já encontraram no Brasil: um ambiente ainda muito "inóspito" ao pluralismo religioso, em que uma única denominação existente, a Igreja Católica, imperava não só na religiosidade do brasileiro, mas também em toda a parte, pois ela (a Igreja Católica) estava atrelada não só constitucionalmente ao Estado, mas ditava as regras da moral, dos costumes etc. Sendo assim, esse afastamento dos protestantes históricos no Brasil acabou se chocando naturalmente com a cultura católica, por isso o sectarismo/asceticismo no Brasil culminar em um anticatolicismo.

Vejamos o que nos elucida Mariano (2005) sobre essa postura de "afastamento social" adotada e iniciada por esses precursores do protestantismo no Brasil:

> Quanto mais sectária a denominação, maior sua disposição de se apartar do mundo e combatê-lo. [...] Na busca da salvação, portanto, devem resistir às tentações, ser radicais na rejeição do mundo e obedecer aos mandamentos divinos. Devem ser virtuosos, ter autodeterminação e possuir rigidez monástica para não sucumbirem ao mundanismo e serem arrastados pelo caminho largo dos prazeres da carne e das paixões do mundo. (MARIANO, 2005, p. 190-191).

Segundo Campos (2006), esse comportamento provinha principalmente, como já mencionado acima, de uma rejeição a tudo que cercava socialmente os primeiros protestantes, porque "[...] se manifestava contrária aos compromissos socioculturais e políticos assumidos pela hierarquia católica em nome de Deus." (CAMPOS, 2006, p. 30).

O protestantismo que chegava ao Brasil era explicitamente incrustado por valores norte-americanos, "[...] tais como liberdade de consciência, separação entre Igrejas e Estado e forma republicana de governo." (CAMPOS, 2006, p. 30-31). Tais valores eram avessos aos valores vigentes no Brasil e atingiam (de modo negativo) diretamente os projetos de total domínio da Igreja Católica Apostólica Romana no país, por isso também "[...] a conversão ao Protestantismo implicava no rompimento de todas as amarras sociais e políticas, cujo cimento eram as representações simbólicas do passado expressas na religião de seus antepassados – o Catolicismo." (CAMPOS, 2006, p. 33).

No entanto, mesmo com esses valores em voga, que aos nossos olhos poderiam "libertar" os convertidos na nova terra para poderem ser pessoas ativas na sociedade, como já mencionado acima, há um afastamento total desses indivíduos do meio social em que se

encontravam. É como se eles pudessem viver entre os mundanos, porém não participando socialmente de tudo o que acontecia entre eles. Segundo Campos (2006, p. 31), "[...] deve-se registrar também que, por meio do proselitismo, o Protestantismo tornava os novos convertidos praticantes muito mais de um misticismo voltado à rejeição do mundo do que de uma utopia transformadora da sociedade política e da cultura." Com esse pensamento, a participação no campo político ficou efetivamente prejudicada por dois motivos, os quais já foram parcialmente mencionados, porém esclareceremos melhor agora: a Igreja Católica tinha não somente construído as bases da cultura brasileira, mas também, obviamente, mantinha uma interferência significativa com os rumos da política, apesar de a Constituição de 1891 ter incluído a separação entre igreja e Estado; outro motivo seria a pregação de uma ética protestante de transformação exclusivamente individual, a qual, segundo Campos (2006) insistia na não interferência política pelos seus fiéis, pois estes deveriam se preocupar com a salvação, que era individual, e a espera da entrada na Nova Jerusalém, ou seja, no celeste porvir.

Há de se ressaltar que, no início do século XX, uma nova vertente, bem mais rígida do que o protestantismo, chega ao Brasil. Cabe a nós, nesse momento, fazermos a primeira definição e distinção entre o protestantismo e uma de suas vertentes, o pentecostalismo. Segundo Mariano (2005),

> [...] nascido nos Estados Unidos no começo deste século, o pentecostalismo, herdeiro e descendente do metodismo wesleyano e do movimento *holiness*, distingue-se do protestantismo, *grosso modo*, por pregar, baseado em Atos 2, a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, dos quais sobressaem os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos. Para simplificar, os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, acreditavam que Deus, por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua a agir da mesma forma que no cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com os seus servos, concedendo infinitas amostras concretas de Seu supremo poder e inigualável bondade. (MARIANO, 2005, p. 10, grifo do autor).

O que queremos dizer com essa citação é que dentro desses grupos religiosos e dessa grande matriz que é o protestantismo, existiam embates e tendências diversas que acabavam manifestando-se, tanto no país de origem dos missionários que chegavam (na sua grande maioria oriundos dos Estados Unidos da América), como também nos países que recebiam esse grande contingente de missionários. Temos de deixar claro que, apesar dessa rigidez doutrinária, acaba-se aglutinando, mesmo que de forma indireta e totalmente as avessas do que eles queriam, traços da cultura local. Vejamos o que nos diz Campos (2006):

> [...] de um lado, prosperavam as práticas das igrejas de santidade, cuja exacerbação estimularia o surgimento do Pentecostalismo, a partir de 1901. Noutro extremo, estavam os ativistas do "evangelho social" e do conservadorismo, cujas reações provocariam o aparecimento do Fundamentalismo em 1910. No caldo dessa cultura protestante estava a ideologia do Destino Manifesto, a qual não levaria os missionários a se contentarem apenas com uma mensagem espiritualizante; muito pelo contrário, havia um projeto de transformação da sociedade latino-americana pela força dos ideais Protestantes. (CAMPOS, 2006, p. 34).

Os primeiros políticos evangélicos começaram a entrar no mundo da política na década de 30[12], quando transformações econômicas, sociais e políticas propiciaram, segundo Campos (2006), uma prática mais próxima do que se acreditava ser o ideal democrático de participação de um cidadão; era a classe operária e a classe média urbana tomando consciência dos direitos que lhes pertenciam, a partir do rompimento da aliança forte das oligarquias do café com leite e dos novos enlaces que culminaram na Revolução de 30. Tanto a revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo, quanto à preparação[13] para a Constituição de 34, foram o momento propício para que os evangélicos começassem uma mobilização com fins comuns. Mesmo assim, como se pode notar na citação anterior, antes disso já se esboçava entre os protestantes um projeto de interferência política no corpo social, como propunha a ideologia do **Destino Manifesto**. Voltando a 1932, vejamos um manifesto que chegou às igrejas do Brasil nessa época fervilhante:

> I- Que todas as congregações disseminadas por todo o Brasil elevem a Deus súplicas em favor da elaboração e promulgação da futura Constituição brasileira; [...] Que somente mereçam os sufrágios dos evangélicos os candidatos à futura constituinte que sejam portadores de programa liberal e, assim, advoguem a causa da separação entre Igreja e o Estado, da igualdade e liberdade de cultos e do ensino leigo nas escolas públicas. (O Expositor Cristão, 18/11/1932 *apud* CAMPOS, 2006, p. 39).

Em 1934, enfim, foram realizadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, oportunidade que os evangélicos tiveram para que os primeiros políticos "crentes" fossem eleitos. Foi a primeira oportunidade para que eles minimamente se organizassem e pedissem, sem sucesso, os votos de seus irmãos na fé para que elegessem os

[12] Obviamente que antes da década de 30 alguns ínfimos protestantes haviam adentrado o mundo da política, porém era um número insignificante, e que em nada ainda se pareciam com os denominados "políticos evangélicos", por isso a escolha de um "salto" no tempo. Muitos desses políticos evangélicos que surgiam eram fruto da ascensão econômica que os primeiros protestantes haviam conquistado, sendo muitos filhos destes. No entanto, alguns também eram profissionais liberais que haviam-se convertido posteriormente, sem ligação anterior com a religião. Era, segundo Campos (2006), o capital econômico sendo transformado em capital político.

[13] Em 1933, quando foram convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, foi criada também uma comissão para que elaborasse um antiprojeto constitucional. E para o presidente dessa comissão, os evangélicos enviaram uma carta solicitando que se mantivesse a separação entre Igreja e Estado, presente na constituição de 1891.

seus políticos. O principal motivo dessa mobilização dos evangélicos foi, segundo Campos (2006, p. 40), "[...] o temor de que a igreja Católica não viesse consolidar algumas conquistas que os protestantes acreditavam terem conseguido no governo de Getúlio Vargas."[14] De qualquer modo, somente um deputado conseguiu ser eleito, porém o mesmo não fora diretamente apoiado pela igreja (metodista), mas incidiu neste caso uma candidatura independente.

Apesar disso, pouco tempo depois, vieram os oito anos de Estado Novo, que ao terminar em 1945, encontrou os políticos evangélicos mais bem preparados e organizados para uma nova convocação da Constituinte. No entanto, novamente, somente um político protestante fora eleito e, segundo Campos (2006), sua principal tarefa deveria ser:

> [...] se opor à 'sede de poder' que a igreja Romana estaria demonstrando desde a revolução de 1930, quando teria havido uma certa recuperação por parte do clero de alguns dos poderes perdidos com a separação entre Estado e igreja, em 1889, quando um golpe militar implantou a República no Brasil. (CAMPOS, 2006, p. 42-43).

Apesar disso, Guaracy Silveira, o mesmo político eleito nas eleições de 1934, de pensamento mais liberal, era declaradamente, apesar de ter sido totalmente apoiado pelos evangélicos, contra, em alguns aspectos, aos pensamentos daqueles líderes religiosos, deixando claro que seguiria o programa do seu partido, mas que não teria um espírito anticatolicista. Diante de tudo isso, é interessante ressaltar, neste capítulo, a existência de um projeto de expansão política por parte dos protestantes e, ainda mais, contra o catolicismo na esfera social, por motivos aqui já descritos. A partir da Constituição de 1945, os políticos evangélicos adentram "de uma vez" no mundo da política.

Há de se ressaltar que até a década de 1960 somente os protestantes históricos[15] haviam adentrado o mundo da política brasileira; os pentecostais[16], por sua vez, só a partir de então iniciam de forma gradual o seu processo de inserção na política. Cabe ressaltar, a título de curiosidade, que a partir do golpe militar, e mesmo antes, os políticos evangélicos compartilhavam alguns ideais dos militares, apregoando um espírito anticomunista. Dando

[14] Não era gratuito o medo que os protestantes sentiam, pois sabiam que depois da separação entre igreja e Estado (1891), a Igreja Católica tentaria reaver os seus domínios. Segundo Giumbelli (2008), "[...] tais empenhos foram em parte recompensados no texto da Constituição de 1934, na qual, por exemplo, o ensino religioso é permitido e o casamento religioso volta a ter validade civil; além disso, o princípio da separação é temperado pela possibilidade de 'colaboração' entre Estado e religiões."

[15] Por "protestantes históricos" entendem-se metodistas, batistas, presbíteros, luteranos, anglicanos e congregacionais. Até o momento, quando usamos a designação de "Protestantes", estamos nos referindo a este grupo.

[16] Anteriormente já descrevemos essa vertente do protestantismo.

um salto no tempo, foi a partir das eleições Constituintes de 1986 que houve uma reviravolta na imagem (*ethos*) criada por essas denominações (protestantes históricos, pentecostais e os mais recentes chegados, os neopentecostais) ao apresentarem os seus candidatos, assim como também nas mudanças no modo de se fazer política. Vejamos agora como e porque houve essa transformação, a saber, a passagem de um tipo (os "políticos evangélicos"[17]), até então utilizado por décadas, para outro (os "políticos de Cristo"[18]), que continua sendo utilizado como terminologia até os dias atuais (eleições de 2014).

2.2 De "políticos evangélicos" a "políticos de Cristo": o nascimento de um novo modelo de fazer política pelos cristãos[19]

Nesse momento, cabe aqui fazermos uma exemplificação interessante dos dois modelos de políticos evangélicos que necessariamente norteiam o nosso trabalho: o "político evangélico" e o "político de Cristo", termos cunhados por Campos (2006). Segundo esse autor, até a entrada dos neopentecostais[20] na política, na década de 80, estamos impreterivelmente falando dos "políticos evangélicos". Estes eram indivíduos que iniciaram a sua prática política de maneira quase invisível na República Velha e que depois, de maneira significativa a partir dos anos 30, usaram as denominações somente para angariar votos. Isso significa que eles apareciam somente durante o período que precedia as eleições e, depois, "abandonavam" o seu eleitorado, esquecendo, assim, das promessas realizadas aos evangélicos. Eles (os políticos evangélicos) estavam ligados aos partidos políticos e às ideologias políticas. Segundo Campos (2006),

[17] Modelo de político evangélico presente até início dos anos 80.
[18] Modelo de político que surgiu a partir da abertura política do Brasil e da entrada dos Iurdianos nesse mundo. Cabe aqui ressaltar que o "político de Cristo" é um novo "tipo" ou *ethos* criado pelos evangélicos (já existe uma nota elucidando quem seriam os evangélicos) não estando ligado a uma ou outra igreja específica, mas a todos os evangélicos que possuem um cargo no poder executivo ou no legislativo.
[19] Cristãos, nesse contexto, referem-se somente aos cristãos de berço protestante, excetuando cristãos ortodoxos, católicos etc.
[20] Vejamos a seguinte definição que Mariano (2005, p. 45) nos dá sobre o que seria essa nova vertente do pentecostalismo: "[...] ao contrário dos pré-milenaristas, os neopentecostais nada têm de quietistas. Querem prestígio e respeitabilidade social. São triunfalistas e intervencionistas. Pretendem transformar a sociedade através da conversão individual e da inculcação da moral bíblica, mas também (o que é novo) da realização crescente de obras sociais, da participação na política partidária, da conquista de postos de poder nos setores privado e público e do uso religioso do rádio e da TV."

> [...] durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam 'suja' a atividade política, denunciavam os 'candidatos de porta de templo', que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. (CAMPOS, 2006, p. 51).

Começa-se a esboçar, aqui, a caracterização de um novo modelo de político evangélico, que passou a vigorar no cenário da política brasileira a partir dos anos 80, quando os políticos da **Igreja Universal do Reino de Deus** (IURD) adentraram esse mundo e trouxeram uma nova visão do fazer político. Segundo Campos (2006, p. 84), "[...] seja como for, a IURD marcou o surgimento de uma forma diferenciada dos evangélicos fazerem política no Brasil, modelo este que passou a ser copiado pela Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e outras [...]".

Segundo o modelo proposto por Campos (2006), esses seriam os "políticos de Cristo", ou seja, políticos submetidos a uma hierarquia eclesiástica e também ao corporativismo de sua Igreja. Eles partem do princípio de que são os escolhidos de Deus, tendo como missão resguardar os interesses da sua igreja e dos seus irmãos na fé, além de resguardar os valores cristãos da sociedade. Outro ponto importante, que vale ressaltar, é que esses políticos são enviados com um *status* de "salvadores da pátria", pois são pessoas de caráter ímpar e que, ao contrário dos políticos convencionais, não macularão a confiança neles depositada, jamais participarão de qualquer esquema de corrupção etc. Ao contrário do que possamos imaginar, não há um laço estrito desses políticos com nenhum partido, o que se configura até mesmo como uma estratégia, questão que veremos mais adiante. Dessa forma, eles se encontram pulverizados em todos os partidos, os quais, por seu turno, mostram-se ávidos para recebê-los na busca pelos votos evangélicos. Sendo assim, esse modelo se resume da seguinte maneira:

> [...] os partidos ou programas não lhes fazem diferença alguma, porque o essencial para eles é a manutenção do apoio da Igreja que o elegeu. Sem essa Igreja, ele nada é; perde a função de locutor, pois o discurso não lhe pertence; não passa de um mero ator coadjuvante, que participa de uma dramaturgia que não dirige; e recebe da instituição que o escolheu um script pronto para uma atuação fundamentada na plena, total e irrestrita obediência às autoridades religiosas. O "político de Cristo" é uma figura vazada, que somente a instituição, as massas ou as circunstâncias, podem preencher. (CAMPOS, 2006, p. 85-86).

É interessante já podermos começar a perceber essas características na Revista da FPE. No seu número 1, objeto de nossa análise, pode-se notar na página 4, em anexo, a composição plurirreligiosa e pluripartidária dos políticos integrantes da **Frente**. Sobressai-se,

assim, já a configuração de um ethos heterogêneo e intervencionista da FPE, na defesa dos interesses dos valores cristãos na política, pois o partido, nesse jogo, já não importa tanto. No entanto, há outro ponto de vista que vai na contramão do que foi dito acima, mas que por isso mesmo nos interessa. Segundo Fonseca (2002, no prelo, *apud* ORO, 2006) e a Revista Eclésia (n. 81, 2002 *apud* ORO, 2006),

> [...] são raros os temas e as votações em que se pode perceber a existência de uma unidade evangélica. Ela só existiu em assuntos ligados à moral e aos bons costumes, como a discussão em torno do aborto e da união civil dos homossexuais. Por isso mesmo, continua Fonseca, 'uma análise do comportamento do congressista evangélico mostra que esta 'bancada' (evangélica) é um mito. De certo modo, a revista Eclésia também sustenta essa ideia ao dizer que 'os congressistas ligados ao povo evangélico [...] são submetidos mais às orientações partidárias e aos interesses pessoais do que às igrejas que os elegeram'. (ORO, 2006, p. 122).

O fato é que o jogo político não é unilateral, estamos aqui discorrendo sobre vários elementos que se aglutinam e formam o então fazer político. Por isso mesmo, ele não é igual para todos, muito menos para todos os evangélicos, excetuando, é claro, quando nos referimos às votações na Câmara ou no Congresso Nacional. Segundo Ari Oro (2006), a igreja **Universal do Reino de Deus** provocou um efeito "mimético" no campo da política "religiosa". Cabe nesse momento discutirmos o que isso significou para esse "mundo novo", no qual adentraram os evangélicos. Como já sabemos, a IURD não foi a precursora desse movimento intervencionista, mesmo porque essa igreja nasceu em meados dos anos 70, mas ela corroborou com a distinção e o nascimento de um novo modelo de político evangélico. A IURD provocou sim, pode-se dizer, uma revolução no fazer político dos evangélicos brasileiros.

A igreja Universal do Reino de Deus inicia sua prática na política no ano de 1986, quando então fora convocada a Assembleia Nacional Constituinte depois de longos anos de ditadura. A partir daí, a "máquina" política Iurdiana começa a ser moldada e lapidada conforme as necessidades que insurgiam, ganhando até mesmo a admiração das outras igrejas evangélicas. Há uma verticalização muita clara dentro da **Universal** e, assim como numa empresa, cada diretor é nomeado pelo presidente, que nesse caso refere-se ao principal fundador, o Bispo Edir Macedo. Dentro da **Universal**, o Bispo Rodrigues é o principal responsável por monitorar o processo eleitoral da instituição. Claro que isso não ocorre de forma isolada, uma vez que o Brasil possui dimensões incomensuráveis. Por esse motivo, são realizadas prévias no sentido de saber o número de fiéis aptos para o voto, como o número de jovens com mais de 16 anos, por exemplo, pelos pastores locais de cada bairro, município e

estado, ficando a cargo do Bispo e de seus ajudantes escolher quem a Igreja pretende lançar como candidato ou mesmo apoiar. Já numa segunda etapa, há um massivo discurso ao final dos cultos para poder apresentar esses políticos aos fiéis, muita das vezes com o próprio político presente. Segundo Oro (2006),

> [...] toda esta dedicação pedagógica massiva, que teve reincidências e outras expressões em outras capitais e cidades do país, talvez eleve a Universal à condição ímpar da principal instituição brasileira da atualidade a se ocupar com tamanha aplicação à conscientização e ao direcionamento do voto dos seus membros. (ORO, 2006, p. 124).

Segundo o autor (ORO, 2006), esse poder exercido pela IURD não ocorre de maneira opressiva, mas sim, pela legitimação através de elementos bastante práticos, como os meios de comunicação que ela possui ao seu alcance: TV, rádio, internet e jornal, como também os meios simbólicos, os quais são transformados pela Igreja para poder sair do campo religioso e adentrar o campo da política. Desse modo, dificilmente a cosmovisão religiosa daquela igreja não é transportada para o mundo da política, assim como suas doutrinas etc. Assim, a IURD evoca dois princípios básicos para alimentar o asco dos fiéis aos políticos "comuns" e, desse modo, conseguir mais adeptos aos votos direcionados aos políticos indicados pela Igreja. O primeiro seria alimentado pelos casos cada vez mais frequentes, explícitos e divulgados de corrupção no país, justificando assim a entrada dos "irmãos" na política, pois estes, além de serem homens de retidão, também seriam os escolhidos por Deus. Já o segundo princípio refere-se à tão conhecida guerra espiritual que a Universal insiste em evocar a todo o momento. Para eles, tudo seria consequência da guerra espiritual travada entre Deus e o Diabo, na qual este ordena aos seus demônios que prejudiquem e tirem a paz do povo de Deus na terra, trazendo problemas de diversas ordens, como doenças, problemas financeiros etc. Isso também incluiria os casos de corrupção, pois os políticos são os representantes do povo. Segundo o autor,

> [...] se, portanto, o diabo atua na política – ocasionando a corrupção, comportamentos antiéticos e oposição à "obra de Deus" –, a Universal se diz capaz de libertá-la do poder do mal. Para tanto, aciona um recurso invisível mais poderoso, a força que purifica tudo, inclusive a política: "a força do Espírito Santo", o "poder do Senhor Jesus", "o pai da luz que vence o poder das trevas", segundo o dizer dos ministros da IURD. (ORO, 2006, p. 129).

Segundo Oro (2006), há um efeito mimético que faz com que as principais igrejas pentecostais despertem o desejo de ser como a Universal e, assim, obtenham o mesmo êxito na política. O autor exemplifica sua afirmação utilizando o exemplo da **Assembleia de Deus** e

da **Quadrangular**. Na primeira, a cúpula local da Igreja é quem decide quem deve ser o candidato lançado ou apoiado pela igreja. No entanto, na **Assembleia de Deus**, a escolha do candidato pelos fieis é livre, não havendo a mesma pressão que existe na IURD. Já na **Quadrangular**, as semelhanças, além de serem parciais, são também uma espécie de evolução, pois ocorrem prévias dentro da própria igreja, fazendo com que os fiéis manifestem o seu desejo por este ou aquele candidato antes mesmo das eleições acontecerem. Sendo assim,

> [...] nota-se que tanto a Assembleia de Deus quanto a Quadrangular "imitam" a Universal até certo ponto. Não compartilham com o verticalismo desta última instituição e reconhecem a liberdade do fiel de escolher o seu próprio candidato, seja ele evangélico ou não, mesmo que indicado pelas igrejas. Este procedimento das duas Igrejas pentecostais se aproxima das orientações da Associação Evangélica Brasileira [...]. (ORO, 2006, p. 133).

É interessante notar que cada Igreja possui as suas características e suas particularidades, já manifestadas nos "preparativos" para concorrer às eleições. O jogo político se inicia primeiro numa esfera local, para depois desembocar em algo maior, como a **Frente Parlamentar Evangélica**, na qual se encontram políticos de todas as igrejas (protestantes, assim como de suas vertentes), e que, apesar de lutarem por algo comum, não deixam de possuir partidos e ideias distintas.

É importante ressaltar que a **referenciação** implicada na escolha dos termos **Políticos Evangélicos** e **Políticos de Cristo**, não nos parece uma escolha aleatória por parte do autor (CAMPOS, 2006), mas condensa e (re) direciona o leitor para comportamentos, vontades/desejos e visões de mundo da comunidade evangélica, a qual é o pano de fundo desses novos políticos. Segundo (KOCH, 2005),

> [...] a referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem a sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. (KOCH, 2005, p. 34-35).

Dito isso, depois um breve recorte sobre a trajetória política dos evangélicos no Brasil, desde a chegada dos primeiros protestantes históricos até a entrada dos Iurdianos na política, com a delineação de um novo *ethos*, iremos, a partir de agora, tentar elucidar o dispositivo da laicidade no Estado brasileiro, com suas implicações e especificidades.

2.3 Laicidade[21] e secularização[22]: o pluralismo religioso no Brasil

Desde o fim do século XVIII, desenhou-se um modelo de modernidade norteado pela laicização do Estado, imaginando suprimir de maneira extremada todo e qualquer contato entre as instituições públicas e as religiões. Supunha-se, assim, que a racionalidade preencheria toda uma lacuna, acreditando que uma teoria da secularização seria capaz de elucidar todos os fenômenos e, "magicamente", trazer respostas para os cientistas sociais e da religião. Segundo Davie (2007, p. 62 *apud* MARIANO, 2011, p. 241), "[...] até o início da década de 1990, os sociólogos da religião acatavam majoritariamente a perspectiva que assegurava a existência de uma conexão evidente entre os processos históricos de secularização e modernização." No entanto, a mudança de uma teoria única e estanque sobre a modernidade para a aceitação de uma modernidade plural e não homogênea fez com que os rumos de uma teoria sobre a secularização viesse tomar novos ares. Segundo Mariano (2011),

> [...] a associação sociológica entre secularização e processo de modernização, cumpre observar, tem longa tradição nas Ciências Sociais, e não somente na investigação específica dos fenômenos religiosos. Tanto que, na maior parte dos séculos XIX e XX, cientistas sociais e intelectuais, afirma Nikki Keddie (2003, p.16), perceberam o crescimento do secularismo como uma via de mão única para a modernização, como um fenômeno positivo, concomitante com a expansão da ciência, da educação e da tecnologia e com a crença otimista no progresso e na obtenção, seja pela via reformista ou pela via revolucionária, de crescente bem-estar material da população, fenômenos que tenderiam a minar a necessidade de explicações religiosas do mundo, a necessidade coletiva de consolo religioso e a pôr em xeque a existência de organizações religiosas, senão da própria religião. (MARIANO, 2011, p. 241-242).

Concomitantemente, deu-se o direito à liberdade de consciência, de crença e de expressão, culminando, ao contrário do que os estudiosos pensavam, numa liberdade religiosa que entrelaçou público e privado. Assim, ao invés de uma eliminação ou mesmo um confinamento das religiões em um "submundo", deu-se um novo paradigma, onde a religião tornou-se "dimensão significativa da atualidade". (GIUMBELLI, 2004).

---

[21] Segundo Mariano (2011, p. 244), "[...] a noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas".

[22] "O conceito de secularização, por sua vez, recobre processos de múltiplos níveis ou dimensões, referindo-se a distintos fenômenos sociais e culturais e instituições jurídicas e políticas, nos quais se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas." (MARIANO, 2011, p. 244).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante o dispositivo da laicidade, mas não possui um artigo ainda que explicite claramente o caráter laico do Estado, como ocorre em países como França e Turquia. Desse modo, "[...] o texto constitucional assegura a liberdade de consciência e crença, bem como estabelece a não interferência e dependência do Estado em relação às igrejas" (DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 98). Segundo as autoras, o dispositivo da laicidade se definiria da seguinte forma:

> [...] laicidade, portanto, não é um regime político ou uma organização social que se instaura repentinamente, mas um dispositivo político e sociológico rumo a um processo de democratização e de liberalização dos Estados. Como tal, a laicidade está sujeita a idiossincrasias culturais e sociais (DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 22).

Esse dispositivo de laicidade é garantido e reafirmado também por acordos internacionais, dentre eles o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais etc. Devido às diferenças culturais e sociais presente em cada povo, é possível, segundo as autoras, que países que explicitam isso na sua constituição ou, mesmo, que adotam o dispositivo de laicidade, como o Brasil, não sejam totalmente seculares. O inverso também acontece, como é o caso de países seculares que não explicitam o seu caráter laico na constituição. Tudo isso ocorre porque a laicização é um processo moroso, o qual avança conforme os valores e as necessidades da sociedade civil. Nesse sentido,

> [...] a laicização deve ser compreendida como um processo, havendo situações em que Estados laicos mantêm legislações avessas às liberdades seculares. É o caso do Chile, que, apesar de ter instituído a separação entre o Estado e as religiões desde a Constituição de 1925, teve a lei do divórcio aprovada apenas em 2004. No Brasil, ocorrem processos semelhantes – por exemplo, a resistência política à aprovação de leis que confrontem a moral católica, tal como a descriminalização do aborto, a criminalização da homofobia ou o direito a casamento por pessoas não heterossexuais. (BLANCARTE, 2008ª *apud* DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 21- 22)

No Brasil, assim como em todos os países, há particularidades com relação ao processo de laicização. Aqui, mesmo não se adotando oficialmente nenhuma religião em particular, uma vez que se reconhece a pluralidade religiosa[23], as religiões estão presentes em todas as instituições do Estado (ao contrário da França, por exemplo, que adota a separação

[23] Segundo Mariano (2011, p. 248) "[...] o modelo pluralista difere radicalmente do sincrético hierárquico, por ser composto de 'varias opções em pugna' e ter como motor a disputa por mercado. Pode-se afirmar que a expansão pentecostal, por meio de seu proselitismo exclusivista, foi responsável pelo estabelecimento da modernidade religiosa no Brasil, ao consolidar a dinâmica pluralista e concorrencial no campo religioso nacional."

total entre Estado e religião), o que inclui desde financiamentos estatais, isenções de impostos, e, até mesmo, o ensino público ligado de forma velada à doutrina cristã de vertente católica etc. Por isso, segundo Diniz e Lionço (2010, p. 23, grifo do autor) "[...] o dispositivo da laicidade é complexo no Brasil. Ele se expressa pela *pluriconfessionalidade* e não pela *neutralidade confessional* na estrutura básica do Estado." Desse modo, cabe ao Estado não ser neutro, mas sim ser a ordem que regula o direito de todas as religiões aos espaços públicos e a inserção nas instituições públicas de forma igualitária, assim como simplesmente garantir o que consta na nossa Constituição, a saber, o direito à crença e a liberdade de consciência, o que ainda não ocorre de forma eficaz nos dias de hoje. Segundo Diniz e Lionço (2010),

> A busca pela igualdade religiosa parte do princípio de que a liberdade de crença é um direito fundamental. No entanto, o direito de não adotar religião alguma ou de seguir religiões minoritárias é desigualmente distribuído. A liberdade de crença deve vir acompanhada de um sério compromisso político com a igualdade religiosa entre os grupos em uma determinada sociedade, a fim de que não haja privilégios injustos por razões históricas, demográficas ou culturais. Não se trata apenas de uma questão de quais direitos são justos [...] mas também de igualdade de direitos entre grupos religiosos. (DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 25).

Vale ressaltar que o cristianismo no Brasil, mais especificamente a Igreja Católica Apostólica Romana, atualmente, não excluindo a entrada truculenta dos pentecostais no espaço público, encontra brechas com discursos variados (ora com a simbologia do ético, ora com a simbologia do cultural) para continuar se apropriando do espaço público de maneira desigual e velada, haja vista os inúmeros espaços públicos como tribunais, plenários etc., que possuem crucifixos expostos, passando, na maioria dos casos, como algo "natural" pela população. Com a desculpa de que o fato religioso[24] seria anterior a outros fatos sociais, a interferência da igreja Católica no Brasil ainda é legitimada. Com isso, o Estado brasileiro coloca inúmeras ressalvas e não intervêm de maneira eficaz, não fazendo valer o direito de todas as religiões no mesmo espaço público. É nesse sentido que se fazem pertinentes as seguintes colocações:

> [...] a liberdade, associada ao principio da igualdade e ao reconhecimento da diversidade social e cultural, encontra para a sua efetivação um cenário social heterogêneo, marcado por disputas morais entre grupos e instituições, todos imbuídos do direito à liberdade de crença e de expressão. Nesse sentido, cabe diferenciar *liberdade religiosa* de *igualdade religiosa*, dado que é responsabilidade do Estado estabelecer condições de organização do espaço público de modo a não

[24] "O fato religioso se diferenciaria de outros fenômenos sociais por ser uma narrativa sobre aspectos primordiais da existência humana, por isso as crenças religiosas ocupariam um espaço de excepcionalidade ao pacto político" (DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 25)

.

> privilegiar uma posição em relação às demais. (DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 99, grifo do autor).

Em um posicionamento mais pragmático, Mariano (2011) acredita que a separação entre Igreja e Estado, no Brasil, nunca tenha de fato resultado na privatização do religioso, e que a laicidade não seja um "valor ou princípio nuclear" da República brasileira, assim como, também, a nossa sociedade não seja tão secularizada como a francesa ou a inglesa. Por isso, segundo ele, "[...] a situação brasileira assemelha-se mais aos casos de Portugal, Espanha e Itália, países católicos do sul da Europa, em que predomina uma 'quase laicidade', nos termos do historiador Fernando Catroga (2006)." (MARIANO, 2011, p. 254). No entanto, o autor ressalta que o mercado religioso no Brasil é acirrado. Em outras palavras, a diferença entre aqueles países europeus e o Brasil é que, nesta federação, o embate entre evangélicos e católicos é muito grande, e que isso tem se espraiado não somente para o campo político, mas também para o midiático.

Desse modo, acreditamos que o Estado brasileiro deva ser a "balança" que meça e distribua igualitariamente os direitos não só de culto de todas as religiões, uma vez que já possuímos isso em nossa Constituição, mas também saiba garantir efetivamente o direito de todas ao espaço público. Da mesma forma, dever-se-ia repensar as leis atuais e, também, criar novas ou, mesmo, ementas que delimitem, sem limitar, o poder dessas religiões em assuntos que estão no limite entre o público e o privado, como, por exemplo, os que são de ordem da saúde pública. Segundo Giumbelli (2004), o que ocorreu no Brasil teria sido o seguinte:

> [...] no Brasil, houve a separação entre Estado e Religião, mas sem a contrapartida da definição desse espaço propriamente religioso. Até hoje, em termos jurídicos e com exceção de algumas regras fiscais, não há característica ou exigência que distinga as instituições religiosas de outras "associações sem fins lucrativos". O resultado é a articulação entre um Estado "moderno" – juridicamente laico – e uma sociedade "tradicional" – que não necessita se organizar de modo a manter o religioso dentro de limites próprios e específicos. (GIUMBELLI, 2004, p. 8).

Corroborando a citação acima, pensamos que o Estado brasileiro deve criar mecanismos que melhor regulem e definam no **Código Civil Brasileiro** o que seria essa nova pessoa jurídica denominada "organizações religiosas", esclarecendo regras de existência, direito, acomodação e exercício de funções e poderes de todas as instituições religiosas no espaço público.

Portanto, ao longo desse segundo capítulo, tentamos mostrar que a migração de uma completa rejeição do mundo da política pelos evangélicos para uma total imersão desse mesmo mundo passou, corroborando com Campos (2006), por alterações tanto no campo

econômico como no próprio campo político, assim como pela entrada substancial dos políticos da IURD no mesmo. Para tal, uma nova imagem de si (*ethos*) teve de ser lapidada e reinventada, fazendo surgir um novo "modelo" a ser seguido: "os políticos de Cristo", grupo de políticos evangélicos que encontram nas denominações as quais pertencem, assim como na palavra de Deus, as diretrizes a serem seguidas dentro do Congresso Nacional. Sem estarem preocupados em seguir os partidos que estão filiados e mesmo às ideologias políticas, esses políticos constroem um caminho próprio que somente a igreja e os fiéis, que lhe proporcionaram tamanha benção ao votarem nele, merecem suas "satisfações".

No entanto, uma coisa que não podemos negar é a capacidade desses políticos em se organizarem. Capacidade essa que lhes fez criar uma **Frente** para que possam não somente se organizar, mas também ampliar a sua atuação conjunta, não somente dentro do Congresso (âmbito federal), mas também estadual e municipal, derrubando e propondo leis que protejam "[...] a sociedade e a família no que diz respeito à moral e os bons costumes" (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 6). Porém, um novo paradigma parece se avultar, segundo um artigo de Janine Trevisan (2013), as prévias que ocorrem dentro das próprias igrejas não mais escolhem os políticos mais "santos" para concorrer às eleições, mas sim aqueles que possuem mais "conhecimento", ou seja, alguma formação acadêmica ou experiência em áreas específicas, como administração. Outra mudança é que os políticos da FPE são incentivados a enfatizarem também outras identidades que não sejam somente a evangélica. Isso se dá, segundo Trevisan (2013), para que esses políticos tenham uma maior legitimação também em outros segmentos sociais e sejam aceitos por outras tantas parcelas da sociedade, e não somente pelos fiéis membros de suas igrejas.

Outro ponto que a autora toca, é o fato de já existiram um número de políticos evangélicos, integrantes da **Frente**, porém não muito participativos, que discordam desse entrelaçamento entre política e religião. Obviamente que ainda são poucos, mas o que podemos perceber é que esse bloco não é tão coeso como alguns possam imaginar e que talvez um novo paradigma esteja novamente se delineando desde a redemocratização do país em 1988 e do surgimento da **Frente** em 2003. Mais uma vez o *ethos* criado por esses políticos terá de ser reinventado, abarcando não somente os diversos segmentos da sociedade, para um maior apoio na obtenção de votos, mas também se emoldurando conforme os sujeitos novos que adentram o mundo da política que, apesar de compartilharem de uma mesma identidade, a religiosa, discordam da moralização da política brasileira.

O que esse referencial teórico tenta mostrar é que as coisas só produzem sentido em função das circunstâncias próprias daquele momento (*kairós*), das variáveis culturais

provenientes do (*nomos)* e da (*doxa)* de um povo/comunidade. Os evangélicos só adentraram o mundo da política porque existiam/existem condições históricas, econômicas e políticas que proporcionaram e ainda proporcionam essa ruptura de uma comunidade completamente apática ao que acontecia na sociedade, para uma comunidade que passa, de certa forma, a compreender os mecanismos do jogo político brasileiro e que, por essa razão, elegem seus representantes diretos.

Capítulo 3

Análise do *corpus*

3. ANÁLISE DO *CORPUS*

É sabido que a América Latina produziu uma noção de laicidade diferenciada da Europa. Mais especificamente, no Brasil, as religiões ao longo das décadas vêm convivendo de maneira imbricada com a sociedade civil e, com isso, valores de cidadania misturam-se com a moral religiosa. É exatamente por isso que a religião no Brasil atua na esfera política através de valores morais. O país, hoje, passa por um momento histórico-político em que variadas questões, nesse âmbito, estão em voga, tais como o enfrentamento de dicotomias como "Estado x Igreja", "Público x Religioso", além da questão de como abarcar as múltiplas identidades religiosas na criação das políticas públicas.

O objetivo deste capítulo é construir uma análise retórica dos conteúdos (reportagens, informes, notas etc.) presentes no número 1 da **Revista da FPE**, tendo como parâmetro a complexidade do contexto histórico abordado no capítulo 2, com o intuito de apreender o projeto retórico-político dessa instituição no momento da sua fundação, ou seja, as visões de mundo difundidas e os comportamentos postulados para a esfera cidadã e política. Em particular, buscaremos apreender como as "imagens de si" (institucional), ou melhor, o seu *ethos* fundador, busca validar as suas ideias e projetos.

Nesse sentido, a nossa hipótese de partida é de que o número 1 da **Revista da FPE**, por apresentar a Instituição e as suas reflexões, funcionaria como amostragem significativa do funcionamento dessa Instituição no cenário político brasileiro, destinada-focada não somente em um auditório especializado (políticos, assessores e pessoas pertencentes ao mundo da política), evangélicos ou não, mas também a um auditório não especializado. Em outros termos, diríamos que se trata de um auditório "não especializado" parcialmente, pois a Revista tem o objetivo de atingir, também, os fiéis que votam ou votaram nesses políticos, interpelados enquanto cidadãos. Acreditamos que esse auditório não compartilha de uma mesma identidade política, mas continua partilhando algo de suma importância para eles, a saber, a identidade religiosa.

Outra faceta do auditório à qual também se destina essa Revista é a sociedade civil em geral, pois pretende elucidar de forma clara e objetiva o motivo pelo qual esses políticos saíram da "marginalidade" e adentraram o mundo da política. Por isso, acreditamos que essa revista exerça "[...] a fusão (união entre os irmãos e filiações e adesões políticas), a repetição (do discurso da missão política dos evangélicos de prover 'boas safras' para a

Nação) e a rigidez (da crença e do posicionamento a favor da moral e dos bons costumes).” (DUARTE, 2012, p. 63).

Neste momento, como ponto inicial da análise, cabe fazermos uma divisão da revista em blocos “temáticos”, ou seja, uma análise geral do seu conteúdo proposicional, o que nos permitiu organizar as suas matérias e textos em blocos. Trata-se de um primeiro resultado que, estrategicamente, possibilitará que as análises seguintes possam ocorrer de maneira mais clara, dinâmica e organizada. Vejamos como foi feita essa divisão:

O **Bloco I** será constituído por reportagens, informes, notas etc., que tenham como principal objetivo esclarecer/informar/mostrar tudo o que se refere à constituição/organização/surgimento da **Frente Parlamentar Evangélica**, assim como a sua finalidade. Podemos dizer que, nesse primeiro momento, começa a ser delineada a imagem (ou *ethos*) de um grupo de políticos que, apesar de algumas variáveis (partidárias, afiliação a determinadas igrejas etc.), partilham essencialmente dos mesmos valores/crenças (*doxa*). Na Revista, encontramos essas características basicamente nos textos com os seguintes títulos e páginas:

- capa e contracapa;
- **Palavra do Presidente** – p. 3;
- **Conheça os Integrantes da Frente Parlamentar Evangélica** – p. 4;
- **Sessão Solene Marca Instalação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional** – p. 5;
- **Frente Parlamentar Evangélica Define Comissões e Cria o Gape/Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE** – p. 6;
- **Lideranças Falam sobre a Importância da Frente Parlamentar Evangélica** – p. 19;
- **Em destaque...** – p. 24 (uma pequena nota presente nesta página que descreve o político Takayama)

Na última página da revista, a qual não se encontra numerada, temos, através da designação **Frente Parlamentar Evangélica**, mais uma vez a descrição das Finalidades, Propostas etc.

No **Bloco II**, o objetivo é mostrar o caráter expansionista e “tentacular” que a FPE almeja e vem alcançando, ilustrando isso com inúmeros exemplos da **Frente** sendo instalada

em diversos Estados. Além disso, mostra também as relações (políticas) construídas por esses políticos. Na Revista, encontramos essas características temáticas nos seguintes títulos e páginas:

- **Frente Parlamentar Evangélica Estende-se pelo Brasil / FPE é Instalada no Acre** – p. 7;
- **Ceará foi um dos Estados Pioneiros na Instalação da FPE** – p. 8;
- **Frente Evangélica Presente em Minas Gerais** – p. 9;
- **Paraíba Recebe Frente Parlamentar Evangélica** – p. 10;
- **Rondônia Instala Frente Parlamentar Evangélica** – p. 11;
- **Frente Parlamentar Evangélica no Rio Grande do Sul** – p. 12;
- **Parlamentares da FPE Participam de Audiências com Ministros** – p. 13;
- **Embaixador de Israel Recebe Integrantes da Frente Parlamentar Evangélica** – p. 17;
- **Frente Parlamentar Evangélica Comemora Aniversário em Goiânia e Lança a FPE de Goiás** – p. 18;
- **Parlamentares Recebem Missões em Israel** – p. 23;
- e, por fim, **Homenagem ao Premier Japonês** – p. 24.

No **Bloco III**, o objetivo é abarcar as ações realizadas e os posicionamentos dos políticos da Frente no Congresso Nacional, ou seja, o que efetivamente eles dizem fazer como representantes do povo, intervindo em propostas de leis, sejam elas vetadas, alteradas ou, mesmo, criadas para posteriormente serem votadas. Na Revista, encontramos essas características nos seguintes títulos e páginas:

- **Reforma Política é Amplamente Debatida pela Frente Parlamentar Evangélica/Anteprojeto para Mudar o Sistema Eleitoral Brasileiro** – p. 14;
- **Relator Defende Aprovação/Deputado Carlos Rodrigues Critica Lista Partidária** – p. 15;
- **FPE Aprova Lei que Beneficia Igrejas** – p. 17;
- **O Estatuto do Desarmamento e as Igrejas** – p. 18;

- **Novo Código Civil: O Perigo Rondou as Igrejas/CPMI do Desmanche** – p. 24;
- **Lei de Biossegurança** – p. 25.

No **Bloco IV** o objetivo é reunir colunas de opinião sobre assuntos que mostram o caráter conservador e dogmático desses políticos de Cristo, além de algumas notas e reportagem "soltas", isto é, que não se encaixam propriamente nas outras divisões realizadas. Na Revista, encontramos essas características nas seguintes páginas:

- **Testemunho** – p. 8;
- **Parlamentares Evangélicos se Reúnem no Congresso Nacional** – p. 12;
- **O Voto Evangélico e a Responsabilidade de Ações/Deputado Raimundo Santos e seu Acordeon** – p. 16;
- **FPE Realiza Cultos Semanais na Câmara dos Deputados** – p. 20;
- **Culto no Salão Negro Marca Início das Atividades Legislativas de 2004 no Congresso Nacional / "Santa Ceia" é Realizada pela Primeira Vez na Câmara** – p. 21;
- **Ajudando a Cuidar da Saúde da Sociedade** – p. 22;
- **Criacionismo x Evolucionismo** – p. 26.

Deve ser ressaltado e esclarecido que algumas páginas encontram-se naturalmente imbricadas e que, por isso, algumas delas possuem reportagens com características de um bloco, mas também, reportagens ou notas com características de outro bloco. Por isso, a necessidade de determinadas páginas estarem ao mesmo tempo em dois, ou mesmo três dos blocos temáticos criados. Para além dessa questão, o que importa ressaltar é que a divisão acima dá à Revista um grau mínimo de acabamento e coerência, mostrando objetivos e empreitadas retóricas bem organizadas em torno de frentes temáticas recorrentes de atuação, passíveis de serem agrupadas e analisadas em função da construção de seu *ethos*. Antes de passarmos para a análise interna de cada seção acima, vejamos como se dará, metodologicamente, a organização da leitura dentro de cada Bloco.

No interior de cada grupo de textos, separados apenas por razões didáticas, averiguamos como o *ethos* se configura a partir da análise dos dêiticos e dos índices de modalização, sempre nessa ordem. Após cada bloco ser analisado, separadamente, em torno

da dêixis e dos índices de modalização, buscaremos mostrar como a polifonia contribuiria, também, para a solidificação de em *ethos* da FPE, dessa vez apreendendo-a na Revista como um todo, e não em cada bloco temático em particular. Cabe ressaltar que a análise aqui apresentada não tem a pretensão de inventariar todos os aspectos de cada dimensão da língua citados, ou seja, não se trata de uma análise descritiva/quantitativa, mas sobretudo qualitativa. Iremos utilizar essas categorias teóricas (dêixis, polifonia e modalização) como ferramentas de apreensão do *ethos*, em função das teorias retóricas e discursivas expostas no Capítulo 1 e do contexto abordado no Capítulo 2. Dito isso, passemos às próximas categorias.

3.1 Dêixis e modalização

Nesta seção, analisaremos os termos dêiticos e os índices de modalização em cada Bloco.

3.1.1 Análise de dados do Bloco I: constituição, organização e surgimento da **Frente Parlamentar Evangélica.**

Como já apontado acima, os textos que organizamos sob o rótulo de **Bloco I** foram assim estabelecidos por possuírem características mais ou menos comuns: destinam-se a apresentar a função da **Frente**, assim como a da Revista, destacando as suas finalidades e o seu obstinado empenho (político-moral) nas causas que pressupõem serem divinas. Em termos gerais, nesse Bloco podemos perceber a criação de um *ethos* que informa e elucida, ao mesmo tempo em que mostra o modo como a **Frente** se organiza, desde a sua constituição até as suas propostas, assim como a sua importância dentro das Casas Legislativas[25]. Temos também depoimentos, seja de líderes religiosos, seja do líder da Casa (o presidente da Câmara dos deputados), que servem para legitimar e aprovar a criação da **Frente**.

O *ethos* criado nesse bloco, pelo seu "tom" elogioso e obstinado, tenta instigar o leitor a conhecer mais da FPE e, com isso, interessar-se, também, pela leitura da Revista. Por

[25] Referimo-nos ao Senado e à Câmara dos Deputados.

este motivo, esse *ethos* tenta ser "maleável", não impondo ainda de forma tão incisiva a sua *doxa*, apesar de existirem duas páginas destinadas ao esclarecimento das finalidades, propostas, missão e ações realizadas pela FPE, o que já vem demarcar o campo político/religioso desses políticos. Isso fica mais claro, (a tentativa de maleabilidade) na página 5, quando o vice-presidente da **Frente** expõe que a palavra de Deus deve ser levada a todos os povos, enfatizando, porém, que a identidade cultural de cada povo deve ser respeitada. Curiosamente, esse argumento cai por terra, uma vez que o presidente da Câmara dos Deputados recebe uma bíblia traduzida para o idioma *wai-wai* e outras traduzidas em outros dialetos indígenas, mostrando, além de uma clara imposição da língua, uma imposição da *doxa* da comunidade Cristã.

Outro ponto importante é perceber como esse Bloco, assim como os outros, registra todas as passagens com fotos. Talvez possamos encarar isso de três formas: a primeira para mostrar esses políticos como pessoas especiais, distintas do homem comum, ocupando uma posição de destaque, seja por sua indumentária (terno e gravata), seja por ocupar lugares importantes como púlpitos e parlatórios; num segundo momento, essas fotos talvez sejam mais direcionadas a um determinado auditório, pois também são uma forma de mostrar àqueles que votaram nesses políticos, os membros de suas igrejas, que eles realmente chegaram lá, organizaram-se entre si, independentemente das igrejas que frequentam, e tomaram posse daquilo que durante décadas abominaram e cercearam, a combinação entre o tempo de Deus e o tempo da política; finalmente, muitas dessas imagens buscam construir um *ethos* da FPE e de seus políticos como uma instância unida, fraterna e devota (fotos com os membros da FPE de braços dados e/ou invocando a divindade), silenciando possíveis divergências de opinião e disputas pelo poder no interior da instituição. Feito esse pequeno preâmbulo, iniciemos a análise deste Bloco a partir das marcas dêiticas.

I) Dêixis temporal: no **Bloco I**, a dêixis temporal constrói uma espécie de "linha do tempo", na qual é efetivado o tempo **presente** com a consolidação da instalação da FPE no Congresso Nacional (esse primeiro exemplar da Revista seria parte dessa consolidação), a descrição das atividades que acontecem com frequência, como a **Conferência Nacional dos Parlamentares Evangélicos** e o culto devocional, a descrição das suas **finalidades** dentro do Congresso e os depoimentos relatando, por diversos líderes, a importância da mesma. Ao redor do presente da enunciação é construído o futuro que, nesse Bloco, é representado pela intenção de levar a **Frente** para todo o Brasil, não somente em nível Estadual, mas também municipal e, por fim, a descrição das suas **propostas**. Já o passado é representado pela

descrição das ações já realizadas pela **Frente**, como o dia em que a **Frente** foi instalada oficialmente no Congresso Nacional, e as "lutas" travadas por esses políticos para que chegassem à sua criação, assim como as FPEs já instaladas em alguns estados.

Iniciemos a exemplificação pela página 3 – **Palavra do Presidente –,** onde encontramos o seguinte trecho:

"**Anualmente** faremos realizar a Conferência Nacional dos Parlamentares Evangélicos, sendo que **neste** ano, Brasília **foi** escolhida para a realização da 1ª Conferência." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 3, grifo nosso).

Os elementos da dêixis temporal, primeiramente, nesse trecho, ratificam um evento que ocorrerá de forma constante. Logo depois, delimitam um espaço de tempo, referindo-se ao evento que acontecerá naquele ano (2004). Sendo assim, só podemos elucidar o ano ao qual fazem alusão se nos remetemos à data de publicação da Revista. Em seguida, notamos um verbo de ligação que se encontra no passado, designando a cidade de Brasília como local. Já na página 5, podemos citar outras marcas da dêixis temporal cumprindo a mesma função, encontradas no seguinte trecho:

"O dia 18 de Setembro de 2003 **será** considerado **sempre** um marco nos caminhos da Frente Parlamentar Evangélica. **Neste** dia **foi** instalada oficialmente a FPE no Congresso Nacional". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5, grifo nosso).

Nesse pequeno trecho, encontramos marcadores dêiticos que efetivam o futuro, o passado e o presente da FPE. Através do dia de instalação oficial da FPE, é configurada uma "linha do tempo" onde a partir da data 18 de Setembro de 2003, encontramos o "marco" da FPE, como instituição organizada, dentro do Congresso Nacional. Acreditamos que marcas dêiticas como essas, recorrentes no **Bloco I** de nosso *corpus*, atuariam no sentido de configurar o *ethos* da FPE a partir da figuração de um "marco fundador", revestindo-o de uma importância histórica ímpar no contexto da política nacional, marcando a FPE como uma organização de destaque.

Nesse sentido, na página 6, podemos ressaltar o seguinte trecho:

"[...] O GAPE **foi** criado com o objetivo de auxiliar o trabalho FPE. O Grupo é formado por assessores dos parlamentares, e está dividido em quatro Comitês: Comunicação; Jurídico; Assuntos Políticos; Eventos. **Atualmente** conta com um líder, Sandro Jadir Albuquerque, assessor do deputado Milton Cardias, além de três vice-líderes e três secretários. **Mais tarde**, à medida que foram surgindo temas de interesse da Frente, **surgiu** também a necessidade da criação de Comissões Especiais, compostas por parlamentares evangélicos [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 6, grifo nosso).

Nessa passagem, os dêiticos temporais só podem ser entendidos, novamente, a partir do conhecimento da data de surgimento da **Frente**, do conhecimento sobre o surgimento do GAPE e, também, do ano em que a Revista é publicada. A dêixis serve, assim, para ancorar temporalmente não apenas o marco de fundação da **Frente**, mas também as suas obstinadas ações e organização interna.

Por fim, na página 19, trecho em que lideranças falam sobre a importância da Frente no sentido de legitimá-la, ressaltamos o trecho em que o Bispo Robson Rodevalho faz a sua colocação:

"A FPE é a representação evangélica dentro do Congresso Nacional que luta e defende os princípios cristãos na sociedade brasileira. Durante **esse** primeiro ano de atuação, várias conquistas **foram** consolidadas, não só para o nosso segmento, como também para toda a nação brasileira". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 19, grifo nosso).

Nessa passagem, a localização temporal, através de um pronome demonstrativo e de um verbo no passado, faria, como efeito possível, com que o leitor subentendesse que muitas ações foram realizadas, além de deixar claro que tais ações não foram empreendidas somente para os irmãos na fé desses políticos, mas, sim, para toda a nação, sem distinção de religião. Tudo isso vem repisar, novamente, a construção da importância histórica da **Frente** via um marco fundador, e o seu consequente *ethos* de guardiã, retoricamente falando, do progresso de toda a nação.

II) Dêixis espacial: podemos iniciar ressaltando, como amostragem, o funcionamento de **Esta** e **Este** na página 3, no seguinte trecho:

"Louvo a Deus por mais **esta** grande vitória e pelo privilégio de poder vivenciar **este** importantíssimo momento da participação dos evangélicos, pela cooperação, pelo trabalho desenvolvido [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 3, grifo nosso).

A princípio, os termos nos remetem a elementos que vem anteriormente, ou seja, elementos encontrados no próprio texto. No primeiro caso, o **Esta** é empregado referindo-se a informação dada anteriormente pelo presidente da FPE, de que haverá anualmente uma ***Conferência Anual dos Parlamentares Evangélicos***. Já o **Este**, na mesma página, faz referência não só ao que é contado pelo presidente da FPE, sobre a Conferência Anual dos Parlamentares Evangélicos, mas também a todo o momento (2004) de inúmeras realizações e consolidações da FPE. Os termos, assim, nos apontam ("ostentam") uma "grande vitória" e um "importantíssimo momento", o que vem sagrar, com um tom de evidência, o *ethos* da FPE enquanto instituição importante e necessária para o progresso de toda a nação.

Na página 5, conseguimos perceber a dêixis espacial funcionando, também, como um elemento de referência dentro do texto, no sentido de construir um efeito de evidência/ostentação. Vejamos, para exemplificação, algumas marcas da dêixis espacial encontradas nessa página. A marca **Esta**, seguida de dois pontos, é utilizada, mais uma vez, como um elemento de ancoragem, descrevendo-nos qual será o elemento citado posteriormente, que nesse caso é o conteúdo da Missão Transcultural. Vejamos o trecho:

"A essência da missão transcultural é **esta**: ir ao mundo pregar o Evangelho, onde quer que se esteja, mas alguns recebem tarefa maior". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que serve para elucidar um "conceito" – a missão transcultural –, a dêixis aponta para Frente na estrutura textual, trazendo mais informações dos valores e conhecimento sobre os objetivos da FPE, "ostentando", ao introduzir a frase "mas alguns recebem tarefa maior", a sua missão no mundo da política. Em seguida, no mesmo texto, temos uma citação do Vice-Presidente da Frente, que assim nos diz:

"O objetivo é transpor barreiras culturais para evangelizar e plantar igrejas, **aqui** incluídas as que trabalham com populações indígenas [...], respeitando a identidade cultural de cada povo". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5, grifo nosso).

Essa dêixis espacial é utilizada nesse momento para fazer referência às Igrejas e aos missionários que trabalham com os povos "marginalizados" nas Missões Transculturais, ajudando, assim, a delinear o *ethos* da FPE enquanto agência evangelizadora e expansionista.

Já na página 19, enfim, podemos ressaltar mais três exemplos de dêixis espacial:

"A Frente Parlamentar Evangélica tem um papel muito importante na atuação dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional. Creio que acima das denominações, temos que unir forças em busca **daqueles** objetivos que marcam a nossa trajetória como cristãos **neste** País e a Frente cumpre **esse** propósito [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 19, grifo nosso).

Nesse trecho, vemos que a dêixis espacial retoma os objetivos da **Frente** já mencionados na página 6, ou mesmo diluídos ao longo da Revista. Também vemos uma referência e uma delimitação do processo político-religioso que ocorre no Brasil, assim como a nomeação da FPE como representante institucional que cumpre esses objetivos. Dessa forma, a dêixis espacial acaba também contribuindo para a construção do *ethos* virtuoso da FPE, ostentando a nobreza de seus objetivos e a singularidade/importância de sua fundação, construindo um efeito de evidência em torno dos fatos asseverados.

III) Dêixis pessoal: podemos ressaltar, primeiramente, as marcas prototípicas da pessoalidade – a primeira e a segunda pessoas, tanto do singular quanto do plural –, no sentido de especular sobre como tais mecanismos poderiam atuar, mais uma vez, na construção do *ethos* da FPE. Já na página 3, no vocativo "Caro leitor", temos, claramente, a figuração de um EU bastante distinto – **Palavra do Presidente** – que pressupõe imediatamente um TU, tornando o texto capaz de criar um efeito de aproximação e inclusão do interlocutor naquilo que será dito. No início do texto, temos a seguinte passagem:

"**Meu** desejo é que **você** conheça o trabalho que os **nossos** Deputados e Senadores estão realizando no Congresso Nacional e juntos **glorifiquemos** ao Senhor **nosso** Deus [...]" (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 3, grifo nosso).

É nessa atmosfera patêmica que o sentimento de união também é celebrado pelo Deputado Adelor Vieira a partir do uso do "nós", que "convida" a segunda pessoa – o interlocutor (você) – a se integrar nessa esfera coletiva de marcha para Cristo. Ao utilizar a primeira pessoa do singular e do plural, o autor do texto, o Presidente da Frente, cria um efeito de proximidade com o leitor ao longo do texto. Nesse sentido, percebemos que o autor busca fazer com que o leitor conheça um pouco do trabalho e dos valores compartilhados por esses políticos, ao mesmo tempo em que o mesmo – o leitor – já se encontra incluído naquele mundo, no interior daquele "nós" ("glorifiquemos"). Na mesma página, destaca-se outro trecho:

"**Nosso** trabalho tem-se fundamentado na união entre os parlamentares, prova disso tem sido o culto devocional que **realizamos** todas as quartas-feiras na Câmara Federal". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 3, grifo nosso).

Aqui, podemos ver que tanto o pronome como o verbo tem o intuito de mostrar a união entre os parlamentares da **Frente**. Esses elementos, juntamente com todo o parágrafo, transmitem, possivelmente, uma ideia de **congregação**. Mais do que isso, o efeito discursivo é de que todos os Parlamentares da **Frente** comungam e concordam com todas as decisões ali discutidas, e que isso se dá em um ambiente de paz e amor ao próximo, conforme deveria ser tudo aquilo que é guiado por Deus. No texto da página 3, portanto, ao mesmo tempo em que o *ethos* da FPE é personificado na figura emocionada, devota e obstinada do seu Presidente (uso do "eu"), ele é também erigido sob o emblema da "união/comunhão", seja entre os membros da **Frente**, seja entre a **Frente** e os eventuais leitores da Revista (usos do "nós").

Na página 19, o depoimento do Pastor Ronaldo Fonseca também nos traz informações relevantes nesse sentido. Para ele,

"[...] a Frente Parlamentar Evangélica veio em boa hora. **Quero** parabenizar o deputado Adelor Vieira pela iniciativa [...] A FPE tem exercido papel muito importante, até porque **nós** sabemos que no Congresso Nacional os votos e discussões em bloco são muito válidos e, no exercício da democracia, é fundamental que o segmento esteja unido em uma proposta. [...] **Acredito** que a Frente Parlamentar deve convergir forças e unir o que **nós**

temos de melhor em **nosso** país". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 19, grifo nosso).

Nesse trecho, temos um incisivo depoimento marcado por índices de primeira pessoa. Porém, é interessante notar que, quando o Pastor está utilizando a primeira pessoa do plural, ele já não falaria mais a qualquer auditório, mas, sim, aos seus irmãos político-religiosos. Sendo assim, aquele viés de acolhimento gerado pelo texto da página 3 é substituído, nesse momento, por outra estratégia, também recorrente na Revista: o uso da fala institucionalizada da autoridade, nesse caso, do Pastor, que, ao falar por todos os membros, também aponta para o *ethos* de unidade da FPE enquanto instituição.

No caso da não-pessoa, isto é, das marcas referentes à terceira pessoa (ele/eles/ela/elas), podemos também notá-las envolvidas na construção do *ethos* da FPE, instituindo, aqui e ali, descrições ou narrações de atos da instituição com um efeito de distanciamento que lhe é peculiar. Na página 3, podemos ressaltar o seguinte trecho:

"A Frente Parlamentar Evangélica **trabalha** em defesa da família, da moral e dos bons costumes, estando já **consolidada** no Congresso Nacional e em **instalação** nos 27 estados da federação [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 3, grifo nosso).

Podemos perceber que nesse trecho há um distanciamento retórico entre a instituição e a dupla autor/leitor, possibilitado pelo uso da 3ª pessoa. Nesse sentido, cria-se, naturalmente, um efeito de verdade/neutralidade, capaz de erigir o *ethos* da **Frente** como uma congregação consolidada, em expansão, e marcada pelos valores da família, da moral e dos bons costumes. Outro trecho que corrobora com o exposto é o penúltimo parágrafo da página 5, marcado por verbos que, ao discorrer sobre a composição da **Frente** em 3ª pessoa, constroem um distanciamento "natural" entre a instituição, o autor do texto e o seu auditório, o que aponta para a construção do *ethos* a partir de uma posição enunciativa pretensamente neutra/objetiva:

"[...] **fazem** parte da Frente Parlamentar Evangélica 58 deputados federais e três senadores, totalizando 61 parlamentares. **Compõem** ainda a FPE, deputados estaduais e ex-deputados federais". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5, grifo nosso).

Destaca-se, aqui, a pujança e a numerosidade dos membros da Frente, o que a confere, também, um caráter significativo. Na página 6, podemos destacar outro trecho em que fenômeno semelhante acontece:

"Uma das primeiras medidas da Frente Parlamentar Evangélica **foi criar** o GAPE [...] O GAPE **foi criado** com o objetivo de auxiliar o trabalho da FPE." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 6, grifo nosso).

Na página 19, idem:

"A FPE é a representação evangélica dentro do Congresso Nacional que **luta** e **defende** os princípios cristãos na sociedade brasileira". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 19, grifo nosso).

Com isso, enfim, notamos a presença da não-pessoa atuando, recorrentemente, no sentido de construir o *ethos* da FPE, desta vez com um pretenso efeito de objetividade, mostrando a imagem de uma instituição "lutadora" e "defensora" dos melhores valores, em expansão e de caráter obstinado. Passemos agora à questão dos modalizadores.

IV) Os índices de modalização: notamos que, por possuir características de apresentação/esclarecimento da FPE, o **Bloco I** contém um número considerável de modalizações apreciativas, volitivas e frásticas assertivas. Primeiramente, para exemplifica-las, podemos retomar o efeito de subjetividade presente em a **Palavra do Presidente** (p. 3), já elucidado quanto ao seu engajamento afetivo, viabilizado pelo uso da primeira pessoa. Percebemos que tal efeito é potencializado pelo uso de certas modalidades volitivas de alta emotividade combinadas a primeira pessoa ("meu desejo é que", "louvo a Deus", "glorifiquemos ao Senhor nosso Deus") e pelo uso, também, de modalidades apreciativas que qualificam o novo empreendimento, ou seja, a FPE ("**É com elevada honra** que lhe apresento [...]", "**já consolidada**", "em **instalação**", "**importantíssimo**" etc.). Sendo assim, por um lado, o *ethos* da **Frente** é encarnado na figura emocionada e glorificante do seu Presidente – a parte valendo para o todo (modalidades volitivas) – e, por outro lado, é construído, ao mesmo tempo, como uma instância honrada, virtuosa e importante (modalidades apreciativas).

Na página 5, por sua vez, temos uma reportagem que mostra a oficialização do dia 18 de Setembro de 2003 como o dia de instalação da **Frente** no Congresso Nacional. Aqui, podemos mencionar uma série de frases na modalidade assertiva, no sentido de exemplificar como tal recurso atua na construção do *ethos*, por ser recorrente em uma Revista que aparenta um tom jornalístico em muitos trechos. Vejamos alguns casos:

"[...] o presidente da FPE, deputado Adelor Vieira [PMDB/SC], presidiu os trabalhos [...] a Frente realiza reuniões periódicas onde são discutidos os mais diversos assuntos, e programadas atividades que venham ao encontro dos objetivos da FPE". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5, grifo nosso).

O tom assertivo, em nosso entendimento, ajudaria a criar um *ethos* caracterizado pela posição de **segurança** e **firmeza** em relação ao conteúdo asseverado, inclusive quando este se trata das ditas modalidades apreciativas da **Frente**: "um marco", "os sacrifícios", "vitória", "das mais diversas agremiações religiosas", "oficialmente" etc. Tais apreciações, em tom recorrentemente assertivo, parece-nos criar, em torno da FPE, nítidos contornos de heroísmo nacional. Isso viria associar o seu *ethos* aos grandes vultos e feitos da história, mostrando o seu pendor para o sacrifício, para a luta e para a vitória na batalha pela salvaguarda dos valores morais na política.

Na página 6, as modalidades apreciativas encontram um estilo particular e diferente dos textos anteriores. Mantendo o tom assertivo, na segunda parte do texto, intitulada **Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE**, notamos uma lista de tópicos iniciados por verbos de ação no infinitivo ("acompanhar", "fiscalizar", "procurar", "promover", "trabalhar" etc.). A partir de certo momento ("ações realizadas"), eles são seguidos por mais e mais tópicos exaustivamente iniciados por nominalizações de verbos semelhantes ("criação", "discussão", "debate", "apoiamento" etc.). Ao nosso ver, o caráter ativo desses termos, listados energicamente com a mesma regularidade sintática, só vem semantizar, mais uma vez, a **Frente** como uma Instituição atuante, heroica, disciplinada e incansável. Em alguns momentos, o **modo** com que a ação verbal é desempenhada, ganha também contornos nitidamente apreciativos da **Frente**. Esse recurso é obtido pela recorrência de orações adverbiais iniciadas por gerúndio ("manifestando-se", "influindo", "visando", "salvaguardando" etc.), que dá às ações verbais realizadas pela **Frente** o seu caráter virtuoso, ético e moral.

Já na última página, 19, notamos o *ethos* da **Frente** sendo "revestido" por depoimentos de diversos líderes, destacando-se entre eles alguns religiosos e o Presidente Câmara. Esses discursos vêm legitimar e corroborar os argumentos de que havia, de fato, a necessidade de criação de uma instituição que representasse os valores Cristãos dentro do Legislativo, assim como também reivindicasse as necessidades do povo evangélico. A enunciação está estruturada na modalidade frástica assertiva – "A FPE é a representação evangélica dentro do Congresso Nacional que luta e defende os princípios cristãos na sociedade brasileira" (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 19) –, o que demonstra, novamente, um modo categórico e taxativo de se dizer as coisas, nos impondo um *ethos* inflexível e pouco afeito ao questionamento. Vemos também adjetivos, expressões adverbiais e, até mesmo, substantivos muito peculiares pelo seu poder de caracterização (novamente as modalidades apreciativas), sendo utilizados pelos líderes para caracterizar a **Frente** e seus membros ("um papel muito importante", "resultado das orações de milhares de evangélicos de todo o País", "vitória", "vigilantes e unidos", "sério e ético").

Semanticamente, pode-se dizer, enfim, que eles entronizam a **Frente** como um marco importantíssimo para todo o país, estando a Instituição "abençoada" até mesmo pelo então Presidente da Câmara, o Deputado João Paulo Cunha. Temos também algumas modalidades epistêmicas ("Creio que", "Acredito que / Acreditamos que", "Sabemos que") – marcadora da crença – mostrando credulidade e convicção, mais uma vez revestindo o *ethos* de um dogmatismo acirrado, que é senhor e guardião das verdades asseveradas, nada afeitas a controvérsias. Feitas as considerações sobre o **Bloco I**, passamos agora à abordagem do próximo grupo temático.

3.1.2 Análise de dados do Bloco II: caráter expansionista e "tentacular" da **FPE**, além das relações políticas construídas.

No Bloco II, reforça-se um outro viés do *ethos* da FPE, a saber, o viés expansionista ou de missão, em que a prioridade é elencar os Estados onde a Frente já foi instalada com "louvor", além de consolidar a promessa da multiplicação das FPEs por mais Estados e pelos municípios. Vemos também as relações políticas sendo construídas, não somente dentro do próprio Congresso Nacional, com as solicitações de reuniões com ministros, mas também na construção de relações políticas com outros países, como Israel e

Japão, o que aponta para um *ethos* de aparente diplomacia. Tudo isso remonta a algo já citado anteriormente, e que iremos retomar, a saber, a questão do discurso forte, uma das teses de Protágoras. Como acredita Romeyer-Dherbey (1986), essa tese de Protágoras está ligada diretamente a um dos fundamentos da democracia ateniense. Nessa perspectiva, não somente um único discurso, mas o ecoar das várias vozes dos cidadãos atenienses em conjunto, faria com que um argumento se tornasse forte. Dessa forma, acreditamos que a FPE parte mais ou menos do mesmo princípio, pois, ao disseminar a **Frente** pelos Estados e, também, municípios, busca construir um elo forte entre os políticos evangélicos, em que uma verdadeira muralha é erguida para vetar qualquer projeto de lei que possa vir a prejudicar a missão da **Frente**.

Outro ponto importante são os depoimentos que, nas reportagens, corroboram com um dos elementos fundamentais para a construção do político de Cristo: o compromisso de obediência, não mais ao partido ou às ideologias políticas, mas à palavra de Deus e, em menor escala, aos fiéis que os elegeram. Podemos ver isso ilustrado ao final da 1ª reportagem da página 18, no discurso de João Campos (PSDB/GO), "[...] sem restrições partidárias ou ideológicas, regida apenas pela obediência aos desígnios e à Palavra de Deus, a rede será formada a partir da criação de frentes municipais por todo o Brasil" (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 18). Para ilustrarmos o que fora dito, vejamos a citação do pesquisador Leonildo Silveira Campos (2006):

> O 'político de Cristo' é uma figura vazada, que somente a instituição, as massas ou as circunstancias, podem preencher. No entanto, essa nova estirpe de políticos reivindica uma dignidade que ela crê não ser usual no panorama político brasileiro: a ética, a dignidade e a seriedade no trato das coisas públicas". (CAMPOS, 2006, p. 86).

Tal reflexão se aproxima da leitura realizada até o momento, a qual, através de marcas na língua, demonstra a preocupação da FPE em construir um *ethos* heroico, digno, lutador e compromissado com os rumos políticos do povo brasileiro, contrastando-se com a política partidária tradicional. Feita essa reflexão inicial, iniciemos a análise de alguns trechos do Bloco II, a partir, como feito anteriormente, dos elementos dêiticos.

I) Dêixis temporal: os elementos da dêixis temporal, no **Bloco II**, parece-nos ter a função de localizar o leitor no tempo com referência às instalações da Frente **Parlamentar Evangélica** nos Estados brasileiros, assim como com referência ao reconhecimento da mídia

brasileira e internacional, incluindo os acordos/alianças selados pela FPE com outros países. Vejamos alguns exemplos para elucidar o que fora dito:

"[...] **sempre** com o objetivo de expandir horizontes, a Frente Parlamentar Evangélica **estabeleceu** como uma de suas propostas estender-se pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. **Inicialmente** as Frentes estão sendo instaladas nos Estados e, **posteriormente** devem chegar aos municípios através das Câmaras de Vereadores." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 7, grifo nosso).

Aqui ressalta-se de vez o *ethos* expansionista e evangelizador da Frente, marcado por operadores textuais (em negrito) que narram as suas conquistas (quase épicas) em solo nacional. Os seguintes trechos da página 10, referentes, respectivamente, à instalação da **Frente** no estado da Paraíba e ao destaque da **Frente** na mídia impressa, também reforçam essa imagem da instituição:

"[...] **Em seguida**, **aconteceu** a instalação da FPE na Paraíba **realizada** no Hotel Hardman, localizado no Bairro de Manaíra, em João Pessoa [...] **Já** o jornal Correio Brasiliense **destacou** a organização da Frente Parlamentar Evangélica comparada às demais Frentes **existentes** no Congresso Nacional". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 10, grifo nosso).

Nota-se que o *ethos* da FPE é consagrado, também, como algo relevante, pelo seu prestígio e reconhecimento pela grande imprensa nacional.

II) Dêixis espacial: no **Bloco II**, os elementos da dêixis espacial possuem a função de reportar e ancorar os elementos presentes na superfície textual. Porém, também localizam os leitores espacialmente em informações que vão além do que está nos textos, pois nos trazem informações extralinguísticas. Iniciando na página 7, temos o seguinte trecho:

"Com **estas** ações, os parlamentares evangélicos estão se mobilizando e convergindo forças em uma atuação política conjunta e mais produtiva." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 7, grifo nosso).

Nessa passagem, o elemento dêitico sintetiza tudo o que fora dito no parágrafo anterior, retomando a estratégia de expansão da FPE e marcando o seu *ethos* ativo, incansável na busca sagrada pelos seus objetivos. É representativo desse funcionamento dêitico, também, certo trecho presente na página 23, que nos remete a informações extralinguísticas:

"O objetivo da viagem foi fomentar a relação entre os dois países, priorizando a troca de experiências, uma vez que Israel é o único país **daquela** região com regime democrático muito parecido com o brasileiro". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 23, grifo nosso).

Enfim, é recorrente a presença da dêixis espacial, seja a partir de demonstrativos (este, aquele, aquela, ali etc.), seja a partir de expressões como "pelo Brasil", "em Minas Gerais", "no Rio Grande do Sul", "em Israel" etc., atuando no sentido de reforçar o ethos missionário e expansionista da FPE.

III) Dêixis pessoal: com as marcas prototípicas da pessoalidade, ou seja, um Eu/Nós que interpela um interlocutor (TU) e, também, a chamada não-pessoa, ELE, podemos construir uma análise por dois vieses complementares. O primeiro diz respeito aos políticos da **Frente** que escrevem em primeira pessoa. O segundo diz respeito àqueles que congregam os seus companheiros parlamentares, o que se pauta pelo uso da 1ª pessoa do plural. Vejamos alguns exemplos representativos:

"**Aceitei** a Jesus e **tenho procurado** honrar o **meu** povo e fazer a diferença nesse Estado." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 11, grifo nosso).

Já na página 17, temos o depoimento do Embaixador de Israel, Daniel Gazit:

"[...] Hoje **nos acusam** de tudo, mas **estamos** lutando contra o terror. **Nosso** objetivo é libertar o País, não **queremos** mais violência, nem mais terror. **Somos** a favor da autonomia palestina, **queremos** sentar e negociar." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 17, grifo nosso).

O *ethos* de uma instituição unida e coesa, já demonstrado aqui pelo uso do "nós", direciona-se, neste momento, ao que parece, à construção também de um caráter de solidariedade frente aos dramas de outros povos, como a Palestina, acentuando, assim, a imagem de uma instância intervencionista e, também, negociadora em âmbito internacional.

Passando à questão da não-pessoa, percebemos que o ELE é usado geralmente quando a Revista tenta causar um efeito de "imparcialidade" entre ela (a Revista) e os políticos da FPE, como já vínhamos ressaltando. Temos também o caso do distanciamento criado para se referir às pessoas que estão fora desse binômio (Revista e políticos da FPE), como, por exemplo, os pastores ou fiéis/eleitores das igrejas das quais os parlamentares são membros. Vejamos um exemplo:

"Chegamos ao Parlamento única e exclusivamente pela bondade e misericórdia do Nosso Senhor Salvador Jesus Cristo, por meio de sua Igreja, nos garantiu um eleitorado consciente e inteligente, que **acompanha** o mandato parlamentar dia-a-dia. São **eles** que nos **estimulam**, **orientam**, **assessoram** e **cobram** para que sejamos representantes autênticos e zelosos pela Obra do Senhor [...]" (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 9, grifo nosso).

Nesse sentido, a FPE se mostra **ethicamente** benevolente para com o seu eleitorado, elogiando e seduzindo essa instância a partir de enunciações em 3ª pessoa.

IV) Os índices de modalização: no **Bloco II**, tais mecanismos possuem o objetivo de nos mostrar, mais uma vez, a subjetividade por trás das relações estabelecidas entre a **Frente** e os seus aliados (Israel, Japão), assim como o seu caráter expansionista e visionário, pois, como é sabido, são as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais que deflagram grande parte das leis que chegam ao cidadão comum. Para ilustrar essa questão, foram escolhidas três reportagens, das páginas 9 e 23, que ilustram bem o que dissemos acima. Na página 9, encontramos modalidades volitivas que ilustram o efeito emotivo presente na instalação da **Frente** no Estado de MG:

"É hora de expandirmos o ideal da Frente pelos 27 Estados da Federação [...] Os pastores se mostraram muito receptivos à ideia e se comprometeram a levantar um clamor nas igrejas pela instalação da Frente nos Estados [...] Chegamos ao Parlamento única e

exclusivamente pela bondade e misericórdia do Nosso Senhor Salvador Jesus Cristo." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 9).

Nesse sentido, temos também modalidades apreciativas que caracterizam e qualificam tanto a FPE quanto o seu eleitorado, assim como a recepção desses políticos ao instalarem oficialmente a Frente nos diversos Estados ("Ministério", "consciente", "inteligente", "belo", "bela"), ressaltando, mais uma vez, o caráter entusiasta e expansionista da nova instituição.

Já na página 23, a relação Brasil e Israel é selada por uma visita da comitiva brasileira de parlamentares (evangélicos ou não) ao Estado de Israel, juntamente com os representantes da Confederação Israelita do Brasil, onde acordos foram estabelecidos e a Frente foi incumbida de uma missão. Nessa página, as modalidades apreciativas, nas diversas classes de palavras e expressões equivalentes a adjetivos (substantivo, adjetivo, verbos flexionados e locução adjetiva) qualificam tudo que ocorrera naquela viagem ("oficial", "milenar", "verdadeira", "promover", "celebrados", "estudos de aperfeiçoamento", "exaltou", "importante"). Mais uma vez, ressalta-se o *ethos* da FPE como instituição importante e engajada nas questões relativas à paz, à moral e ao progresso.

Outra questão importante encontrada na página 23, a não relativização da verdade, é um dos pontos destacados em nossa pesquisa. No texto, ao relatar os possíveis resultados da viagem, é destacado q a FPE assumiu duas "grandes missões", vejamos o trecho em questão: "[...] uma delas é levar a versão oficial do conflito milenar que impera na Região, divulgando os fatos reais, a verdadeira versão do conflito". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 23). Fica claro, pelo contexto exposto, que não há uma tentativa de relativização do conflito que existe entre palestinos e israelenses, e os "culpados" pela guerra travada há séculos é implicitamente expresso. Nem ao menos é dada a possibilidade da dúvida ou há a tentativa de se ouvir o outro lado (os palestinos) é cogitado.

3.1.3 Análise de dados do Bloco III: ações/posicionamentos realizadas pelos políticos da **FPE** dentro do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa.

Em termos gerais, este **Bloco** refere-se, especificamente, ao campo dos projetos de leis que estão tramitando, já foram votados ou ainda estão sendo discutidos para futuras

submissões, tanto na Câmara dos deputados quanto no Senado, incluindo as reuniões realizadas com os políticos para maior esclarecimento e discussão sobre o projeto de Reforma Política. Por isso, a dêixis temporal, nesse **Bloco**, encontra-se ligada ao tempo do "fazer político" propriamente dito, e a todo o processo e morosidade existente nesse campo. Temos, em geral, os seguintes temas em pauta: a reforma política (que ainda estava sendo debatida); o relatório do deputado Ronaldo Caiado que já havia elaborado um projeto para mudar o sistema eleitoral, mas que ainda não tinha tramitado na Câmara dos deputados; a aprovação da lei que beneficia as igrejas, já votada e aprovada na Câmara dos deputados, assim como no Senado Federal; leis que beneficiam e ajudam a acabar com as quadrilhas dos desmanches de carros e, por fim, a lei de biossegurança, que já havia passado por alterações no Senado Federal e voltava, naquele momento, para a Câmara dos deputados. Iniciaremos a análise a partir dos elementos dêiticos.

I) Dêixis temporal: no início deste bloco, encontramos os seguintes elementos representativos da dêixis temporal:

"Alguns podem chegar a um consenso, mas sou contra toda a Reforma como ela está **hoje**". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 14, grifo nosso).

Esse trecho foi extraído da primeira reportagem da página 14, denominada **Reforma Política é Amplamente Debatida pela Frente Parlamentar Evangélica**. Já na segunda reportagem da mesma página, **Anteprojeto para Mudar o Sistema Eleitoral Brasileiro**, retiramos a seguinte passagem:

"A proposta **ainda** vai tramitar na Câmara como projeto de lei". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 14, grifo nosso).

Nessa página, o que está em voga é o debate sobre a reforma política. Para isso, o relator do projeto esclarece as dúvidas dos parlamentares da **Frente** e estes, por sua vez, dão suas opiniões e esclarecem as mudanças necessárias para que esse projeto receba o apoio da **Frente**. Na página 15, uma continuação dos temas tratados na página anterior, podemos

perceber que o debate sobre a Reforma Política continua e há mais duas reuniões com os parlamentares da **Frente**. Na primeira, o relator do projeto (Ronaldo Caiado) volta a ter mais uma reunião com os políticos da **Frente** para esclarecer pontos que ainda ficaram obscuros, tentando assim conseguir o apoio desses parlamentares em um futuro próximo, quando o projeto de lei for encaminhado para a Câmara.

Já na segunda reunião, os membros da **Frente** discutem entre si os caminhos que devem ser tomados e se concordam ou não com a proposta. Desse modo, o presidente da Instituição propõe uma saída momentânea, a saber, uma comissão a ser criada com integrantes da **Frente** para que se possa melhor debater e esclarecer o problema. Vejamos o seguinte trecho:

"Para o presidente da FPE, deputado Adelor Vieira, a Reforma Política **ainda** precisa ser muito debatida e esclarecida". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 15, grifo nosso).

Nessas reportagens, a FPE mostra-se extremamente receosa e até mesmo preocupada com alguns pontos específicos do projeto de Lei, que pretende fazer uma ampla reforma no sistema político brasileiro, acreditando que isso traria prejuízos ao que fora conquistado, ou mesmo trazendo mais corrupção para os partidos políticos. Mas, claro, está aí embutida uma preocupação significativa com um sistema eleitoral em que os votos estariam direcionados para o partido e não mais para a figura do político em si, como ocorreria até então. Isto é ilustrado e perceptível nas reportagens por meio das falas de seus membros que explanam amplamente suas opiniões e posicionamentos.

Já na página 17, na reportagem **FPE Aprova Lei que Beneficia Igrejas**, temos uma mudança no novo Código Civil por meio de uma lei proposta pelos parlamentares da Frente. Através dessa lei aprovada, as igrejas passam a ser "pessoas jurídicas de direito privado", dessa forma, o controle Estatal que acreditava ser imposto com o novo Código Civil cai por terra e os parlamentares da **Frente** comemoram. Vejamos o seguinte trecho:

"O novo Código Civil, aprovado pela Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, obrigava as Organizações Religiosas e Partidos Políticos a alterarem seus Estatutos até janeiro **deste** ano". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 17, grifo nosso).

O ano ao qual é feita a referência é 2004, buscamos essa ancoragem na data de publicação da revista. Essa reportagem mostra a força da **Frente** com relação à mobilização e às relações políticas fortes construídas, pois o projeto dos políticos da FPE é aprovado por unanimidade tanto na Câmara quanto no Congresso Nacional.

Na página 18, mais um projeto de Lei que acabaria respingando em mudanças na organização das igrejas acabou sofrendo alterações no seu texto original. A princípio, nesse projeto, existia um artigo que obrigava que em eventos fechados com a participação de mais de mil pessoas fosse utilizado obrigatoriamente um detector de metais, com multa altíssima para quem descumprisse essa lei. Ao final, um dos parlamentares evangélicos, João Campos, através de uma brecha na Constituição Federal, conseguiu uma alteração na Lei. Vejamos:

"O deputado João Campos (PSDB/GO), **sempre** atento e vigilante na defesa dos direitos e interesses do Reino de Deus, evitou que mais um projeto de Lei prejudicando as Igrejas fosse aprovado". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 18, grifo nosso).

Esse elemento dêitico enfatiza um *ethos* construído pelos políticos da **Frente** mostrando os seus membros como "soldados de Cristo" que estão sempre alerta e são incansáveis na vigilância de algo que possa vir a prejudicar o funcionamento/andamento de suas Igrejas e comunidades, assim como os propósitos de Deus para a nação brasileira.

Na página 24, uma reportagem intitulada **Novo Código Civil:** o Perigo Rondou as Igrejas, ressalta o período de aflição em que as Igrejas acreditavam não existir mais saída para o fato delas terem que se adaptar às novas regras impostas pelo novo Código Civil Brasileiro e exalta a determinação de um deputado em especial, Takayma, peça fundamental para que fosse redigida uma Lei que revogasse as mudanças no novo Código Civil, que atingiriam as Igrejas Evangélicas. Vejamos o seguinte trecho:

"A participação do deputado Takayama **foi** fundamental para a aprovação das mudanças no novo Código Civil [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 24, grifo nosso).

Já na última página deste **Bloco**, temos uma reportagem sobre as modificações que os parlamentares evangélicos, juntamente com outros parlamentares de outras denominações, conseguiriam imprimir no projeto de Lei que já foi aprovado no Senado, mas

que ainda tramitará na Câmara Federal. Tais modificações trazem mais mecanismos de fiscalização para todo e qualquer tipo de atividade que envolva organismos geneticamente modificados.

"A Câmara Federal **aprovou**, no início **deste** ano, o Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei Nº 2401/03, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvem organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 25, grifo nosso).

Tal reportagem aponta, mais uma vez, para um *ethos* que sabe e aprendeu os meios necessários para garantir a vitória dentro do jogo político brasileiro, ou seja, a formação de alianças e a obtenção de aliados.

II) Dêixis espacial: na página 14, retiramos os seguintes trechos, sendo o primeiro da reportagem denominada **Reforma Política é Amplamente Debatida pela Frente Parlamentar Evangélica**, e o segundo da reportagem denominada **Anteprojeto para Mudar o Sistema Eleitoral Brasileiro**. Vejamos:

"O grande objetivo **destas** reuniões foi tentar elucidar um pouco mais o conteúdo e as consequências de uma possível aprovação da Reforma Política assim como está." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 14, grifo nosso).

Já no segundo trecho,

"O presidente da Comissão Especial de Reforma Política, Alexandre Cardoso (PSB/RJ), no entanto, discorda e diz que **este** instrumento tornará a eleição mais democrática." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 14, grifo nosso).

Nessas passagens, a dêixis espacial faz referência às informações mencionadas anteriormente nas reportagens. No primeiro caso, as referências são as reuniões realizadas para esclarecer as dúvidas dos parlamentares com relação às propostas de Lei, que tem como objetivo a Reforma Política. Já no segundo caso, a referência é o sistema de lista fechada, em

que o eleitor deixa de votar nos políticos individualmente e passa a votar na legenda partidária. Com esses elementos da dêixis espacial, que criam esse efeito de "realce", a imagem que surge é a de um *ethos* que tenta mostrar o seu lado engajado e empenhado não somente nos projetos de Lei que possuem uma relação direta com a *doxa* evangélica, mas também com outros setores da sociedade civil.

Na página 15, podemos ressaltar o seguinte trecho da reportagem **Deputado Carlos Rodrigues critica Lista Partidária**:

"Ao final dos questionamentos **desta** última reunião com convidados para a discussão da Reforma, o presidente encerrou a mesma com duas propostas aos integrantes da Frente [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 15, grifo nosso).

Nessa passagem, a dêixis serve como marcação para uma reunião específica que marcou, depois de tantos debates e esclarecimentos, uma decisão tomada pelo presidente da **Frente**, ou seja, mostra mais uma vez um *ethos* que se posiciona e toma decisões com relação às dificuldades do dia-a-dia do mundo da política, assim como mostra cautela em resolver assuntos que podem vir a trazer prejuízos aos diversos setores da sociedade, inclusive para própria **Frente**.

Na página 17, trata-se da questão da mudança do estatuto das Igrejas no novo Código Civil Brasileiro. Como amostragem, podemos ressaltar o seguinte trecho:

"O PL 634/03 não só desobrigou **estas** alterações, como vetou qualquer intervenção do Estado". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 17, grifo nosso).

Esse trecho faz referência a não necessidade de mudança dos estatutos das Igrejas, pois com a nova lei aprovada, tudo continuaria como antes e as Igrejas continuam sendo reguladas pelos seus próprios estatutos, sem a interferência do Estado.

III) Dêixis pessoais: os elementos da dêixis pessoal criaram, neste bloco, alguns efeitos peculiares no que tange ao *ethos* da FPE. Primeiramente, temos as marcas prototípicas da dêixis pessoal (eu-tu), que criam dois efeitos distintos, porém complementares. Inicialmente, se trata do efeito do EU como marca de subjetividade de quem fala, pois,

quando o EU fala, ele também se inclui dentro desse grande projeto político-ideológico que é a **Frente Parlamentar Evangélica**, seja como presidente, membro, assessor ou, até mesmo, enquanto líderes evangélicos que apoiam incondicionalmente o papel da **Frente**. Porém, neste **Bloco**, o efeito de subjetividade faz referência à opinião dos parlamentares da **Frente**, que expõem suas opiniões sendo a favor ou contra os projetos propostos. Vejamos os seguintes trechos para ilustrar o que fora dito. Na página 14, declarou Roberto Freire – PPS:

"O projeto que está aí não passa. Alguns podem chegar a um consenso, mas **sou** contra toda a Reforma como ela está hoje." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 14, grifo nosso).

Já na página 15, Presidente da FPE, Adelor Vieira, ressaltou:

"**Temos** que ter pleno conhecimento para **podermos nos** posicionar a respeito do assunto, resguardando sempre o bem do **nosso** país e dos cidadãos que representamos." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 15, grifo nosso).

Nesse momento, é dado aos membros da **Frente** voz, criando, através das falas desses parlamentares, um *ethos* desconfiado e temeroso, que ainda precisa analisar as vantagens e as desvantagens de uma Reforma Política de proporções nunca vistas antes.

Já a não pessoa, a dêixis referente a terceira pessoa (ELE/ELES) é bem mais expressiva nesse **Bloco**, pois o efeito de distanciamento é necessário em alguns momentos. Além de trazer as vozes de pessoas de fora da FPE, como o deputado Ronaldo Caido, relator do projeto de reforma política, essas passagens trazem situações que são "externas" ao domínio da **Frente**, como, por exemplo, a descrição dos projetos de lei, ou, ainda, a participação dos membros da **Frente**, porém de uma forma diferenciada: é como se nesse momento houvesse a impressão de um "distanciamento" entre a **Frente** como instituição e as opiniões de seus membros. Vejamos o que nos diz Roberto Freire (PPS), na página 14:

"Freire **proferiu** palestra a respeito da Reforma Política e **respondeu** questionamentos dos presentes [...] O anteprojeto **prevê** o financiamento público de campanhas [...] Os deputados que **discordam dizem** que os caciques partidários **serão** os

únicos **favorecidos** porque **usarão** do poder que **detêm** para se manter no topo da lista e manipular os nomes." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 14, grifo nosso).

O efeito/*ethos* criado pela 3ª pessoa é, previsivelmente, de distanciamento, porém, no caso da Revista da FPE, os depoimentos trazidos por pessoas que estão fora da FPE refletem, na maioria das vezes, os valores apregoados por esses políticos, trazendo, ao invés de uma imparcialidade ao texto, uma ratificação do que foi dito na Revista.

Já na página 17, a 3ª pessoa cria um efeito de "descolamento" entre a Revista e a Instituição, em que a narração dos fatos simula um distanciamento inexistente:

"A Frente Parlamentar Evangélica **coordenou** e **agilizou** a tramitação do Projeto de Lei 634/03, **aprovado**, por unanimidade, nos Plenários da Câmara e do Senado Federal no ano passado." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 17, grifo nosso).

A imagem criada, nesse momento, com a utilização desses verbos específicos é a de uma instituição organizada e esmerada em cumprir os seus propósitos.

IV) Os índices de modalização: o **Bloco III** possui características específicas que mostram o fazer político dentro do Poder Legislativo brasileiro, ou seja, o processo (de modo sucinto) moroso pelo qual um projeto de lei passa e enfrenta para poder ultrapassar a burocracia de grupos organizados dentro das **Casas**. Encontramos, nesse sentido, a modalidade epistêmica trazendo a visão de mundo, o conhecimento e a crença dos parlamentares da FPE com relação aos projetos de lei discutidos. Também localizamos modalidades deônticas, sempre com referência a alguma obrigação, pois, como fora dito, nesse bloco estamos nos referindo a projetos de leis aprovados, em tramitação ou que ainda estão sendo debatidos para futuras votações. Encontramos inúmeras modalidades apreciativas, que qualificam e descrevem os projetos citados.

Nas páginas 14 e 15, temos reportagens que discutem a Reforma Política. Nelas, encontramos modalidades epistêmicas que trazem aquilo que os parlamentares acreditam, a favor ou contra, sobre o projeto de lei relatado ("Considero o sistema proporcional", "foi tentar elucidar", "uma possível", "não é possível"). Temos também modalidades apreciativas

(“polêmicos”, “consequências”, “retrocesso”, “difíceis e sérias”, “absurdo”, “moralizar”, “caciques partidários”, “males endêmicos”) que qualificam o projeto, assim como todo o debate ao redor dele, assim como modalidades volitivas (“resguardando sempre o bem do nosso país e dos cidadãos que representamos”, “é um absurdo dos piores”), que transmitem a passionalidade e emotividade dos argumentos utilizados pelos parlamentares.

Na página 17, na primeira reportagem, é mostrada a comemoração da FPE ao se referir a Lei 634/03, que conseguiu ser aprovada com sucesso, pela instituição, e que veta um novo estatuto dado para as Igrejas, o qual, segundo os políticos da FPE, tolheria a autonomia das igrejas. Nela, encontramos modalidades apreciativas (“vitória”, “sujeitas”, “dúbias”, “tutela”), muitas modalidades deônticas, devido à imposição autoritária do Estado, que eles acreditavam que sofreriam (“obrigava as Organizações Religiosas e Partidos Políticos”, “O PL 634/03 não só desobrigou estas alterações”, “vetou qualquer intervenção do Estado”, “fica vedado ao poder público”). Essas marcas apontam para um *ethos* passional, que tenta suscitar as emoções do auditório a favor da **Frente** e contra o Estado, que é caracterizado como repressor ao utilizar as modalidades deônticas.

Já na página 24, temos uma “continuação” da reportagem sobre o novo Código Civil, que teoricamente tiraria a autonomia das Igrejas, passando e atribuindo mais poder para o Estado. No entanto, essa reportagem enfoca o trabalho árduo e exaustivo dos parlamentares para que a Lei, que protegeria as igrejas, fosse votada a tempo. Encontramos modalidades apreciativas (“fundamental”, “exauriam”, “aprovado”, “preocupante”, “restabelecida”) e volitivas (“considerado o mais duro golpe contra as igrejas evangélicas no Brasil”, “Não fosse a determinação e luta do deputado Takayma”, “e conseguiram, depois de noites em claro”, “Em muitas igrejas houve jejum e orações”).

Neste **Bloco III**, percebemos o outro lado do *ethos* da FPE, que possui o intuito de mostrar como se dá, de modo resumido, o processo de tramitação de um projeto de lei no Senado e na Câmara dos Deputados. Também podemos perceber que esse **Bloco** é ilustrado com as vitórias e os tipos de causas nas quais os deputados estão engajados. Além disso, há uma disparidade com relação aos argumentos levantados por esses políticos, pois ao mesmo tempo em que temos reportagens que suscitam a Constituição Federal para embasar os seus argumentos, vemos a palavra de Deus sendo usada como fator preponderante para a “luta” dos políticos da FPE. Podemos pensar, neste bloco, no conceito de *kairós*, ou seja, no momento oportuno/situação específica. Para Protágoras, todos os argumentos seriam verdadeiros, por isso a combinação do *logos* e da *doxa*, juntamente com o *kairós*, configuram os “ingredientes” para “tornar” um argumento mais persuasivo que o outro em determinados situações. O

momento em que determinado discurso se dá é de suma importância, pois definiria o seu êxito ou não, já que para o filósofo todos os argumentos seriam verdadeiros. Isso se aplica claramente nessa dualidade conveniente em que alguns políticos suscitam a Constituição Federal ou o Código Civil para poder barrar projetos de lei que, de algum modo, possam vir a interferir nos seus ideais moralizantes, ou mesmo na organização das instituições religiosa a qual pertencem.

3.1.4 Análise de dados do Bloco IV: colunas de opinião que mostram efetivamente a *doxa* dos políticos da **FPE**, além de reportagens diversas que não se encaixaram nos blocos anteriores.

Iniciaremos a análise do último **Bloco**, novamente, a partir dos elementos dêiticos.

I) Dêixis temporal: por ser um **Bloco** que "acolhe" tudo que não se enquadrou nos demais blocos, teremos, aqui, algumas especificidades em relação às análises anteriores. Na dêixis temporal isso se dá através da construção do tempo de modo mais díspare, pois o tempo foi construído ao redor de assuntos dispostos nas reportagens, testemunhos ou colunas de opinião presentes neste **Bloco**. Ou seja, não há uma linearidade no tempo como vimos anteriormente, pois cada página dessa seção é única em si mesma, não remetendo às páginas anteriores ou posteriores. Justamente por serem díspares, conseguimos apreender nesse bloco mais características dos valores e funcionamento tanto da *doxa* evangélica, como da hibridez existente na Câmara e no Congresso entre o "tempo da política" e o "tempo da Igreja".

Na página 8, com o título de **Testemunho**, temos as seguintes passagens do Pastor Pedro Ribeiro:

"Após o cateterismo, **ficou** confirmada lesão em duas artérias no ventrículo esquerdo, mas que não seria necessária qualquer intervenção cirúrgica, porque eu **tinha** um coração robusto e forte, que **jamais** sofrerá qualquer enfarte [...] **Hoje**, tomo medicamentos, mas estou indo muito bem com o novo coração." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 8, grifo nosso).

Esse testemunho tem o intuito de mostrar que Deus está no comando da vida dos membros da FPE, sendo ele o guia do seu povo na Terra. Mostra também que seus servos (os membros da **Frente**) estão em obediência em todas as áreas de suas vidas, caso contrário, Deus não operaria milagres em suas vidas. Direcionando isso para os nossos estudos, a imagem que a FPE cria neste momento é a ratificação dos seus membros como homens de bem, que honram a Deus e a família, assim como, certamente, cumprem os seus deveres na vida pública com dignidade e esmero.

Na página 16, o Pastor Jefferson Campos afirma:

"**Nestas** eleições encontramos um fato que chamou a atenção da imprensa: o peso do voto evangélico nas decisões políticas deste País". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 16, grifo nosso).

Nessa reportagem, observamos a ênfase dada à importância do voto evangélico nas eleições brasileiras, assim como é ressaltado que os fiéis não mais estão vulneráveis aos políticos de "porta de templo", os quais só apareciam durante as eleições e depois desapareciam, sem trazer benefícios nenhum aos eleitores/irmãos. Nessa reportagem, vemos um reconhecimento e uma apropriação do poder que os eleitores evangélicos possuem, uma ratificação das características já citadas nesta dissertação dos "políticos de Cristo", os quais dependem significativamente de suas Igrejas.

Já na página 22, Júlio Severo diz:

*"***Recentemente**, por causa de uma lei antipreconceito, um pastor pentecostal **foi** sentenciado à prisão na Suécia por pregar, dentro de sua própria igreja, que o homossexualismo é um câncer social." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 22, grifo nosso).

Por último, na página 26, temos o seguinte trecho:

"A primeira movimentação nessa direção **ocorreu** no 2º Congresso Nacional de Ensino Religioso, no Rio de Janeiro, em junho **deste** ano. O evento **contou** com a participação de dois representantes da Frente Parlamentar Evangélica [...]". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 26, grifo nosso).

Essas últimas marcas dêiticas apontam para situações que aconteceram em um "tempo" próximo ao da publicação da Revista, em que a imagem de um *ethos* dogmático é ressaltada, com seus preceitos arraigados e sendo utilizados como forma única de verdade e poder.

II) Dêixis espacial: Essa dêixis faz referência aos elementos dispostos na superfície textual, situando o eleitor dentro do espaço-limite de cada página/reportagem. Vejamos alguns exemplos. Na página 22, Júlio Severo destaca:

"Exemplos notáveis de ações políticas positivas são o uso obrigatório do cinto de segurança e o desestímulo ao uso de cigarro. **Essas** medidas importantes podem e devem ser estendidas a outras áreas necessárias, como a adoção de ações para o desestímulo de condutas que, por sua própria anormalidade, geram consequências negativas para os indivíduos que as praticam [...] Tal é o caso do homossexualismo e outros comportamentos sexuais [...] Além de não contribuírem para a promoção da saúde social, **essas** condutas são grandes causadoras de despesas no sistema de saúde pública." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 22, grifo nosso).

Mais uma vez, apesar de ser um artigo de opinião, em que há uma referência clara ao escritor, os valores expostos pelo autor são os mesmos apregoados pela **Frente**, apontando para um *ethos* dogmático, que acredita ser a sua verdade a única e encontra os seus preceitos na Bíblia. Para tal, a cura do homossexualismo seria de suma importância, pois só assim se conseguiria uma vida saudável em sociedade.

Já na página 26, temos:

"Os parlamentares devem se esforçar junto ao Ministério da Educação para que **esta** matéria seja incluída no currículo escolar afim de que o aluno compreenda o que vem a

ser criacionismo e evolucionismo, pois **esta** é uma filosofia sem base científica comprovada". (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 26, grifo nosso).

Nessa matéria, vemos que diversos especialistas querem que seja incluída a teoria do Criacionismo dentro da disciplina de Ciências. Para isso, é desqualificada a teoria mais aceita, o Evolucionismo, dizendo que o Evolucionismo não sanaria todas as dúvidas sobre a origem da vida. Mais uma vez o *ethos* dogmático e inflexível baseia-se numa verdade absoluta proveniente dos textos bíblicos, impondo, sem qualquer relativização e contextualização, os preceitos bíblicos.

III) Dêixis pessoal: Nas marcas prototípicas da dêixis (EU-TU), a subjetividade é utilizada principalmente em reportagens, testemunhos ou colunas de opinião onde os membros da FPE se posicionam e dão os seus depoimentos/opiniões, ou mesmo quando outros interlocutores são indagados e estes fazem referência aos membros da **Frente**, incluindo a si mesmos como parte integrante dessa "grande família de Jesus Cristo". Vejamos alguns exemplos, como o depoimento do Pastor Pedro Ribeiro:

"Após o cateterismo, ficou confirmada lesão em duas artérias no ventrículo esquerdo, mas que não seria necessária qualquer intervenção cirúrgica, porque **eu tinha** um coração robusto e forte [...] Hoje **tomo** medicamentos, mas **estou** indo muito bem com o novo coração." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 8, grifo nosso).

Ao dar voz aos parlamentares da FPE em depoimentos pessoais, a **Frente** procura mostrar como Deus age na vida dos seus filhos os abençoando, assim o *ethos* pessoal se mistura com o *ethos* institucional, servindo o primeiro como exemplo e justificativa do segundo.

Já na página 16, o Pastor Jefferson Campos declara:

"**Nós**, membros da Frente Parlamentar Evangélica **sabemos** que **somos conduzidos** pela vontade de Deus [...] **Espero** que outros que irão fazer parte desta **nossa** união tenham a mesma consciência." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 16, grifo nosso).

Já na página 26, o Pastor Ronaldo Fonseca, Presidente da Comissão Política da Convenção Geral das Assembleias de Deus, diz:

"Porque **nós**, que **aceitamos** criacionismo, não como teoria, mas como verdade, **temos** que aturar a teoria evolucionista imperando nas escolas e faculdades, direcionando os estudos para essa teoria? Como país democrático **devemos** dar a opção ao aluno sobre o que ele quer aprender e estudar." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 26, grifo nosso).

Esses trechos com os elementos dêiticos na 1ª pessoa do plural mostram como o *ethos* da **Frente** procura mostrar a união entre os irmãos, assim como procura ratificar que é a vontade de Deus que guia os passos dos seus servos na Terra, seja na vida particular ou pública.

IV) Os índices de modalização: nesse **Bloco**, justamente por possuir colunas de opinião e reportagens que não se "enquadram" nessa divisão proposta por nós, não há uma linearidade tão contundente como nos outros blocos. Temos uma ampla gama de assuntos sendo abordados, desde reportagens sobre confraternizações até colunas de opinião que ilustram os valores compartilhados pela comunidade evangélica. No entanto, iremos ilustrar e fazer a análise a partir de dois textos muito significativos das páginas 22 e 26.

Na página 22, temos uma coluna de opinião assinada por Júlio Severo, que ilustra bem os valores e dogmas evangélicos com relação ao homossexualismo. Temos um texto repleto de modalidades epistêmicas ("não é novidade o fato de que", "nunca houve dúvida de que", "cabe a", "podem", "nada tem a ver") que mostram o conhecimento e as crenças de quem escreve, e que, além disso, inevitavelmente refletem os valores compartilhados pela comunidade evangélica. Há a presença de modalidades frásticas assertivas ("Grandes tragédias sociais já ocorreram, de um modo ou de outro, devido a fatores homossexuais", "Sendo representante do cidadão comum, o político conhece sua responsabilidade de atacar os males sociais e utilizar os meios disponíveis para incentivar o que é bom"), afirmações que demonstram rigidez e inflexibilidade. Modalidades apreciativas, com adjetivos e substantivos ("essencial", "ajustados", "natural", "responsáveis e produtivos", "câncer", "males", "bom", "anormalidades", "elevada e ampliada", "tragédias", "antinaturais", "enganados", "oprimidos", "destrutivo") que caracterizam negativamente o homossexualismo, assim como

qualificam positivamente a família brasileira e as atitudes dos políticos de Cristo. Além disso, há modalidades deônticas que demonstram a obrigação de um enquadramento naquilo que é designado como "natural" ("devem", "precisam estar", "precisa saber").

Nesse artigo de opinião, o autor utiliza das modalidades, principalmente as apreciativas, para descrever e designar o homossexualismo como um mal a ser extirpado da humanidade, pois o mesmo traria inúmeros problemas no andamento e desenvolvimento da sociedade, seja na ordem da moral e dos bons costumes, ou da economia, gerando desde despesas aos cofres públicos, até grandes tragédias, como foi o Holocausto. Mais uma vez a imagem (*ethos*) que é construída através de quem comunga dos mesmos valores apregoados pelos políticos da FPE é a da imposição da *doxa* encontrada e perpetuada pela Bíblia.

Já na página 26, temos uma reportagem que enfoca o conteúdo lecionado nas escolas, sendo o criacionismo, segundo a matéria, preterido em favor do evolucionismo. Mais do que isso, segundo depoimentos presentes na Revista, o evolucionismo é empurrado "garganta abaixo" dos estudantes brasileiros, sendo este um país democrático e, por isso mesmo, deveria dar ao aluno a chance de escolher. Além disso, segundo a matéria, os biólogos se contradizem ao tentar explicar a teoria que levou o surgimento da vida. Predominam as modalidades epistêmicas ("Acredito que", "O Congresso Nacional pode votar uma lei", "a necessidade de incluir o criacionismo", "a Frente deve entrar com um projeto de lei") e deônticas ("temos que aturar a teoria evolucionista") nesse texto.

3.2 Polifonia

De início, pode-se afirmar que a Revista como um todo é um tecido de citações oriundas de diversos enunciadores que assinam os seus diferentes textos. No entanto, podemos perceber o discurso monofônico presente, ou seja, um efeito de sentido que aparentemente mostra uma voz única e intolerante, a qual "reina" soberana sobre as outras vozes. Esse efeito é claro quando achamos que estamos ouvindo apenas a voz única da Revista da Frente, ou mesmo da instituição Frente Parlamentar Evangélica.

Nesse sentido, pensamos ser mais interessante falar da polifonia de modo mais geral, e não de bloco em bloco como fizemos acima. De certa forma, é possível sustentar que a polifonia contribui para a construção do *ethos* por dois mecanismos de atuação: (i) o

primeiro deles se revela quando as vozes dão autoridade e incremento aos pontos de vista sustentados pelo próprio texto; (ii) o segundo mecanismos se mostraria na citação de vozes das quais se quer prevenir ou distanciar, uma vez que, como diria Benveniste (1995, p. 286), a "consciência de si só é possível se experimentada por contraste". No caso do *ethos* da FPE veiculado pela Revista, tais mecanismos poderiam ser observados quando são utilizados os chamados discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre (este último afeito à **heterogeneidade mostrada** não marcada, atrelada à **heterogeneidade constitutiva**). Podemos notar o uso desses recursos em trechos que funcionariam como amostragem do funcionamento *ethico* da polifonia na Revista como um todo, sem a necessidade de uma descrição exaustiva.

3.3 Discurso direto

Inicialmente, na capa, uma espécie de epígrafe da revista já se mostra significativa:

"E Deus é poderoso para fazer em vós toda a graça, a fim de que tendo sempre, em tudo, toda suficiência, abundeis em toda a boa obra II Cor 9:8." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, capa).

Essa citação nos mostra o outro no discurso por meio da **heterogeneidade mostrada marcada**, muito recorrente em nosso *corpus* com suas marcas formais específicas, tais como: aspas, itálico e cor diferenciada, além de figurar em um *box* no final da capa da revista. Em termos de *ethos*, o que fica implícito a partir desse recurso é que o político evangélico, ou melhor, a FPE, se apresentada como um servo de Deus, uma pessoa/instância abençoada. Nesse sentido, tudo se passa como se a Instituição caminhasse no caminho da retidão, estando embebida no sangue de Cristo. Nessa lógica, toda obra mundana em que ela tocar seria abençoada e frutificaria. Tudo isso se confirma na **Palavra do Presidente** (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 3), com o uso de outra epígrafe muito semelhante à anterior, oriunda, também, do texto sagrado:

"Até aqui nos ajudou o Senhor – I Samuel 7:12." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, capa).

Novamente, a voz do outro se pauta pelo discurso direto marcado com aspas, tamanho diferente, itálico etc. Como no caso anterior, há aqui uma manipulação do religioso em prol do político, pois esse trecho é retirado de um contexto diferente, muito mais complexo e amplo. Na passagem original, o povo de Deus (o povo de Israel) é perseguido pelos filisteus e, por isso, pedem a Samuel para que interceda por eles diante de Deus. Samuel diz aos israelitas que orem e façam jejum. Ele (Samuel) sacrifica um cordeiro em holocausto a Deus e então suas súplicas são ouvidas e atendidas. Deus brada sua forte voz contra os filisteus e afugenta grande parte deles, a outra parte é expulsa pelos israelitas. Desde então, o povo de Israel nunca mais fora importunado pelos filisteus e todas as terras pertencentes a eles foram retomadas. Samuel, para marcar essa passagem, coloca uma pedra e profere a seguinte frase: "Até aqui nos ajudou o Senhor". O povo de Deus fora perseguido, humilhado, mas Deus sempre estivera com eles, não os abandonando e dando-lhes a vitória. Da mesma forma, os políticos da FPE buscam mostrar a sua saga, a sua luta e a sua vitória na sagração da instituição, conferindo a si um caráter quase épico (bíblico), uma vez que Deus está no comando de suas vidas e de sua ação política no parlamento.

Continuando a análise, já na página 5, que relembra a instalação da FPE no Congresso Nacional, há uma mistura significativa de discursos marcados, sejam eles diretos (marcados por aspas), ou indiretos. Todos reproduzem, de certa forma, uma ação ou uma fala dos deputados presentes na instalação da **Frente Parlamentar** no Congresso Nacional. O interessante é notar que nessa página somente as falas do presidente da **Frente** Adelor Vieira, assim como as do seu vice Pedro Ribeiro, são reproduzidas com o uso de citações diretas. Logo depois, há apenas uma menção indireta ao presidente da câmara dos deputados (João Paulo Cunha), assim como a outros inúmeros políticos que também discursaram, mas foram apenas aludidos/listados em um único bloco, introduzido por "também falaram durante a homenagem os deputados [...]". Isso demonstra que há uma hierarquização muito grande dentro dessa instituição. É interessante notar, também, que as citações diretas mencionadas (do Presidente e Vice-Presidente da FPE) produzem o efeito de objetividade pretendido pela "notícia", dando voz à instituição, ao seu *ethos* evangelizador, valendo-se das vozes de seus líderes políticos. No entanto, trata-se apenas de um efeito retórico, pois a referida "notícia" não é produzida, como sabemos, por um jornal ou uma instância midiática independente, mas

pela própria FPE que "se cita" para construir, dessa vez, a sua própria imagem missionária com um efeito de distanciamento.

O discurso direto é bastante utilizado, também, na página 19, momento em que outra "notícia" concede a palavra a certas lideranças religiosas e políticas, que passam a emitir a sua opinião sobre a **Frente**. Há, aqui, uma delimitação clara e marcada dos discursos desses políticos, a partir de indícios de polifonia como o verbo *dicendi* no título ("falam"), as aspas, a forma delimitada como os textos estão dispostos na página, as formas verbais flexionadas em primeira pessoa remetendo às autoridades, além do nome e atividade de cada uma das lideranças dispostas ao final de cada discurso. Nesta página, a Revista traz a fala de especialistas que legitimam e dão credibilidade não só à entrada dos evangélicos na política, mas à formação de uma organização que irá unir forças e representar os evangélicos de todo o país. Destaca-se a fala do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado João Paulo Cunha, que, justamente por ser uma voz externa à FPE, é mobilizada aqui como uma estratégia de reforço do *ethos* da referida instituição.

3.4 Discurso indireto

O **discurso indireto** é marcado através dos verbos *dicendi* ou expressões equivalentes, como: segundo fulano, na avaliação de, diz, conta, fala, argumenta etc. Na Revista, pudemos perceber que o **discurso indireto** é utilizado como preparação ou complementação de um discurso na ordem direta, como forma de otimização do espaço que já é delimitado para as reportagem, ou mesmo como uma questão de hierarquização, em que é dado aos políticos mais importantes voz na ordem direta e, aos demais, falas na ordem indireta.

Faremos a ilustração do **discurso indireto** com algumas passagens encontradas nas páginas 5 e 20. Iniciando na página 5, encontramos a reportagem sobre o dia em que a **Frente Parlamentar Evangélica** foi instalada oficialmente no Congresso Nacional e, para tal, temos algumas passagens, como:

"O presidente da FPE, deputado federal Adelor Vieira (PMDB/SC), presidiu os trabalhos da Sessão Solene." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5).

"O deputado Adelor Vieira destacou os sacrifícios que os missionários enfrentam para realizar a importante tarefa de pregar o Evangelho." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5).

"Lembrou ainda que o Brasil tem se constituído em verdadeiro celeiro de missionários." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5).

Esses trechos na ordem indireta são passagens que precedem ou sucedem falas do Presidente da FPE na ordem direta. Em seguida, temos a mesma situação na fala do vice-presidente da Frente. Vejamos:

"Em seguida, o deputado Pastor Pedro Ribeiro (PMDB/CE), autor do requerimento da homenagem, lembrou a trajetória das igrejas protestantes no País até o crescimento pentecostal iniciado junto com o século passado." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5).

Essa passagem precede a fala do vice-presidente na ordem direta. Já ao final da reportagem, temos supressão das falas de vários deputados, seja pela questão clara de falta de espaço, seja pela hierarquização existente na instituição. Vejamos essa passagem:

"Também falaram durante a homenagem os deputados Zico Bronzeado (PT/AC), Wasny de Roure (PT/DF), Isaías Silvestre (PSB/MG), Zelinda Novaes (PFL/BA), Gilmar Machado (PT/MG), João Campos (PSDB/GO) etc." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5).

Na página 20, a reportagem intitulada **FPE realiza Cultos Semanais na Câmara dos Deputados** mostra a preocupação do vice-presidente da **Frente** em congregar todos os evangélicos, parlamentares do Congresso e da Câmara, em um Culto semanal, em que a sua preocupação máxima é não deixar que as alianças se dissipem e a união necessária entre os políticos da **Frente** se desfaça. Assim como também demonstra a vontade que as pessoas conheçam o culto proporcionado pela **Frente**, que é aberto a todos os funcionários da Câmara e do Senado. Vejamos alguns trechos:

“Segundo o deputado Pedro Ribeiro, logo após a instituição dos Cultos às quartas-feiras, o deputado sentiu [...] que havia dificuldades na presença dos parlamentares da Igreja Universal do Reino de Deus.” (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 20).

“A partir daí o Pastor Pedro Ribeiro sugeriu a realização de um culto único, o que foi plenamente aceito pelos parlamentares da IURD [...]”(REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 20).

“Para o Pastor Pedro Ribeiro, a realização dos Cultos semanais na Casa reputa da mais alta importância.” (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 20).

“Além disso, segundo o deputado, nestes Cultos serão realizadas orações específicas para causas e problemas.” (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 20).

3.4.1 Discurso indireto livre

O **discurso indireto livre** possui conteúdos sem marcas de **polifonia**, associados à **heterogeneidade mostrada não marcada** ligados à **heterogeneidade constitutiva**, embutidos no discurso dos enunciadores da **Frente**. Na página 3, temos expressões já incrustadas na fala da comunidade e dos políticos evangélicos que refletem a sua *doxa*: “glorifiquemos o Senhor nosso Deus”, “A Frente Parlamentar Evangélica trabalha em defesa da família, da moral e dos bons costumes”, “Louvo a Deus”. Outra página com trechos significativos e que mostram o discurso indireto livre é a página 6, onde são definidas as diretrizes da FPE e o discurso religioso se mistura ao discurso político institucional, refletindo nas bandeiras a seguir. Vejamos alguns trechos: “acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais...”, “atualização da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes...”, “erradicação do analfabetismo”, “priorizar ações da área social...”, “combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra”, “agregação familiar”, “salvaguardo a moral e os bons costumes”.

Continuando, os artigos de opinião da Revista são textos em que o **discurso indireto livre** é bastante presente, refletindo, desse modo, a **heterogeneidade constitutiva** do discurso dos políticos da **Frente**, ou seja, os valores e pensamentos da comunidade evangélica. Vejamos alguns trechos do artigo presente na página 22 intitulado **Ajudando a Cuidar da Saúde da Sociedade:** "...a família é o grupo mais essencial para a sobrevivência da espécie humana", "Tal é o caso do homossexualismo e outros comportamentos sexuais distantes do padrão da sexualidade natural", "Ele sente guiado pelos valores da Palavra de Deus [...]"

Finalizamos o Capítulo 3, que teve o intento de utilizar as teorias apresentadas nos capítulos 1 e 2 para análise, com o recurso da polifonia, mostrando a **Revista da Frente** como "uma colcha de retalhos", onde inúmeras vozes se entrecruzam, seja na constituição do discurso, seja na forma marcada, com o discurso na ordem direta e indireta, ou na não marcada, com o discurso na ordem indireta livre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, mostrarmos que a imagem (*ethos*) dos "políticos de Cristo" foi criada a partir de transformações necessárias (já que esse mundo da política, assim como a sociedade como um todo passava por significativas mudanças) e evocadas para a sobrevivência e perpetuação dos políticos evangélicos dentro da política brasileira. Como já dito, essa imagem foi construída e unicamente destinada a suprir os anseios dos fiéis provenientes das igrejas evangélicas, as quais os políticos são oriundos, por isso a não preocupação desses parlamentares em "obedecer" os seus partidos e "agradar" todos os segmentos da sociedade civil. Por ser um grupo muito unido, de valores muito arraigados e baseados convenientemente nos escritos bíblicos, os políticos da **Frente Parlamentar Evangélica** conseguem agregar, não somente aos seus iguais, mas também outros políticos importantes, como os de outras denominações (Igreja Católica), assim como outros que, apesar de não serem vinculados a uma igreja específica, se autodenominam Cristãos e, por isso, dizem compartilhar dos mesmos valores apregoados pelos políticos da Frente, que possuem em seu cerne o seguinte princípio: "Influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e os bons costumes." (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 6).

Através de momentos, como os de cultos dentro do plenário da Câmara dos Deputados, que se entremeiam, ora no campo da política, ora no campo do divino, o espaço público torna-se um espaço de invocação do religioso e sacralização da política, sendo justificado por esses políticos não somente pela nossa Constituição, mas também pela constatação histórica de que a América Latina produziu uma noção de laicidade diferenciada da europeia, com barreiras mais fluidas, por isso, os políticos evangélicos se utilizam da noção de laicidade (o mesmo argumento utilizado pelos que acreditam que a religião deve ser extirpada do mundo da política) para justificar a sua entrada na política e trazer para si a "responsabilidade" de um projeto moralizante tanto para a política, como para a própria nação.

Esta dissertação teve o intuito de apreender o funcionamento do *ethos* institucional da FPE no momento da sua fundação (2003), ou seja, averiguando **como** ele se apresentou, discursivamente, à sociedade brasileira como um todo. Através de um *ethos* delineado para atender exclusivamente os anseios das igrejas evangélicas e dos que dizem

compartilhar dos valores cristãos, os projetos políticos da FPE, seus dogmas ou teses são legitimados argumentativamente através de mecanismos da linguagem, conforme ilustramos com os dêiticos, os modalizadores e a polifonia, que mostram valores e apreensões de quem está enunciando, construindo em seus discursos argumentos e incutindo, de maneira legitimada e naturalizada, a *doxa* cristã.

A imagem encontrada por nós na **Revista da Frente** foi a de um *ethos* que se estilhaça em diversos fragmentos: um *ethos* expansionista e relacional, certo de que somente a expansão dos políticos de Cristo para os Estados e Municípios garantiria e asseguraria de uma vez por todas a "estada" desses políticos na política, assim como também construiria as relações políticas necessárias à manutenção do poder desses políticos; também um *ethos* de instituição coesa, que procura a união e a harmonia de todos os membros da **Frente**; além de um *ethos* dogmático que resguarda os valores Cristãos e os utiliza como verdades absolutas.

No entanto, o *ethos* criado pela FPE como verdade absoluta, sofre uma relativização, pois como vimos no referencial teórico, a verdade seria relativa, dependendo de fatores como auditório, valores compartilhados (*doxa*), momento oportuno (*kairós*) e o contexto social (*nomos*) em que o discurso é proferido. Por isso, parte da sociedade pode ver isso como uma falácia ou engodo, como algo contraditório pelo fato de haver denúncias sobre os políticos da **Frente**, ou por alguns acreditarem que esses sujeitos ameaçam a laicidade do Estado. Em contrapartido, outros auditórios, como o dos fieis pertencentes às igrejas que elegem esses políticos, acreditam e apoiam a conduta dos políticos da FPE.

Em última instância, as imagens ressaltadas pela análise sofre um grau de acabamento ethico em função da interpretação de auditórios diferenciados, seus valores e crenças em torno da política e da religião. Tanto que o mesmo argumento utilizado pelos políticos da FPE – dizendo que o país é laico – é o mesmo argumento utilizado pelos que são contra a inserção desses sujeitos na política. Então, o que mudaria? Na verdade são determinados elementos, *doxa, kairós* e o *nomos*, que fazem com que um mesmo argumento pareça coerente para um determinado auditório e completamente absurdo para outro.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos.In: _____. (Org.) **Imagens de si no discurso:** a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-28; p. 120-144.

_____. A argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. In: **REVISTA ELETRÔNICA DE ESTUDOS INTEGRADOS EM DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO**, 2011, Ilhéus. **Artigos Eletrônicos.** Universidade Estadual de Santa Cruz-Ilhéus. Disponível em:<http://www.uesc.br/dla/index.php> Acesso em: 20 mar. 2013.

ARISTÓTELES. **Retórica**.Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998. Col. Biblioteca de autores clássicos).

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade (s) Enunciativa (s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Cad.Est. Ling. Campinas, (19), p.25-42, jul/dez, 1990.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem** (1929). Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BENVENISTE, É. Da Subjetividade na Linguagem. Em: **Problemas de Linguística Geral I**. 4. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, p.284-293, 1995.

CAMPOS, L. S. Os "políticos de Cristo" – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. M. **Os votos de Deus:** evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 29-86.

CARTA CAPITAL. Ano XVIII, n. 745, 24 de abril de 2013 [2014]. São Paulo: Editora Confiança, 2013. p. 20-25.

CIPRIANI, R. A religião no espaço público, In: ORO, A. P. *et al.* (Orgs.). **A Religião no Espaço Público:** atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 15-27.

DINIZ, D.; LIONÇO, T., CARRIÃO, V. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília-Unesco: Letras Livres: Ed. UNB, 2010.

DUARTE, T. S. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa. Ciencias Sociales y Religión/ **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 14, n.17, p.53-76, 2012.

FIDALGO, A. Definição de retórica e cultura grega. **Biblioteca *online* de Ciências da Comunicação**, **Artigos Eletrônicos**, 2001, Covilhã, Universidade da Beira Interior- Portugal, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~fidalgo/retorica/retorica-cultura-grega.pdf>. Acesso em jul. 2013.

FLORES, V. N. *et al.* **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. **Alfa**, São Paulo, n. 29, 1985. p. 111-120. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp. br/alfa/article/viewFile/3759/3482>. Acesso em: 13 ago. 2011.

GALINARI, M. M. Os Hinos de Villa Lobos e o Governo Vargas: estratégias político-discursivas de persuasão ideológica. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 22, n. 2, 2006. p. 85-103.

_____. A interação retórico-discursiva e suas múltiplas variáveis. **Revista Estudos Linguísticos – Artigos Eletrônicos**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http: //www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view /2536>. Acesso em: 17 maio 2014.

_____. A polissemia do logos e a argumentação: contribuições sofísticas para a Análise do Discurso. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, nov. 2011. p. 93-103.

GIUMBELLI, E. Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. p.1-13.

_____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica:** um espaço discursivo intervalar. 2005. 267 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

GUTHRIE, W. K. C. **Os Sofistas**. São Paulo: Paulus, 1995.

HABERMAS, J. **Religion and Rationality. Essays on Reason, God and Modernity.** Edited and with an introduction by E. Mendieta. Cambridge: Polity Press, 2002.

KLINKENBERG, J-M. Prefácio. In: MOSCA, L. L. S. (Org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004. p. 7-15.

MACHADO, I. L. Breves considerações sobre Índices de Modalização e Práticas de Leitura. Caligrama. **Revista de Estudos Românicos**. v. 6, Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 63-77.

MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **Alceu**, Rio de Janeiro,. v. 1, n. 1, jul./dez. 2000. p. 38-46.

MARIANO, R. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2011. p. 238-258.

MELO, Márcia Helena. Monofônico ou polifônico: estudo de um texto escolar. Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba-PR, 2003 (905-912).

MIRANDA, J. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in) desejada. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. M. **Os votos de Deus:** evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 149-171.

MOSCA, L. L. S. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. (Org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004. p.17-54.

MOURA NEVES, M. H. Imprimir marcas na linguagem. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 151-221.

ORO, A. P. A Igreja Universal e a política. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. M. **Os votos de Deus:** evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 119-147.

_____. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. ORO, A. P.; GIUMBELLI, E. (Orgs.). **Religião e Política. Debates do NER.** Porto Alegre, ano 11, n. 18, jul./dez. 2010. p. 111-127.
PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, M. J. V. **A Doutrina do Logos na Sofística**. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

PINTO, M. J. V.; SOUSA, A. A. A. **Sofistas:** Testemunhos e Fragmentos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Ano I, n. 1, 2004 [2014]. Brasília: [s.n.], 2004.

ROMEYER - DHERBEY, G. **Os Sofistas**. Lisboa: Edições 70, 1986.

TOULMIN, S. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico bra
Numen – Revista de Estudos e Pesquisa da Religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, 201
609.